



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 - RELATÓRIOS



## ATAS

### ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/5/2011

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado João Leite, membro da Comissão de Segurança Pública, e o Deputado Durval Ângelo, membro da Comissão de Direitos Humanos. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apresentar a Campanha de Entrega Voluntária de Armas e Munições e a discutir e votar proposições a Comissão. Registra-se a Presença do Deputado Cássio Soares. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Fabiana Leite, Coordenadora de Prevenção à Criminalidade, representando Lafayette de Andrada, Secretário de Estado de Defesa Social; os Srs. João Geraldo de Almeida, Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, representando Jerry Antunes de Oliveira, Superintendente Regional da Polícia Federal; o Cap. PM Cleverton Natal, Assessor de Direitos Humanos, representando o Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; os Srs. Daniel Barcelos Ferreira, Delegado de Polícia da Superintendência da Polícia Civil, representando Jairo Lellis Filho, Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Luís Felipe Zilli, Pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais – Crisp –, representando Cláudio Chaves Beato Filho, Coordenador; Almir Laureano, representando Everardo de Aguiar Lopes, membros da Rede Desarma Brasil; Antônio Rangel, membro do Instituto Viva Rio e Coordenador Nacional da Campanha de Entrega Voluntária de Armas e Munições; Luis Flávio Saporì, Secretário Executivo do Instituto Minas pela Paz; Sgt. Heder Martins de Oliveira, Diretor Administrativo da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, representando o Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da instituição; Paulo Vaz Alkmin, Ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2011.

João Leite, Presidente - Sargento Rodrigues.



## **ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/6/2011**

Às 10h26min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; a Deputada Liza Prado e o Deputado Pompílio Canavez, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Estão presentes, também, os Deputados Délio Malheiros, Bonifácio Mourão, Doutor Viana, Rogério Correia, Carlos Henrique, Duílio de Castro e Paulo Lamac. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta das Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os impactos ambientais causados pelas atividades da atividade minerária nas Serras da Gandarela, da Moeda, do Rola Moça, da Piedade, do Curral, Capão Xavier e outras e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Marília Carvalho de Melo, Subsecretária de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Beatriz Vignolo Silva, Presidente da ONG Abrace a Serra da Moeda; e os Srs. Danilo Vieira Júnior, Subsecretário de Gestão e Regularização Ambiental Integrada, também representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Luciano Luz Badini Martins, Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação, representando a Sra. Lilian Maria Ferreira Marotta Moreira, Promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo; o Frei Gilvander Luís Moreira, representante do Movimento Capão Xavier Vivo; e os Srs. Gustavo Tostes Gazzinelli, representante do Movimento pelas Serras e Águas de Minas; e Mario Werneck, advogado convidado pelo Sindicato da Indústria Mineral de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência registra o recebimento de ofício do Ibama, entregue pelo Sr. Luciano Luz Badini Martins, que trata do processo de licenciamento ambiental do empreendimento Projeto Salinas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2011.

Célio Moreira, Presidente - Gustavo Corrêa - Fred Costa.

## **ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/9/2011**

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Liza Prado e o Deputado Duílio de Castro. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e solicita aos Deputados presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar o monitoramento do PPAG 2008/2011 e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. João Luiz Soares, Gerente Adjunto do Projeto Estruturador Descomplicar – Melhoria do Ambiente Negócios, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, representando a Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Gerente Executiva do projeto; Ana Luiza Camargo Hirle, Superintendente Central de Recursos Logísticos e de Patrimônio da Seplag, representando o Sr. André Abreu Reis, Gerente Executivo do Projeto Estruturador Qualidade e Produtividade do Gasto Setorial, da Seplag; Rodrigo Diniz Lara, Gerente Executivo do Projeto Estruturador Governo Eletrônico, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Maria Coeli Amorim Prodocimi Diniz, Assessora Especial do Subsecretário do Tesouro Estadual, representando o Sr. Eduardo Antônio Codo Santos, Gerente Executivo do Projeto Estruturador Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal, da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –; Celeste Emília Krauss Guimarães, Diretora do Núcleo de Orçamento da SEF; Stella Maris Faria, Assessora Especial do Subsecretário da Receita Estadual; Pedro Meneguetti, Gerente Executivo do Projeto Estruturador Eficiência Tributária e Simplificação, da SEF; Helenice Machado Mendes, Assessora-Chefe de Gestão Estratégica e Inovação da SEF; Marcos Siqueira Moraes, Gerente Executivo do Projeto Estruturador Parcerias para Provisão de Serviços de Interesse Público, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; e Kênnya Kreppel Dias Duarte, Gerente Executiva do Projeto Estruturador Cidade Administrativa, da Intendência da Cidade Administrativa, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência faz uso da palavra para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Registra-se a presença do Deputado Neider Moreira. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente – Fred Costa – Hely Tarquínio – Ivair Nogueira – Rogério Correia.

## **ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/9/2011**

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tadeu Martins Leite e Fabiano Tolentino, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tadeu Martins Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso



III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a importância do esporte como atividade de promoção da saúde e prevenção ao uso de drogas e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ângelo Minardi, Assessor do Secretário Adjunto de Estado de Esportes e Juventude, representando Braulio Braz, Secretário de Estado de Esportes e Juventude; Paulo Roberto Repsold, Coordenador de Saúde Mental do Estado, representando Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde, e Ronaldo Lopes Cançado, Presidente da Sociedade Mineira de Medicina do Exercício e do Esporte, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Fabiano Tolentino, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2011.

Marques Abreu, Presidente – Fabiano Tolentino – Adelmo Carneiro Leão – Gustavo Perrella.

### **ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/9/2011**

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e o Deputado Délio Malheiros, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Luzia Ferreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o tabelamento de preços praticados pelos cartórios do Estado, sobretudo os de registros de imóveis, bem como o prazo para a entrega de serviços e o tempo de espera para o atendimento, e a deliberar sobre proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Anna Carolina Resende de Azevedo Maia, Procuradora da República, publicada no “Diário do Legislativo” do dia 9/9/2011. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Leopoldo Mameluque, Juiz Auxiliar da Corregedoria, Iácones Batista Vargas, Gerente de Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro, representando o Sr. Antônio Marcos Alvim Soares, Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Bruno Burgarelli Albergaria Kneipp, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MG, representando o Sr. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente da instituição; Guilherme Fulgêncio Vieira, Assessor Jurídico, representando a Sra. Darlene Silva Triginelli, Presidente do Sindicato dos Notários e Registradores de Minas Gerais; Márcio Eduardo Pinheiro, Presidente da Imobiliárias Associadas da Pampulha, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Luzia Ferreira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do Deputado Antônio Júlio. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2011.

Délio Malheiros, Presidente – Liza Prado – Duílio de Castro – Carlos Henrique.

### **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/9/2011**

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento das seguintes correspondências, publicadas no “Diário Legislativo”, na data mencionada entre parenteses: ofício do Sr. Paulo Marinho, da Superintendência de Comunicação Corporativa do Itaú Unibanco Holding S.A. (9/9/2011), e do Sr. Ricardo Cappelli, Presidente da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte (16/9/11). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.189/2011, em turno único, do qual designou como relator o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.435 e 1.469/2011. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 733/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Tenente Lúcio e Rômulo Viegas em que solicitam seja encaminhado pedido de providências ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para que seja criada certificação de origem de pescado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2011.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Rômulo Viegas - Vanderlei Miranda.



## **ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/9/2011**

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Gustavo Corrêa e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Luzia Ferreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o impacto ambiental, nos Municípios de Sarzedo e Betim, decorrentes do beneficiamento de lama de aciaria, subproduto siderúrgico utilizado como matéria-prima pela TRL - Tratamento de Resíduos Ltda, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidente interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Sheilla Samartini, Superintendente da Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, e o Sr. Diego Fugiwara, Diretor de Controle Processual da Supram, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e os Srs. Werther Rezende, Vice-Prefeito, e José Patrocínio de Almeida, Secretário Municipal de Meio Ambiente, representando o Sr. Marcelo Pinheiro do Amaral, Prefeito Municipal de Sarzedo; Rodrigo Antônio Ferrete, Presidente da Câmara Municipal de Sarzedo; Wander Nascentes Pereira, Diretor da Associação de Moradores do Bairro Riacho da Mata; Djalma Nere Júnior, Diretor da Ecosteel Indústria de Beneficiamento Ltda., representando o Sr. Rodrigo Quintão, Diretor da dessa empresa; e Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, Secretário de Comunicação do Conselho Estadual de Saúde, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência recebe documentos (3) da Supram Central Metropolitana, que contém o termo de compromisso de ajustamento de conduta que firma a Ecosteel Indústria de Beneficiamento Ltda. perante a referida Superintendência para adequação de empreendimento à legislação ambiental; do Conselho Estadual de Saúde, que contém ofícios enviados a autoridades em que se solicita empenho para resolver os problemas causados pela referida empresa; e da Associação dos Moradores do Bairro Riacho da Mata, que contém parecer da Câmara Municipal de Sarzedo, informações da Ecosteel, boletins de ocorrência do Corpo de Bombeiros Militar, entre outros. Registra-se a presença dos Deputados Duílio de Castro e Sávio Souza Cruz. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2011.

Célio Moreira, Presidente - Fred Costa.

## **ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/9/2011**

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, Cássio Soares e Delvito Alves, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Arlen Santiago. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bruno Siqueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.446, 2.455, 2.456, 2.460, 2.464 e 2.468/2011 (Deputado André Quintão); 2.450, 2.461, 2.466, 2.471 e 2.473/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 2.445, 2.447, 2.448, 2.454, 2.472, 2.475 e 2.478/2011 (Deputado Cássio Soares); 2.442, 2.458, 2.467, 2.470, 2.477 e 2.479/2011 (Deputado Dalvito Alves); 2.444, 2.457, 2.465 e 2.469/2011 (Deputado Luiz Henrique); 2.451, 2.459, 2.463, 2.474 e 2.482/2011 (Deputada Rosângela Reis); e 2.443, 2.449 e 2.452/2011 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.321/2011 e, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.292/2011, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira, o primeiro em virtude de redistribuição); do Projeto de Lei Complementar nº 18/2011 e dos Projetos de Lei nºs 1.363/2011 com as Emendas nºs 1 e 2, 2.353/2011 com a Emenda nº 1, 659/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Cássio Soares, os três primeiros em virtude de redistribuição); 1.269/2011 na forma do Substitutivo nº 1, 1.639, 2.173/2011 com as Emendas nºs 1 a 3, e 2.176/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.659/2011 (relator: Deputado Cássio Soares); do Projeto de Lei Complementar nº 9/2011 e dos Projetos de Lei nºs 749/2011 (relator: Deputado Delvito Alves); 1.155, 9, 121, 671, 673, 1.206, 1.265, 1.898/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, os seis últimos em virtude de redistribuição); 829/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique; leitor do parecer: Deputado Bruno Siqueira); 1.849/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Na fase de discussão dos pareceres dos relatores, Deputados Cássio Soares e Sebastião Costa, este em virtude de redistribuição, que concluem, respectivamente, pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Resolução nº 513/2011 e do Projeto de Lei nº 1.966/2011, o Presidente defere os pedidos de vista do Deputado Bruno Siqueira. O Projeto de Lei Complementar nº 19/2011 é retirado da pauta por determinação do Presidente por não cumprir pressupostos regimentais, e são retirados de pauta em atendimento a requerimento dos Deputados mencionados entre parênteses, aprovado pela Comissão, os Projetos de Lei nºs 645, 848 e 1.365/2011



(Deputado Bruno Siqueira); 320, 371 e 372/2011 (Deputado Cássio Soares). Os pareceres sobre as seguintes proposições, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelos respectivos relatores, mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 356 e 1.476/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 429/2011 (relator: Deputado Cássio Soares); 1.339/2011 (Deputado Delvito Alves). Os pareceres sobre as seguintes proposições, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 409, 679 e 1.859/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 701/2011 (Deputado Delvito Alves); 810/2011 (Deputado Sebastião Costa), todos em virtude de redistribuição. Na fase de discussão dos pareceres dos relatores, Deputado Sebastião Costa, este em virtude de redistribuição, e Bruno Siqueira, que concluem, respectivamente, pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 434 e 1.436/2011, o Presidente defere os pedidos de vista do Deputado Delvito Alves. São convertidos em diligência à Copasa-MG o Projeto de Lei nº 2.305/2011, ao DER-MG e à Seplag o Projeto de Lei nº 2.344/2011 (relator: Deputado Cássio Soares); e ao IMA o Projeto de Lei nº 2.371/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.553, 1.699, 2.015, 2.326, 2.340, 2.347, 2.362, 2.329, 2.335, 2.339, 2.350 e 2.363/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, os cinco últimos em virtude de redistribuição); 1.587, 2.333, 2.342, 2.343 e 2.334/2011, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa, os quatro primeiros em virtude de redistribuição); 2.328/2011 (relator: Deputado Delvito Alves); 2.332 e 2.346/2011, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Cássio Soares). Após discussão e votação, é aprovado o parecer concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.341/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 2.327, 2.348, 2.358, 2.359 e 2.360/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente – Bruno Siqueira – Rosângela Reis – Luiz Henrique – André Quintão.

### **ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/9/2011**

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Cássio Soares, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cássio Soares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Célia Ribeiro de Vasconcelos, Juíza de Direito, e dos Srs. Gustavo Botelho Neto, Chefe de Gabinete da Polícia Civil, e Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente do Tribunal de Justiça, publicados no “Diário do Legislativo” do dia 16/9/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.443, 2.303 e 2.315/2011, em turno único (Deputada Maria Tereza Lara); 941/2011, no 1º turno (Deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.554, 1.556 e 1.563/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Ouro Fino para debater a questão da segurança pública no Município e na região; do Deputado Gilberto Abramo em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a violência contra a mulher; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Cássio Soares e João Leite (2) em que solicitam seja formulado voto de congratulações com o Cel. PM José Dimas da Fonseca, Comandante da 18ª Região da Polícia Militar, em Poços de Caldas, por sua passagem para a reserva após 30 anos de excelentes serviços prestados à sociedade; seja reiterado pedido de providências ao Chefe da Polícia Civil com vistas à designação de um Delegado para o Município de Itaú de Minas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2011.

João Leite, Presidente – Maria Tereza Lara – Fabiano Tolentino.

### **ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/9/2011**

Às 9h6min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscrive. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre suposto abuso de autoridade por parte de policial militar do 40º Batalhão, situado em Ribeirão das Neves, durante a manifestação conhecida como Grito dos Excluídos, em que houve a detenção do Sr. Sidnei Martins, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Christina Galvão Ferreira de Freitas, Coordenadora-Geral do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, informando o recebimento das notas taquigráficas da reunião que teve por objetivo discutir as



violações de direitos humanos dos cidadãos afetados pela Usina de Candonga, e do Sr. José Carlos Oliveira Neto, líder da comunidade Brejo dos Crioulos, pedindo o apoio da Comissão para resolver a situação da comunidade quilombola, que vem sofrendo ameaças em virtude da inércia do governo federal na assinatura do decreto presidencial que confirma o reconhecimento do território quilombola pelo Incria; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: Adriana Cristina Accorsi, Gerente Nacional de Atendimento ao Cliente da CEF, e Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte (22/9/2011). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Ten Cel PM Luiz Carlos Godinho, Comandante do 40º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais; o Maj. PM Júlio César, Subcomandante do 40º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais; o 2º-Ten. PM Alexandre Fagner, Adjunto da Seção de Planejamento e Operações do 40º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais; o Pe. José Geraldo de Souza; e os Srs. Sidnei Moraes Martins e Jurandir de Souza da Silva, membro da Comissão dos Usuários de Transportes de Ribeirão das Neves, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença dos Deputados Adelmo Carneiro Leão (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT) e Hely Tarquínio (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do BPS). A Presidência concede a palavra ao Deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença do Deputado Luiz Carlos Miranda. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo, Celinho do Sinttrocel e Adelmo Carneiro Leão (5) em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de informações sobre quais são os procedimentos para manutenção da ordem e segurança no canteiro de obras do complexo penitenciário que está sendo construído no Município de Ribeirão das Neves, sob o regime jurídico de parceria público privada, e a quem compete essas atividade; sejam encaminhadas ao CAO-DH, ao Conedh-MG, à Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, ao Ouvidor de Polícia do Estado, ao Secretário de Estado de Defesa Social, ao Sindicato dos Advogados de Minas Gerais e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República as notas taquigráficas desta reunião; sejam encaminhados à Corregedoria da Secretaria de Defesa Social as notas taquigráficas desta reunião, os documentos anexos e pedido de providências para averiguar denúncias sobre desvio de função e abuso de autoridade de Agentes Penitenciários em Ribeirão das Neves; seja encaminhado ao Corregedor da PMMG pedido de providências para averiguar possíveis violações de direitos humanos perpetradas por policiais, sob as ordens do Subten. PM Gilberto Soares de Oliveira, do 40º Batalhão da PMMG, contra participantes do Grito dos Excluídos, em Ribeirão das Neves, em 7/9/2011, ocasião em que a PMMG teria efetuado a prisão ilegal do Sr. Sidnei Moraes Martins e ofendido o direito constitucional de reunião dos manifestantes; Celinho do Sinttrocel em que solicita seja encaminhado à Polícia Civil em Ribeirão das Neves pedido de providências para que devolva a seus proprietários as faixas, os cartazes e outros pertences apreendidos pela PMMG durante a referida manifestação; Durval Ângelo (5) em que solicita seja encaminhado ao Presidente e a todos os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo manifestação de repúdio à atitude do Vereador Quito Formiga, em face de sua proposta de homenagear Davi dos Santos Araújo, conhecido como Capitão Lisboa, pública e comprovadamente responsável direto por crimes de assassinato e tortura de presos políticos durante o regime militar, solicitando ainda seja dada ciência dessa manifestação de repúdio à Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ao Ministro da Justiça, à Secretaria de Direitos Humanos do Estado de São Paulo, à ONG Tortura Nunca Mais e ao Instituto Helena Greco; seja encaminhada manifestação de apoio à Sra. Eliana Calmon, Ministra do Superior Tribunal de Justiça e Corregedora do Conselho Nacional de Justiça, pelos excepcionais serviços vem prestando ao País e à sociedade na fiscalização de irregularidades na magistratura brasileira e pela coragem em enfrentar o corporativismo de entidades de classe e de magistrados brasileiros; sejam encaminhados ao Comandante do 40º Batalhão da PMMG as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para que apure os fatos nela denunciado; sejam encaminhados à Coordenação Nacional do Grito dos Excluídos, da CNBB, as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para que registre o episódio narrado nas notas e denunciado na reunião; sejam encaminhados à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para que apure os fatos denunciado na reunião; sejam encaminhados ao Corregedor da PMMG as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para apurar denúncia, apresentada na reunião, de que o Ten. PM Negrão teria prevaricado durante o Grito dos Excluídos ao fazer uso do poder de polícia de trânsito com a intenção de coibir a manifestação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente - Arlen Santiago.

## **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/9/2011**

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Almir Paraca, João Leite e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Sheila Samartini Gonçalves, Superintendente da Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, informando que as notas taquigráficas da reunião desta Comissão ocorrida em 30/9/2011, no Município de Patrocínio, foram encaminhadas à Superintendência Regional de



Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; dos Srs. Ricardo Augusto Simões Campos, Presidente da Copasa-MG, encaminhando informações sobre a atuação da empresa no Município de Paracatu; e Lázaro Luiz Gonzaga, Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-MG, publicada no “Diário do Legislativo” em 22/9/2011. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.549 e 1.560/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Almir Paraca em que solicita seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para que a Região Noroeste do Estado tenha acesso a financiamentos para microempresas, com recursos do Fundo Constitucional do Centro Oeste; seja encaminhado à Copasa-MG, à Ruralminas e à Codevasf pedido de providências para a implantação de infraestrutura de acesso à água na Comunidade Rural de Vista Nova, no Município de Urucuia; seja encaminhado ao Iter pedido de providências para que seja assegurado o prosseguimento dos processos de regularização fundiária das pequenas propriedades rurais do Noroeste de Minas; seja encaminhado ao IEF pedido de providências para que o Programa Água Viva, implementado na Bacia do Rio Paracatu, seja estendido à Bacia do Rio Urucuia; seja encaminhado ao Inkra-MG pedido de providências para que implante infraestrutura de acesso à água e a complementação de habitação no Projeto de Assentamento Matão, e para que haja agilidade na obtenção da autorização ambiental de funcionamento para o referido assentamento; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para que priorize, no Programa Caminhos de Minas, o asfaltamento de estradas de ligação entre os Municípios do Noroeste de Minas, especialmente entre os do Vale do Urucuia; seja encaminhado ao Secretário de Estado da Fazenda pedido de providências para que inicie diálogo com a Assembleia Legislativa com a finalidade de estabelecer um sistema tributário mais adequado para as cooperativas e associações de produtores artesanais e da agricultura familiar, tendo como subsídio a proposta da Cooperativa Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária; seja realizada reunião de audiência pública, conjunta com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, para debater a criação de um sistema tributário mais adequado para as cooperativas e associações de produtores artesanais e da agricultura familiar, tendo como subsídio a proposta da Cooperativa Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária; Pompílio Canavez em que solicita seja encaminhado ao Sistema Estadual de Meio Ambiente - Sisema - e à Secretaria de Estado de Governo pedido de informações sobre quais Municípios dispõem de órgãos exclusivos para gestão ambiental, relacionando também aqueles que contam com Conselhos Municipais de Desenvolvimento Ambiental em funcionamento; Liza Prado e Pompílio Canavez em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Betim pedido de informações sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental na cidade, em especial esclarecimentos sobre suposta falta de apoio ao Conselho, tendo em vista relatos apresentados a esta Comissão; seja encaminhado à Emater pedido de providências para que seja oferecido curso de capacitação aos integrantes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Ambiental dos Municípios de Iraí de Minas, Araguari e Uberlândia, tendo em vista a importância da capacitação de conselheiros, sobretudo para a gestão de políticas públicas, o que pode potencializar a atuação dos Conselhos; Liza Prado em que solicita seja encaminhado à Gasmig pedido de providências para a construção de ramal de gás natural destinado ao atendimento do parque industrial cerâmico de Monte Carmelo; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para envio a esta Comissão do cronograma físico das obras de construção do gasoduto entre os Municípios de São Carlos, Uberaba e Uberlândia; Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater a situação dos Municípios de Matozinhos e Pedro Leopoldo no que concerne à demarcação dos seus respectivos limites territoriais; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater ações necessárias à prevenção de enchentes no período de chuvas e estragos decorrentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2011.

Almir Paraca, Presidente – Liza Prado – João Leite.

## **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/9/2011**

Às 10h42min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Wilson Batista, Marques Abreu e Almir Paraca (substituindo o Deputado Elismar Prado, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marques Abreu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Logo após, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça (16/9/2011); Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte (22/9/2011), e Avilmar da Silva Hemetério, Presidente da Câmara Municipal de Caxambu (22/9/2011); e do Deputado Sargento Rodrigues (24/9/2011). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 886/2011 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Marques Abreu, em virtude de redistribuição); e o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.124/2011 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Almir Paraca, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e



votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.710, 2.062, 2.136 e 2.149/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.459/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater em audiência pública as condições de acessibilidade para alunos com deficiência nas escolas públicas das redes estadual e municipais, bem como os recursos humanos e materiais necessários para a educação especial; e Doutor Wilson Batista (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a criação do Fórum Metropolitano de Acessibilidade; e seja encaminhado ao IBGE pedido de providências para a inclusão, no formulário básico utilizado pelo Censo, de pergunta sobre a existência e o número de pessoas com deficiência nas residências; e da Deputada Rosângela Reis em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater em audiência pública o acolhimento institucional de pessoas com deficiência no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2011.

Doutor Wilson Batista, Presidente – Sargento Rodrigues - Elismar Prado – Marques Abreu.

### **ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/9/2011**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, Romel Anízio e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do Bloco Resultado e Transparência), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” de 22/9/2011: ofícios da Sra. Lilian dos Santos Rahal, Secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar, e do FNDE (719); e cartões da Sra. Adriene Andrade e do Sr. Antônio Carlos Andrada, respectivamente, Corregedora e Presidente do Tribunal de Contas; e do Sr. Tadeu Barreto Guimarães, Coordenador Executivo do Programa Estado para Resultados. A seguir, faz a leitura de comunicações dos Deputados João Vítor Xavier em que notifica sua ausência nesta reunião por motivo de viagem; e Doutor Viana em que notifica sua ausência do País no período de 29/9 a 5/10/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 1º turno, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 614/2011 (Deputado Antônio Júlio), 1.158/2011 (Deputado Gustavo Perrella), 2.252/2011 (Deputado Romel Anízio), 2.266/2011 (Deputado Doutor Viana) e 2.291/2011 (Deputado João Vítor Xavier). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 664/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (relator: Deputado Romel Anízio), 447/2011 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e 3 a 5, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (relator: Deputado Antônio Júlio), 847/2011 (relator: Deputado Gustavo Perrella), 1.063/2011 (relator: Deputado Doutor Viana, em virtude de redistribuição), 2.252/2011 (relator: Deputado Romel Anízio) e 2.266/2011 com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição); e os pareceres pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 251/2011 (relator: Deputado Gustavo Perrella) e 253/2011 (relator: Deputado Romel Anízio). Na fase de discussão do parecer em que o relator, Deputado Doutor Viana, conclui pela rejeição do Projeto de Lei nº 88/2011 no 1º turno, o Presidente defere pedido de vista do Deputado Gustavo Perrella. O Projeto de Lei nº 2.291/2011 é retirado da pauta, por determinação do Presidente, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Zé Maia em que solicita seja realizada reunião para que representante do Poder Executivo demonstre, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado nos primeiros quadrimestres de 2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2011.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Sargento Rodrigues - Romel Anízio.

### **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/9/2011**

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Tadeu Martins Leite e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Prosseguindo, comunica o recebimento de ofício do Sr. João Costa, Gerente de Metal da Novelis do Brasil Ltda., publicado no “Diário do Legislativo” em 22/9/2011. A Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 432, 2.239,

2.256, 2.295/2011, em turno único (Deputado Luiz Carlos Miranda), 1.032/2011, no 1º turno, 2.233, 2.242, 2.296/2011, em turno único (Deputado Tadeu Martins Leite), 208, 2.236, 2.272/2011, em turno único (Deputado Pompílio Canavez), 2.228 e 2.267/2011, em turno único (Deputado Juninho Araújo). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.846/2011, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Tadeu Martins Leite, em virtude de redistribuição), e 1.982/2011 (relator: Deputado Tadeu Martins Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 911, 1.775, 2.103, 2.107, 2.119, 2.130 com a Emenda nº 1, 2.141, 2.146, 2.147, 2.166, 2.170, 2.194, 2.205, 2.209 e 2.213/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.553 e 1.557/2011. Registra-se a presença do Deputado Luiz Carlos Miranda. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja enviado ao Presidente da Câmara dos Deputados pedido de providências para a inclusão e priorização, na ordem do dia do Plenário, do Projeto de Lei nº 2.298/2000, que altera a Lei nº 7.498, de 1986, fixa a jornada de trabalho em 6 horas diárias e 30 horas semanais para os profissionais da enfermagem; da Deputada Rosângela Reis e dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Tadeu Martins Leite (2) em que solicitam sejam encaminhadas ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao Ministério da Educação e Cultura e à Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego cópia das notas taquigráficas da 19ª reunião ordinária desta Comissão, e requerem, ainda, seja encaminhado ofício ao Ministério do Trabalho e Emprego solicitando ampliação das vagas destinadas à qualificação profissional para os segurados do seguro-desemprego; dos membros desta Comissão solicitando a realização de debate público tendo como objetivo a realização, em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego, do evento de encerramento da 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2011.

Luiz Carlos Miranda, Presidente.

## **ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/9/2011**

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. José Rodrigues da Silva, Prefeito Municipal de Córrego do Bom Jesus; Aírton Acácio Mendonça, Presidente da Câmara Municipal de Perdizes; Luciano Moreira Franco, Prefeito Municipal de São João da Mata; Adalto Luís Leal, Prefeito Municipal de Espírito Santo do Dourado; Fabiano Magella Lucas de Carvalho, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Abaeté; João Pereira dos Santos, Prefeito Municipal de Itaobim; Carlos Eduardo Escobar Gontijo, Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Lagoa da Prata; José Rubens Tavares, Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova; Virmondos Machado, Prefeito Municipal de Guimarães; Rossano de Oliveira, Prefeito Municipal de Coqueiral; José Geraldo de Souza, Prefeito Municipal de Carvalhos; Brenio Coli Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Leopoldina; e Gabriel Simões Gobbi, Secretário Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano de Ouro Preto, publicados no “Diário do Legislativo” de 9/9/2011; do Sr. José Aluízio Viana, Subsecretário de Cultura e Turismo de Matozinhos; das Sras. Shirley Ferreira Lemos Passos, Secretária de Educação, Esporte e Cultura de Ilícinea; Wanessa Lisboa, Secretária de Cultura de Guanhães; Elaine Santos Costa, Secretária de Cultura de Nova Serrana; dos Srs. Luiz Gonzaga de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Barbacena; Marcelo Marques, Prefeito Municipal de Aimorés; José Carlos Gomes Dutra, Prefeito Municipal de Igarapé; Jovani Duarte Menezes, Prefeito Municipal de Braúnas; João Batista Beraldo, Prefeito Municipal de Silvianópolis; Arthur Maia Amaral, Prefeito Municipal de Luminárias; Alessander da Silva Rocha, Prefeito Municipal de Morada Nova de Minas; das Sras. Maria José Hauelsen Freire, Prefeita Municipal de Teófilo Ottoni; Jussara Menicucci de Oliveira, Prefeita Municipal de Lavras; Sérgio Cardoso Ayres, Gerente de Patrimônio e Cultura da Fundação Municipal de Cultura de Barbacena; e do Conselho Deliberativo de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá, publicados no “Diário do Legislativo” de 16/9/2011; dos Srs. Fernando Rolla, Prefeito Municipal de São Domingos do Prata; Ricardo de Castro Machado, Prefeito Municipal de Presidente Juscelino; Vilson Antônio dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas; das Sras. Renata Adriana Rosa, Secretária de Turismo e Cultura de Lagoa Santa, e Helena da Conceição Alberto Barbosa, Diretora do Departamento Municipal de Educação; e do Sr. Mateus da Costa Ferreira, Prefeito Municipal de Bela Vista de Minas, publicados no “Diário do Legislativo” de 17/9/2011, todos prestando informações relativas ao Requerimento nº 408/2011; e da Sra. Maristela Rangel, Chefe de Gabinete do Ministério da Cultura, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.259/2011, publicado no “Diário do Legislativo” de 9/9/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: em turno único, Projetos de Lei nºs 2.006 e 2.283/2011 (Deputada Luzia Ferreira); 1.765, 2.044, 2.084 e 2.199/2011; e, no 1º turno, 832/2011 (Deputado Elismar Prado). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 186 e 257/2011, ambos na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Rômulo

Veneroso, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei n°s 2.044 e 2.199/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 1.436, 1.550 e 1.555/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe os seguintes requerimentos: do Deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater o procedimento a ser adotado a fim de garantir a geração de trabalho e renda para os expositores da Feira de Artesanato do Mineirinho, bem como a possibilidade de transferi-la provisoriamente para outro local durante as obras de reforma; da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, conjunta com esta Comissão, para debater o fomento e a divulgação da produção cultural local e regional por meio da radiodifusão; do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater o Projeto de Lei n° 832/2011, que institui o registro do Patrimônio Vivo do Estado de Minas Gerais; e do Deputado Elismar Prado em que solicita seja realizada visita aos equipamentos que integram os Circuitos Culturais de Minas Gerais, com a finalidade de conhecer o projeto estruturador relativo a esses circuitos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2011.

Elismar Prado, Presidente – Luzia Ferreira – Carlos Mosconi.

### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/9/2011**

Às 9h45min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Hely Tarquínio, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Rosângela Reis. O Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a implementação de um hemocentro no Município de Ipatinga e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Júnia Guimarães Mourão Cioffi, Presidente da Fundação Hemominas; Neide Horta Menezes Guimarães, Gerente de Supervisão e Acompanhamento da Fundação Hemominas; Eloiza Dalla Vecchia, Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço, representando o Sr. Denilson Andrade de Assis, Prefeito Municipal de Joanésia e Presidente do referido consórcio; e Ilrisnett de Souza Resende, Técnica de Segurança do Trabalho da Prefeitura Municipal de Ipatinga; e os Srs. Robson Gomes da Silva, Prefeito Municipal de Ipatinga; José Euler, Prefeito Municipal de Mesquita e Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Aço; Luís Márcio Araújo Ramos, Diretor Executivo da Fundação São Francisco Xavier – FSFX –; José Carlos de Carvalho Gallinari, Superintendente do Hospital Márcio Cunha da FSFX; Geraldo dos Reis Neves, Prefeito Municipal de Ipaba; José Anchieta Poggiali, Superintendente Regional de Saúde de Coronel Fabriciano; Danilo Ruback Cascardo, Gerente de Urbanismo e Controle Patrimonial da Usiminas; e Weber Americano, Prefeito Municipal de Dionísio, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Rosângela Reis, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente – Hely Tarquínio – Doutor Wilson Batista.

### **ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/10/2011**

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, André Quintão e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bruno Siqueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Deputado André Quintão em que justifica sua ausência na reunião de 27/9/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei n°s 2.485, 2.491 a 2.493, 2.496, 2.504 e 2.511/2011 (Deputado André Quintão); 2.043, 2.490, 2.498, 2.502, 2.512 e 2.519/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 1.618, 2.489, 2.494, 2.500, 2.505 e 2.514 a 2.516/2011 (Deputado Cássio Soares); 2.484, 2.487, 2.499, 2.503, 2.509 e 2.517/2011 (Deputado Delvíto Alves); 2.486, 2.495, 2.506 e 2.518/2011 (Deputado Luiz Henrique); 2.483, 2.507, 2.508, 2.510 e 2.513/2011 (Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do Deputado Bruno Siqueira em que solicita seja alterada a ordem do dia de modo que o Projeto de Resolução n° 513/2011 seja apreciado em último lugar nesta fase. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei n°s 10/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa; voto contrário: Deputado André Quintão) e 1.436/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira; votos contrários: Deputada Rosângela Reis e Deputado André Quintão). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do

Projeto de Lei Complementar nº 19/2011 (relator: Deputado André Quintão). O Projeto de Lei nº 434/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Bruno Siqueira, aprovado pela Comissão. Na fase de discussão do parecer em que o relator, Deputado Sebastião Costa, conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 1.966/2011, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita o adiamento da discussão. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 356 e 409/2011 deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental formulada pelo relator, Deputado Bruno Siqueira. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 429/2011 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental formulada pelo Deputado Sebastião Costa, relator em virtude de redistribuição. Registra-se a presença do Deputado Cássio Soares. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 679/2011 na forma do Substitutivo nº 1, 937/2011 e 1.859/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira), 701/2011 e 1.339/2011 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Delvito Alves; leitor: Deputado Cássio Soares), 1.060/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: Deputada Rosângela Reis), 1.501/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição) e 2.395/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Cássio Soares). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 810 e 1.286/2011 deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental formulada pelos respectivos relatores, Deputado Sebastião Costa e Deputada Rosângela Reis. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 848/211 (relator: Deputado Bruno Siqueira), 1.187/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis), 1.382 e 1.949/2011 (relator: Cássio Soares). O Projeto de Lei nº 1.666/2011 é convertido em diligência ao Conselho de Supervisão da Administração e Alienação de Ativos; o Projeto de Lei nº 2.389/2011, ao DER-MG e à Prefeitura Municipal de Mantena (relator: Deputado Bruno Siqueira); o Projeto de Lei nº 1.865/2011, à Secretaria de Educação (relator: Deputado Luiz Henrique); o Projeto de Lei nº 2.122/2011, à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Fundação Estadual do Meio Ambiente; e o Projeto de Lei nº 2.382/2011, ao DER-MG (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição no caso do segundo projeto). Na fase de discussão do parecer em que o Deputado Sebastião Costa, relator em virtude de redistribuição, conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.152/2011, o Presidente defere pedido de vista do Deputado André Quintão. Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Resolução nº 513/2011, o relator, Deputado Cássio Soares, retira o parecer lido anteriormente e apresenta outro em que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1. Após discussão e votação, é aprovado o parecer. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 915/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição) e 1.533/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Retira-se da reunião o Deputado Bruno Siqueira. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 1.685/2011 com a Emenda nº 1, 1.749/2011, 1.783/2011 na forma do Substitutivo nº 1, 2.064, 2.375 e 2.380/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis), 1.751, 2.372 e 2.398/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique), 1.978/2011, 2.113/2011 com a Emenda nº 1, 2.319, 2.374, 2.383 e 2.384/2011 (relator: Deputado André Quintão), 2.385, 2.393 e 2.394/2011 (relator: Deputado Cássio Soares). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.832/2011 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental formulada pelo relator, Deputado Luiz Henrique. Na fase de discussão do parecer em que a relatora, Deputada Rosângela Reis, conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 1.956/2011, o Presidente defere pedido de vista do Deputado Cássio Soares. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam os Projetos de Lei nºs 2.368, 2.373, 2.387, 2.392, 2.397 e 2.399/2011 baixados em diligência ao autor, e os Projetos de Lei nºs 2.386 e 2.466/2011, à Secretaria de Casa Civil e Relações Institucionais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Bruno Siqueira – André Quintão – Rosângela Reis – Rômulo Viegas.

## **ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/10/2011**

Às 13h5min, comparecem na sede da Reserva Indígena Xacriabá os Deputados Durval Ângelo e Arlen Santiago (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os ataques e ameaças de morte sofridos pelos Xacriabás, que se intensificaram devido à reivindicação da demarcação de suas terras no Estado. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Edelvira Tureta, Coordenadora Regional Minas Gerais e Espírito Santo, representando o Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Funai; e os Srs. José Nunes de Oliveira, Prefeito Municipal de São João das Missões; Alan Versiane de Paula, Procurador da República em Montes Claros; Thiago Garcia Amorim, Delegado da Polícia Federal, representando o Sr. Fernando Durán Poch, Superintendente Regional da Polícia Federal; Raimundo Nonato Gonçalves, Delegado Regional de Polícia Civil em Januária, representando o Sr. Jairo Lellis Filho, Chefe da Polícia Civil; Luiz Fernando Oliveira Lançoni, Delegado da Polícia Civil em Itacarambi e Manga; José Antônio de Oliveira, Diretor Regional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social em Montes Claros, representando a Sra. Carmen Rocha, Subsecretária de Estado de Direitos Humanos; Nilton Santos Seixas, membro da Coordenação do Conselho Indígena Missionário; Santo Caetano Barbosa, Cacique Xacriabá; Alvinho Alves de Barros, Vice-Cacique Xacriabá; Marcelo Pereira de Souza, Secretário-Geral da Prefeitura de São João das Missões; João Abdalla, do Programa de Proteção



aos Defensores de Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; João Pinheiro dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de São João das Missões; Cap. PM Evilázio Rodrigues Abreu, Comandante da Companhia da Polícia Militar em Manga, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente – Rogério Correia – Délio Malheiros.

### **ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/10/2011**

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Fabiano Tolentino (substituindo o Deputado Cássio Soares, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.587 e 1.774/2011, este com a Emenda nº 1. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.943 e 1.954/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso ao 3º-Sgt PM José Afonso Alves da Costa, lotado no Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes, pelos 31 anos de serviços prestados à Polícia Militar. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2011.

João Leite, Presidente – Sargento Rodrigues.

### **ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/10/2011**

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Délio Malheiros (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS) e Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento de sua autoria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A Presidência deixa de apreciar o Requerimento nº 1.601/2011 por motivo de perda do objeto. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.933/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (9) em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Comandante-Geral da PMMG pelo cumprimento de pedidos de providências relacionados a violações de direitos humanos de policiais, especialmente a negativa ao direito constitucional de petição; seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que se garanta à comunidade quilombola dos Luízes a propriedade do terreno onde residem, na Av. Silva Lobo; seja realizada reunião de audiência pública para discutir o tema “Saúde mental: a consolidação da reforma psiquiátrica como garantia dos direitos humanos”; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 55ª Reunião Extraordinária da Comissão à Superintendência da Polícia Federal no Estado, à Presidência da Funai, à Coordenadoria Regional da Funai, às Coordenadorias dos Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários e de Direitos Humanos, à Subsecretaria de Direitos Humanos, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Juízo da 1ª Vara da Justiça Federal - Subseção de Montes Claros, à Procuradoria da República em Montes Claros, à Chefia da Polícia Civil, ao Comando-Geral da PMMG, à Advocacia-Geral da União e à Ouvidoria Agrária Nacional; seja formulada manifestação de aplauso ao Ministério da Casa Civil, à Presidente da República e à Secretaria-Geral da Presidência da República pela assinatura do decreto presidencial que reconheceu o território quilombola Brejo dos Crioulos, nos Municípios de Varzelândia, Verdelandia e São João da Ponte; seja realizada visita, com a participação da Comissão da Verdade da OAB-MG, ao Ministério Público Federal para entregar dossiê sobre atentados terroristas cometidos por grupos de extrema direita no Estado, de 1965 a 1995; seja realizada reunião de audiência pública para discutir o direito da comunidade quilombola dos Luízes à propriedade do terreno onde residem, na Av. Silva Lobo, em Belo Horizonte; seja encaminhado à Superintendência Regional do Incri pedido de providências para a agilização do laudo antropológico da comunidade quilombola dos Luízes, a fim de garantir-lhe os direitos de população tradicional quilombola; e seja realizada reunião de audiência pública para discutir a implantação do Cartão dos Idosos em Contagem, o qual lhes permitirá o acesso pela porta traseira nos ônibus do transporte público municipal; e Arlen Santiago (4) em que solicita seja encaminhado à Presidência da Ruralminas pedido de providências para que seja dada prioridade à Reserva Indígena Xacriabá, em São João das Missões, no programa de barragens do governo do Estado; seja encaminhado à Presidência da



Funasa pedido de providências para a regularização do pagamento dos médicos e profissionais de saúde que atendiam na Reserva Indígena Xacriabá; seja encaminhado ao Ministério da Integração Nacional pedido de providências com vistas à doação de cisternas e dessalinizadores para a comunidade indígena xacriabá e à construção de barragens de médio porte em sua reserva; e seja encaminhado às Secretarias de Transportes e Obras Públicas e de Educação pedido de providências para que a empresa responsável pela construção da escola da Aldeia da Prata, da comunidade indígena xacriabá, em São João das Missões, realize os necessários reparos nesse estabelecimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

### **ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/10/2011**

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Romel Anízio e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” de 1º/10/2011: ofícios dos Srs. Romulo Martins de Freitas, Superintendente Regional Centro de Minas da CEF; Eduardo Antônio Codo Santos, Subsecretário do Tesouro Estadual da Secretaria de Fazenda; e Antônio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 170, 843 e 1.364/2011 (Deputado João Vítor Xavier); 198 e 644/2011 (Deputado Romel Anízio); 293, 978 e 2.353/2011 (Deputado Gustavo Perrella); 329 e 654/2011 (Deputado Antônio Júlio); 723 e 1.074/2011 (Deputado Ulysses Gomes); 1.178 e 1.319/2011 (Doutor Viana) e 1.280 e 2.292/2011 (Deputado Zé Maia), no 1º turno. O Projeto de Lei nº 88/2011, no 1º turno, tem a discussão adiada, atendendo-se a requerimento do Deputado Sargento Rodrigues aprovado pela Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 293/2011 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, com rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Romel Anízio, em virtude de redistribuição); 329/2011 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Segurança Pública, com rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Antônio Júlio); 2.291/2011 (relator: Deputado Romel Anízio, em virtude de redistribuição) e 2.354/2011 (relator: Deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição) com as Emendas nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 2.992/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Zé Maia). Os Projetos de Lei nºs 644 e 1.280/2011 são convertidos em diligência, o primeiro ao Corpo de Bombeiros Militar e o segundo à Copasa-MG e à Copanor. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas, e de amanhã, às 10 horas, para apreciação dos pareceres dos Projetos de Lei nºs 765, 2.125 e 2.252/2011, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2011.

Antônio Júlio, Presidente - Ivair Nogueira - Ana Maria Resende - Duarte Bechir – João Leite.

### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/10/2011**

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado e Carlos Mosconi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Luzia Ferreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 274/2011, com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado Elismar Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.765 e 2.283/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 431, 1.922, 1.945, 1.963, 1.990, 2.003 e 2.072/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência requerimentos do Deputado Délio Malheiros (2) em que solicita sejam realizadas reunião de audiência pública, no Distrito de Angustura, em Além Paraíba, com a finalidade de debater a situação do patrimônio histórico local e visitar os casarões do século XIX, localizados nesse Município, para avaliar as condições físicas dos referidos imóveis. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater o procedimento a ser adotado para garantir geração de trabalho e renda para os expositores da Feira de Artesanato do Mineirinho, bem como a possibilidade de transferi-la provisoriamente para outro local durante as obras de reforma; da Comissão de Educação, Ciência

e Tecnologia, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com esta Comissão, para debater o fomento e a divulgação da produção cultural local e regional por meio da radiodifusão; do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 832/2011, que institui o registro do Patrimônio Vivo do Estado de Minas Gerais; do Deputado Elismar Prado em que solicita seja realizada visita aos equipamentos que integram os Circuitos Culturais de Minas Gerais, com a finalidade de conhecer o projeto estruturador relativo a esses circuitos; e da Deputada Luzia Ferreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater o Plano Nacional de Cultura. A seguir, o Deputado Carlos Mosconi faz uso da palavra para informar a esta Comissão sobre requerimento de sua autoria, apresentado em Plenário, no qual solicita seja realizado ciclo de debates para tratar da legislação e da ação cultural que versa sobre a produção, comercialização, propagação e consumo do queijo artesanal mineiro. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.

Luzia Ferreira, Presidente.

### **ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/10/2011**

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, André Quintão e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, publicado no “Diário do Legislativo” de 1º/10/2011. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Anunciada a votação do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.966/2011, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita o adiamento da votação desse parecer. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.152, com voto contrário do Deputado André Quintão, 1.129/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, no caso do segundo projeto em virtude de redistribuição); e 1.286/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 632/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: Deputada Rosângela Reis); 1.946/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira); 2.243/2011 (relator: Deputado Rômulo Viegas, em virtude de redistribuição); e 2.263/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado André Quintão). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.799/2011 com as Emendas nºs 1 e 2, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado André Quintão. São convertidos em diligência ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente o Projeto de Lei nº 2.063/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira); e à Secretaria de Estado de Saúde o Projeto de Lei nº 2.164/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). São distribuídos em avulso, a pedido dos relatores mencionados entre parênteses, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.390, 2.449/2011 (Deputado Sebastião Costa); 2.448/2011 (Deputado Rômulo Viegas, em virtude de redistribuição); 2.450/2011 (Deputado Bruno Siqueira); e 2.451/2011 (Deputada Rosângela Reis). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente – Bruno Siqueira – Rosângela Reis – André Quintão – Luiz Henrique – Rômulo Viegas.

### **ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/10/2011**

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira e Fred Costa (substituindo o Deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Durval Ângelo, Rogério Correia e Paulo Lamac. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscrive. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar um balanço do andamento das obras de despoluição da Lagoa da Pampulha no 2º semestre deste ano e discutir os financiamentos e os processos de licitação em curso e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Luciano Luz Badini Martins, Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação; Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional de Governo da Caixa Econômica Federal; Valter Vilela Cunha, Gestor da Meta 2014 da Copasa; Leonardo Borges, Secretário Municipal de Obras, representando o Sr. Jander Muniz Filaretti, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Contagem; Ricardo de Miranda Aroeira, Coordenador Executivo do Programa de Recuperação Ambiental da Sudacap; e Apolo Heringer Lisboa, Coordenador do Projeto Manuelzão, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados



Rogério Correia e Fred Costa, coautores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença da Deputada Luzia Ferreira e do Deputado Paulo Guedes. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Célio Moreira e Luzia Ferreira em que solicitam seja aprovada a agenda de atividades da Comissão de modo a dar prosseguimento às sugestões colhidas durante a realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais; Vanderlei Miranda em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a construção da estação de tratamento de esgoto no Bairro Beira Rio, no Município de São Gonçalo de Abaeté, na divisa com o Município de Três Marias; e Tenente Lúcio em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo no Município de Buenópolis, na sede do Parque Estadual da Serra do Cabral, área de preservação permanente, para debater questões relativas ao meio ambiente e ao turismo. A Presidência recebe os seguintes requerimentos dos Deputados: Célio Moreira (8) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as ações, os programas e a disponibilização de recursos federais destinados à implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente no que tange à transferência de valores e ao financiamento de projetos de destinação de resíduos para os Municípios; seja realizada visita ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente do Ministério Público do Estado do Paraná para conhecer a iniciativa voltada para a preservação e proteção do meio ambiente e, especialmente, os sistemas de compostagem e de resíduos sólidos que estão sendo implantados nesse Estado; seja realizada reunião de audiência pública para debater os métodos de prevenção e combate a incêndio nas unidades de conservação de proteção integral do Estado; seja realizada reunião de audiência pública para debater o Parque Nacional da Serra da Canastra; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que se manifestem sobre os questionamentos contidos em documento recebido da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais sobre o Programa Bolsa Verde; seja realizada reunião de audiência pública no Município de Contagem para debater as obras desenvolvidas e programadas relativas à despoluição da Lagoa da Pampulha; seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para que elabore estudo sobre o “caput” do art. 48 da Lei nº 13.317, de 1999, que dispõe sobre o Código de Saúde do Estado; seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.891/2011, que dispõe sobre a utilização e proteção ambiental das Serras da Moeda e da Calçada e dá outras providências; Arlen Santiago (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as portarias, resoluções e, principalmente, a imposição de penalidades que impedem ou limitam a realização do trabalho do pescador no Estado; seja realizada reunião de audiência pública no Município de São Gonçalo do Abaeté para debater a construção de pequenas centrais hidrelétricas e os impactos ambientais sofridos nos Rios Abaeté e São Francisco; Paulo Guedes em que solicita sejam encaminhados à Semad cópia das notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em Montes Claros, e pedido de providências para que sejam disponibilizados mais investimentos dos recursos disponíveis no Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro - na recuperação das nascentes do norte do Estado, região mais penalizada na cobrança de multas que contribuem para a formação do Fundo; Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para conhecer e debater a situação em que se encontra a região onde está localizado o Condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses, no Município de Nova Lima, em virtude dos possíveis impactos ambientais que a atividade de mineração pode causar na área, bem como as medidas compensatórias para assegurar melhora da qualidade do ar no referido local; Luiz Carlos Miranda em que solicita seja realizada visita ao mineroduto na região de São Domingo do Prata para avaliar a existência de crime ambiental; Adelmo Carneiro Leão e Luzia Ferreira em que solicitam seja encaminhado à Supram - Central Metropolitana pedido de providências para encaminhar relatório de cumprimento das condicionantes e obrigações estabelecidas no termo de ajustamento de conduta firmado entre a Ecosteel Indústria de Beneficiamento Ltda e a Supram-CM, em 23/9/2011, especialmente no que tange à cláusula segunda desse documento; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada visita à Ecosteel Indústria de Beneficiamento Ltda, no Município de Sarzedo, para verificar o cumprimento das medidas e condicionantes técnicas estabelecidas na cláusula segunda do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Ecosteel Indústria de Beneficiamento Ltda e a Supram-CM, em 23/9/2011; Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater o Projeto de Lei nº 560/2011, do Senador Clésio Andrade, que institui a redução gradativa dos teores de enxofre no diesel até atingir o limite máximo de 10mg/kg; Rômulo Veneroso em que solicita seja realizada reunião com o ambientalista, espeleólogo, canoísta, mergulhador e montanhista João Carlos Figueiredo, que participou da expedição Meu Velho Chico, da nascente à foz, para explanação sobre o Rio São Francisco; Rogério Correia (2) em que solicita seja encaminhado à Semad e à Seplag pedido de providências para que se manifeste sobre os questionamentos contidos em documento recebido da Fetaemg sobre o Programa Bolsa Verde; e seja realizada reunião de audiência pública na região da Pampulha para realizar novo balanço do andamento das obras de despoluição da Lagoa da Pampulha no primeiro semestre de 2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2011.

Célio Moreira, Presidente – Luzia Ferreira – Gustavo Corrêa – Duarte Bechir.

## **ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/10/2011**

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado Fred Costa, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo

número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão em que solicita seja retirado de tramitação o Requerimento nº 1.601/2011, de autoria desta Comissão, uma vez que, no dia 27/9/2011, o documento foi entregue informalmente por esse Deputado ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e, em 29/9/2011, foi expedido o decreto presidencial declarando de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo Território do Quilombo Brejo dos Crioulos, situado nos Municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia; e do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada audiência pública ou debate público para discutir as políticas públicas e acompanhamento de programas que dizem respeito ao fortalecimento e estruturação dos conselhos tutelares do Estado de Minas Gerais, em decorrência do Dia do Conselheiro Tutelar. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2011.

André Quintão, Presidente – Fred Costa – Duarte Bechir.

### **ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/10/2011**

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a implantação de medidas de segurança para a Copa do Mundo e a Copa das Confederações e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Geórgia Ribeiro, Subsecretária de Integração e Promoção da Qualidade do Sistema de Defesa Social, representando o Sr. Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social; o Sr. Rafael Marques Pessoa, Assessor do Núcleo de Planejamento e Articulação da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo, representando o Sr. Sérgio Alair Barroso, titular dessa Pasta; o Cel. PM Antônio Leandro Bettoni Silva, Gestor Extraordinário da Copa do Mundo, representando o Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG; o Sr. Néelson Constantino Silva Filho, Delegado-Geral de Polícia Civil, representando o Sr. Jairo Lellis Filho, Chefe da Polícia Civil; o Cel. PM Cícero Nunes Moreira, Assessor da Secretaria de Segurança Urbana e Patrimonial de Belo Horizonte, representando o Cel. PM Genedempsey Bicalho Cruz, titular dessa Pasta, e o Sr. Tiago Nascimento de Lacerda, Presidente do Comitê Executivo Municipal da Copa; o Cel. BM Matuzail Martins da Cruz, Diretor de Assuntos Institucionais do Corpo de Bombeiros Militar; os Srs. Antônio Tomé Loures e Tiago Fantini, respectivamente, Reitor e Presidente do Conselho de Curadores da Universidade Fumec; Daniel Nepomuceno e Heleno Abreu, respectivamente, relator e membro da Comissão Especial da Copa do Mundo da Câmara Municipal de Belo Horizonte; José Jorge Neder, Procurador-Chefe da OAB-MG; Marcelo Marinho Franco, Presidente da União das Associações de Bairro da Zona Sul de Belo Horizonte, e Paulo Omar Nascimento Pereira, Vice-Presidente da Associação dos Moradores dos Bairros Anchieta e Cruzeiro e membro do Conselho Comunitário de Segurança, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Em seguida, é recebido documento do Sr. Rafael Marques Pessoa que contém o Planejamento Estratégico Integrado - Projeto Copa 2014, do governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença do Deputado Sebastião Costa (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa (3) em que solicitam seja formulada manifestação de aplauso à Polícia Civil pela captura, no Estado de São Paulo, de Bruno Rodrigues de Souza (Quem-Quem), Ângelo Gonçalves de Miranda Filho (Pezão) e Genilson Santana Dias; sejam encaminhadas à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para a revisão da legislação municipal sobre a realização de eventos, especialmente o Decreto Municipal nº 12.294, de 2006, tendo em vista a realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014; e seja realizada reunião de audiência pública para averiguar a denúncia de que membros das forças de segurança pública estaduais estariam sendo ameaçados de morte por bandidos; e para debater o Projeto de Lei nº 1.353/2011, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência aos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2011.

João Leite, Presidente - Sargento Rodrigues - Rômulo Viegas.

### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/10/2011**

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Gustavo Corrêa, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Bonifácio Mourão. Havendo número



regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Wilson Luiz da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg -, encaminhando cópia de ofício dirigido ao Governador do Estado e solicitando empenho da Comissão para obtenção de esclarecimentos relativos aos recursos do Fhidro e do Bolsa Verde; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Emanuel Martins Simões Coelho, Superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – no Estado (18/8/2011); Francisco Chavier Faria Júnior e outros; das Sras. Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do Igam; e Marília Campos, Prefeita de Contagem (9/9/2011); dos Srs. Carlos Alberto Pinto Barreto, Coordenador-Geral da I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20 e outros (10/9/2011); Marcos Affonso Ortiz Gomes, Diretor-Geral do IEF (16/9/2011); da Sra. Marília de Carvalho Melo, Subsecretária de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; dos Srs. Narcio Rodrigues, Secretário de Ciência e Tecnologia; Paulo Rogério Ayres Lage; Adilson Waldemar Raposo Júnior, Gerente de Desenvolvimento Urbano e Rural da CEF; e Antônio Sérgio Lima Braga, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte (17/9/2011); Osmando Pereira da Silva, Secretário de Administração Regional Municipal Pampulha de Belo Horizonte; e Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte (1º/10/2011). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.269 e 2.173/2011, no 1º turno (Deputado Célio Moreira); 632 e 732/2011, no 1º turno, e 1.699/2011, em turno único (Deputado Duarte Bechir); 2.234, 2.240 e 2.321/2011, em turno único, e 1.060/2011, no 1º turno (Deputada Luzia Ferreira); e 2.288 e 2.347/2011, em turno único (Deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 266/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Célio Moreira); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 28/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Célio Moreira); e pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 95/2011 (relator: Deputado Duarte Bechir). Os Deputados Bonifácio Mourão e Gustavo Corrêa retiram-se da reunião. Os Projetos de Lei nºs 1.197, 1.269 e 1.891/2011, no 1º turno, são convertidos em diligência, o primeiro à Semad e ao IMA e os dois últimos à Semad, mediante requerimentos do relator, Deputado Célio Moreira, aprovados pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.240/2011 com a Emenda nº 1, 2.025 e 2.234/2011 (relatora: Deputada Luzia Ferreira); 2.094/2011 com a Emenda nº 1 e 2.288/2011 (relator: Deputado Gustavo Corrêa), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 967, 1.689, 1.948, 1.989 e 1.996/2011, em turno único. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira (9) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as ações e programas e a disponibilização de recursos federais destinados à implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente no que tange à transferência de valores e ao financiamento de projetos para os Municípios; seja realizada visita ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente do Ministério Público do Estado do Paraná para conhecer a iniciativa voltada para a preservação e proteção do meio ambiente e, especialmente, os sistemas de compostagem e de resíduos sólidos que estão sendo implantados nesse Estado; seja realizada reunião de audiência pública para debater os métodos de prevenção e combate a incêndio nas unidades de conservação de proteção integral do Estado; seja realizada reunião de audiência pública para debater questões relativas ao Parque Nacional da Serra da Canastra; seja encaminhado à Semad e à Seplog pedido de providências para que se manifeste sobre os questionamentos contidos em documento recebido da Fetaemg sobre o Programa Bolsa Verde; seja realizada reunião de audiência pública no Município de Contagem para debater as obras desenvolvidas e programadas relativas à despoluição da Lagoa da Pampulha; seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para que elabore estudo sobre o “caput” do art. 48 da Lei Estadual nº 13.317, de 1999, que dispõe sobre o Código de Saúde do Estado, esclarecendo se torna obrigatório que a construção considerada habitável promova a ligação à rede coletora de esgoto, quando disponibilizada pelo poder público; seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.891/2011, em tramitação nesta Casa; e seja retirado de tramitação o Requerimento nº 1.476/2011, em tramitação nesta Casa; Arlen Santiago (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as portarias, resoluções e, principalmente, a imposição de penalidades que impedem ou limitam a realização do trabalho do pescador no Estado; e seja realizada reunião de audiência pública no Município de São Gonçalo do Abaeté para debater a construção de pequenas centrais hidrelétricas e os impactos ambientais sofridos nos Rios Abaeté e São Francisco; Paulo Guedes em que solicita sejam encaminhados à Semad cópia das notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em Montes Claros, e pedido de providências para disponibilizar maior parcela dos recursos disponíveis no Fhidro à recuperação das nascentes do Norte do Estado; Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para conhecer e debater a situação em que se encontra a região onde está localizado o Condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses, no Município de Nova Lima, em virtude dos possíveis impactos ambientais que a atividade de mineração pode causar na área, bem como as medidas compensatórias para assegurar melhora da qualidade do ar no referido local; Luiz Carlos Miranda em que solicita seja realizada visita ao mineroduto na região de São Domingo do Prata para avaliar a prática de crime ambiental; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada visita à Ecosteel Indústria de Beneficiamento Ltda., no Município de Sarzedo, para verificar o cumprimento das medidas e condicionantes técnicas estabelecidas na cláusula segunda do termo de ajustamento de conduta firmado entre a Ecosteel Indústria de Beneficiamento Ltda. e a Supram-CM, em 23/9/2011; Adelmo Carneiro Leão e Luzia Ferreira em que solicitam seja encaminhado à Supram - Central Metropolitana pedido de providências para encaminhar relatório de cumprimento das condicionantes e obrigações estabelecidas no termo de ajustamento de



conduta firmado entre a Ecosteel Indústria de Beneficiamento Ltda. e a Supram-CM, em 23/9/2011, especialmente no que tange à cláusula segunda desse documento; Celinho do Sintrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater o Projeto de Lei nº 560/2011, do Senador Clésio Andrade, em tramitação no Senado Federal, que institui a redução gradativa dos teores de enxofre no diesel até atingir o limite máximo de 10 mg/Kg; Rômulo Veneroso em que solicita seja realizada reunião com o ambientalista, espeleólogo, canoísta, mergulhador e montanhista João Carlos Figueiredo, que participou da expedição Meu Velho Chico – da nascente à foz –, para explanação sobre o Rio São Francisco; Rogério Correia, Fred Costa e Paulo Lamac em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública na região da Pampulha para realizar novo balanço do andamento das obras de despoluição da Lagoa da Pampulha no primeiro semestre de 2012; e Célio Moreira, Duarte Bechir e Luzia Ferreira em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater a atuação dos órgãos estaduais responsáveis pelo combate a incêndios florestais nos eventos dessa natureza ocorridos recentemente no Estado, inclusive do Corpo de Bombeiros Militar, bem como a destinação da Taxa de Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio – Taxa de Incêndio – para essas atividades. É dado por prejudicado, conforme disposto no art. 284, I, do Regimento Interno, o requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita seja encaminhado à Semad e à Seplag pedido de providências para que se manifestem sobre os questionamentos contidos em documento recebido da Fetaemg sobre o Programa Bolsa Verde. A Presidência recebe requerimentos dos Deputados Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação real das zonas de preservação ambiental e das zonas de proteção no Município de Belo Horizonte; Dalmo Ribeiro Silva e Célio Moreira (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para colher subsídios para a votação do Projeto de Lei nº 1.197/2011, em tramitação nesta Casa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2011.

Célio Moreira, Presidente.



## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/10/2011

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 513/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre o abastecimento e a qualidade da água na região de Lagoa Santa, bem como sobre o planejamento e o calendário das obras a serem realizadas nessa região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 514/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre as estatísticas de acidentes com a rede elétrica ocorridos no Estado nos últimos cinco anos e sobre outras questões que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 647/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os projetos, em execução, de recuperação e monitoramento da Lagoa da Pampulha, sobre o montante e a fonte dos investimentos previstos, bem como sobre a fase atual das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 706/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre as apreensões de armas feitas pelas Polícias Militar e Civil no Estado em 2009, 2010 e 2011, bem como sobre o destino dado às armas apreendidas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 707/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à direção da Penitenciária Nelson Hungria pedido de informações sobre suposta autorização concedida a Agentes Penitenciários lotados nessa unidade prisional para que, a partir de 25/4/2011, portassem armas durante seu período de folga, em suas residências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 708/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os requisitos exigidos por essa Secretaria para a concessão de porte de arma a Agentes



Penitenciários, bem como sobre procedimentos que esse órgão adota para o controle do uso de armas por esses servidores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 723/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre os investimentos por ela realizados em preservação e proteção ambiental de bacias hidrográficas, nos últimos cinco anos, incluindo a relação entre o valor investido e o lucro da empresa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 724/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre os investimentos por ela realizados em preservação e proteção ambiental de bacias hidrográficas, nos últimos cinco anos, incluindo a relação entre o valor investido e o lucro da empresa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 749/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre a paralisação das obras na LMG-806, que liga Ribeirão das Neves a Justinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 767/2011, das Comissões de Educação e de Segurança Pública, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de cópia do relatório que contém as conclusões e as recomendações do grupo de trabalho instituído por essa Secretaria para realizar estudo sobre o enfrentamento da violência em ambiente escolar. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ivan Alves Soares para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

### **2ª Fase**

#### **(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2011, do Deputado Romeu Queiroz e outros, que dá nova redação ao inciso VII do art. 2º e acrescenta parágrafo ao art. 227 da Constituição do Estado, para dispor sobre o acesso à informação e à internet. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21/2011, do Deputado Paulo Guedes e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 577/2011, do Deputado Gustavo Perrella, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pompéu os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011, do Deputado Duarte Bechir e outros, que dispõe sobre a ação declaratória de constitucionalidade e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2011, do Deputado André Quintão e outros, que acrescenta o inciso XII ao art. 2º da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.266/2011, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual para a Cidadania Fiscal Mineira – Fecifim. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 328/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta art. à Lei nº 14.184, de 31/1/2002. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 765/2011, do Deputado Wander Borges, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sabará. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.243/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.980, de 13/1/2006, e a Lei nº 15.981, de 16/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/10/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.699/2011, do Deputado Antônio Júlio; 2.347/2011, da Deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.676/2011, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 12 e 235/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 85/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.099/2011, do Deputado Durval Ângelo. No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.799/2011, do Deputado Zé Maia; 2.336, 2.442 a 2.445, 2.447 e 2.452/2011, do Governador do Estado; 356/2011, do Deputado Fred Costa; 409/2011, do Deputado Fred Costa e da Deputada Liza Prado; 429/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 810/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 1.027 e 1.073/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.087/2011, do Deputado Romel Anízio; 2.220/2011, do Deputado Inácio Franco; 2.229/2011, do Deputado Ivair Nogueira; 2.356/2011, do Governador do Estado; 2.361/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 2.401 e 2.402/2011, do Deputado Rômulo Viegas; 2.415/2011, do Deputado Leonardo Moreira; e 2.428/2011, do Deputado Luiz Henrique.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.956/2011, do Deputado Adalclever Lopes; 148 e 288/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.314 e 1.444/2011, do Deputado André Quintão; 1.796/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.937/2011, do Deputado Romel Anízio; 2.150/2011, do Deputado Bruno Siqueira; 2.185/2011, do Deputado Célio Moreira; 2.364/2011, do Deputado André Quintão; 2.366/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.407 e 2.408/2011, do Deputado Bosco; 2.410 e 2.411/2011, do Deputado Hélio Gomes; 2.412 e 2.414/2011, do Deputado Carlin Moura; 2.422 e 2.423/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; 2.429/2011, do Deputado Carlos Henrique; e 2.459/2011, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.747/2011, do Deputado Tenente Lúcio, e 2.257/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.450 e 2.451/2011, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE,  
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª  
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n.ºs 348/2011, do Deputado Fred Costa; e 1.565/2011, do Deputado Hélio Gomes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n.ºs 1.598/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 1.611 e 1.612/2011, do Deputado Carlin Moura; 1.616/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 1.620 e 1.677/2011, do Deputado Tenente Lúcio; e 1.678/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª  
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO  
DIA 18/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento n.º 1.673/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E  
JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE  
ÀS 15 HORAS DO DIA 18/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: obter, em audiência pública, informações sobre a Ação 4.166 - Campos de Luz do Programa 149 - Incentivo ao Desporto do PPAG e o cronograma de obras para a referida ação.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª  
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO  
DIA 19/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei n.º 2.289/2011, do Deputado Dilzon Melo.

Finalidade: discutir com convidados o direito de propriedade dos membros da Comunidade Quilombola dos Luízes, localizada na Avenida Silva Lobo, nesta Capital.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA  
19/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: discutir assuntos relacionados a políticas públicas no Estado, integrativas e complementares, voltadas para a medicina alternativa, e discutir e votar proposições da Comissão.



**ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 18/10/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres, requerimentos e indicações: indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ivan Alves Soares para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado; e na 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição n°s 16/2011, do Deputado Romeu Queiroz e outros, que dá nova redação ao inciso VII do art. 2º e acrescenta parágrafo ao art. 227 da Constituição do Estado, 18/2011, do Deputado Duarte Bechir e outros, que dispõe sobre a ação declaratória de constitucionalidade e dá outras providências, 21/2011, do Deputado Paulo Guedes e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado, e 25/2011, do Deputado André Quintão e outros, que acrescenta o inciso XII ao art. 2º da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei n°s 328/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei n° 14.184, de 31/1/2002, 577/2011, do Deputado Gustavo Perrella, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pompéu os imóveis que especifica, 765/2011, do Deputado Wander Borges, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sabará, 2.243/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei n° 15.980, de 13/1/2006, e a Lei n° 15.981, de 16/1/2006, e 2.266/2011, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual para a Cidadania Fiscal Mineira; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de outubro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Antônio Carlos Arantes, Carlos Henrique e João Vítor Xavier, membros da Comissão de Minas e Energia, para a reunião a ser realizada em 18/10/2011, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a atual situação da jazida de minério de ferro localizada na área conhecida como Lagoa Seca, entre os Bairros Belvedere e Mangabeiras, nesta Capital, bem como as consequências da extração de minério nessa jazida para o meio ambiente e para os moradores da região, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.

Célio Moreira, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/10/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o Turno Único da Mensagem n° 113/2011, do Governador do Estado, para o 2º Turno do Projeto de Lei Complementar n° 8/2011, do Tribunal de Contas, e para o 1º Turno dos Projetos de Lei n°s 2.390, 2.442, 2.444, 2.447 a 2.452/2011, do Governador do Estado, e 2.188/2011, do Procurador-Geral de Justiça; de debater os Projetos de Lei n°s 2.442, 2.447, 2.448, 2.449 e 2.452/2011, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.

Zé Maia, Presidente.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, as Deputadas Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e os Deputados Adalclever Lopes, Almir Paraca, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Bosco, Bruno Siqueira, Carlos Mosconi, Celinho do Sinttrocel, Célio Moreira, Dalmo Ribeiro Silva, Délio Malheiros, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Durval Ângelo, Elismar Prado, Fabiano Tolentino, Fred Costa, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares, Hely Tarquínio, João Leite, Luiz Carlos Miranda, Marques Abreu, Paulo Lamac, Pompílio Canavez, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Sebastião Costa, Tadeu Martins Leite, Tenente Lúcio e Tiago Ulisses, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 18/10/2011, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 2.453/2011, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.

Zé Maia, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 18/10/2011, às 19 horas, no Instituto Santo Tomás de Aquino, nesta Capital, com a finalidade de discutir o tema “Saúde mental: a consolidação da reforma psiquiátrica como garantia dos direitos humanos” e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/10/2011, às 10 horas, na Câmara Municipal de Guanhães, com a finalidade de debater a saúde pública na região do Município de Guanhães, em especial no que se refere ao Hospital Imaculada Conceição; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/10/2011, às 10 horas, no Município de Nova Ponte, com a presença de convidados, com a finalidade de discutir a pesca esportiva e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 208/2011

#### Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do Deputado Elismar Prado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede no Município de Campos Gerais.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.



### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 208/2011 visa declarar de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede no Município de Campos Gerais, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, que tem por escopo prestar assistência social a idosos.

Com esse propósito, a instituição mantém estabelecimento destinado a abrigar idosos de ambos os sexos, proporcionando-lhes amparo material e emocional e oferece alimentação, vestuário, medicamentos e assistência médica e odontológica a seus assistidos.

Tendo em vista o relevante trabalho humanitário desenvolvido pelo Lar São Vicente de Paulo, consideramos meritória a pretensão de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 208/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.

Pompílio Canavez, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.015/2011**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

#### **Relatório**

De autoria do Deputado Bonifácio Mourão, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Recreativa Xopotó, com sede no Município de Dona Euzébia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.015/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Recreativa Xopotó, com sede no Município de Dona Euzébia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo promover a integração dos moradores da comunidade em que atua.

Com esse propósito, a instituição realiza reuniões e eventos de caráter esportivo, social, cultural e cívico.

Cabe ressaltar que a integração em comunidade, especialmente por meio da prática de atividades culturais e físicas, traz benefícios individuais e sociais, pois contribui para a formação física e psíquica dos indivíduos. Especialmente na adolescência, quando os jovens estão sujeitos a problemas psicológicos e podem ser influenciados por hábitos prejudiciais, que geram conflitos internos capazes de desvirtuar valores e dificultar a aprendizagem, o apoio da comunidade em que vivem se reveste de indiscutível importância, prestando grande contribuição ao desenvolvimento da sociedade.

Diante do relevante trabalho social desenvolvido pela Associação Recreativa Xopotó, consideramos meritória a pretensão de lhe conceder o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.015/2011, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.

Pompílio Canavez, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.236/2011**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

#### **Relatório**

De autoria do Deputado Paulo Lamac, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Núcleo de Sem Casa Santíssima Trindade, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.236/2011 tem como finalidade declarar de utilidade pública o Núcleo de Sem Casa Santíssima Trindade, com sede no Município de Belo Horizonte, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que luta pela melhoria da qualidade de vida da população.

Com efeito, a instituição estimula a organização comunitária; defende o direito a moradia; desenvolve projetos de efetivação das políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, geração de emprego e renda, habitação e regularização fundiária.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pelo Núcleo de Sem Casa Santíssima Trindade, consideramos meritória a pretensão de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.236/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.



Pompílio Canavez, relator.

## PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.272/2011

### Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Doutor Viana, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária pelo Progresso de Contria – ACPC –, com sede no Município de Corinto.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.272/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária pelo Progresso de Contria – ACPC –, com sede no Município de Corinto, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo promover o desenvolvimento econômico e cultural dessa comunidade, visando à melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

Com esse propósito, a instituição promove ações de incentivo à geração de emprego e renda por meio de aprimoramento profissional e de cursos de capacitação, busca a integração das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, incentiva a integração de seus associados, estimula o associativismo e a defesa dos direitos fundamentais da pessoa e realiza atividades educativas, culturais, desportivas e sociais. Além disso, presta assistência a crianças, adolescentes, gestantes e idosos, combate a fome e a pobreza e orienta sobre a preservação do meio ambiente.

Tendo em vista o relevante trabalho social realizado pela Associação Comunitária pelo Progresso de Contria, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.272/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.

Pompílio Canavez, relator.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 5/10/2011

O Deputado Fabiano Tolentino – Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos visita e está nas nossas galerias, servidores desta Casa e telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Na semana passada, fizemos uma audiência pública neste Plenário para tratarmos do leite. Vários Deputados Federais, a pedido do Deputado Domingos Sávio, que é Presidente da Frente Parlamentar do Leite, vieram a esta Casa e a audiência foi ótima. O Deputado Antônio Carlos Arantes, Presidente da nossa comissão, estava presente e realmente o dia foi magnífico. Tratamos de vários assuntos, principalmente dos ligados ao cenário do leite, que hoje passa por diversos problemas circunstanciais, mas graves, que atingem o nosso produtor rural. Tratamos de todos esses assuntos, fizemos uma análise desses problemas, e constatamos que devemos, sim... Hoje sabemos que o Brasil é o 6º maior produtor mundial de leite, e Minas Gerais, o 1º produtor no “ranking” brasileiro. Temos um rebanho muito extenso, produzimos muito leite e sabemos da importância desse produto na nossa bacia leiteira e, principalmente, na nossa balança comercial.

Tirando o minério, a agricultura aparece como segunda fonte de divisas, com o leite, o café e todos os produtos da agropecuária. Sabemos da importância do leite para a balança comercial de Minas Gerais. Então nós, Deputados Estaduais, assim como os Deputados Federais, devemos, sim, trabalhar pela redução da tributação sobre o leite, pois ela ainda é muito alta. Além disso, devemos combater as atuais fraudes na cadeia leiteira e instituir programas sociais relativos a alimentos, que tenham produtos que contenham leite e seus derivados para que esses programas sejam de qualidade. Assim, poderemos usar ainda mais o leite para alimentar nossas crianças e para abastecer creches e asilos atendidos por programas sociais. Devemos ampliar a nossa exportação e diminuir, sim, as nossas importações, principalmente da Argentina e do Uruguai, que hoje nos afligem.

Sr. Presidente, realmente nos incomoda a quantidade de leite que o Brasil importa da Argentina e do Uruguai, sendo que somos grandes produtores, sendo que Minas Gerais é um grande produtor, pois tem extensa bacia leiteira. Atualmente há o grande problema da importação do leite que chega da Argentina e do Uruguai. Talvez venha até da Nova Zelândia. A Argentina importa da Nova Zelândia e exporta para o Brasil.

No dia 17 de agosto, o governo de Minas lançou o programa Fórum do Leite para discutir melhoras na qualidade e, principalmente, desafios em que podemos avançar com relação à bacia leiteira e às políticas públicas para esse setor. Esse foi um avanço do governo de Minas. Devemos, sim, parabenizar o Governador Antonio Anastasia. Estive presente no lançamento e sabemos da importância e do valor que o Governador dá à cadeia leiteira. O Fórum do Leite foi muito produtivo e acho que será um grande avanço. Porém o problema da importação é grave e generalizado. Hoje a Argentina importa para o Brasil 4.000t de leite em pó e o Uruguai, 2.500t, o que influencia, sim, na produção dos nossos produtores rurais, ocasionando transtornos a eles e atrapalhando a nossa balança



comercial. Chegou o momento de estudarmos isso, não concebemos que a Argentina traga tantos produtos e derivados do leite ao Brasil. A mesma coisa acontece com o Uruguai. Devemos trabalhar essa questão principalmente no Congresso Nacional. Discutimos nesta Casa, exaustivamente, a atual situação do leite no Estado. Tenho certeza de que serão feitos tratados, decretos para criarmos melhores condições para que esses produtos não cheguem aos nossos supermercados com preços, realmente, desiguais.

O Deputado Bosco, muito atencioso, e o Deputado Rômulo Viegas estão nos escutando dizer que hoje, no Brasil, 10kg de leite em pó custam R\$8,60; entretanto o mesmo leite chega da Argentina e do Uruguai por R\$5,10. Como competiremos com um produto que vem de fora e é R\$3,00 mais barato que o nosso? Já que realmente temos uma bacia leiteira muito grande, muito extensa, não precisamos exportar leite em pó. Essa situação está atrapalhando os nossos produtores, as nossas cooperativas, o nosso sistema cooperativo e todo o cenário do leite, porque atualmente recebemos um produto caro, pelo fato de o dólar estar baixo – e tivemos vários meses com o dólar em queda -, o que inviabiliza o lucro dos nossos produtores rurais.

Tenho em mãos algumas planilhas, apenas para terem uma noção do problema que enfrentamos.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior – aliás, falarei aqui sobre o mês de agosto -, Juiz de Fora, sua região, Deputado Bruno Siqueira, que sempre é muito atencioso, importou 28.500kg de leite em pó, cremes e derivados dos EUA. Isso é um problema para nós. Três Corações importou 25.000kg de soro da Argentina; Contagem, 50.000kg de leite integral e queijo da Argentina; Pará de Minas, 5.000kg de derivados de leite da Argentina, perfazendo-se um total de US\$560.000,00 de importação. Estamos trazendo de fora produtos que existem no Brasil, o que atrapalha toda a cadeia leiteira.

Portanto precisamos verificar essa situação. Não estamos aqui pedindo que o Brasil não importe, não é isso. Precisamos dar melhores condições ao produtor rural que acorda às 5 horas da manhã, retira o leite com dificuldade, paga seus impostos sem nem ter empregado. Se quiser tirar um descanso, não tem jeito, porque a vaca está lá para dar leite e ele precisa estar ali, no dia a dia, para retirá-lo, trabalhando de sol a sol. Contudo, o Brasil importa toneladas e toneladas de leite em pó e de soro, e isso atrapalha toda a nossa balança comercial leiteira.

Assim, precisamos ajustar uma quota e o preço tanto da Argentina quanto do Uruguai. A Argentina salienta hoje que tem o decreto, mas o Uruguai não, e este está importando do Brasil sem haver fiscalização. Então, temos de conversar com os dois países no âmbito do Mercosul, fazer esse tratado e estabelecer a quota. Não é porque o Uruguai está importando de nós 100t de frango que tem de nos mandar 2.500t de leite em pó.

Na verdade, o Brasil tem de exportar mais. Temos esse avanço para o produtor rural, mas não damos conta hoje de ajustar toda essa carga de leite em pó que chega às nossas prateleiras, o que prejudica toda a nossa balança.

Outro derivado do leite é o queijo. Fui ao Festival do Queijo Canastra de São Roque, que foi muito bom. Todos os produtores nos procuraram para organizarmos a situação do queijo. A nossa lei que regulariza o queijo é muito antiga, de 1952, e impede a comercialização e o progresso dos nossos produtores no que diz respeito à comercialização do queijo e demais derivados do leite. Nós, Deputados, realmente temos de trabalhar no consórcio de cidades. Como disse muito bem o Sr. Altino, do IMA, estão estudando uma forma de as cidades fazerem os seus consórcios e venderem entre si, de se criar um sistema de inspeção municipal nas cidades em que for possível. Divinópolis sai na frente, pois temos um sistema de inspeção municipal. Então, já conseguimos ajustar essa venda de queijos para fora das fronteiras do Município. Temos, pois, de ajustar toda essa situação, o que é urgente. O nosso produtor clama para que realmente a ajustemos. O IMA tem de nos ajudar.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)\* – Obrigado, Deputado Fabiano Tolentino. Quero parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento e pela defesa que faz dos produtores, principalmente os envolvidos na cadeia de produção de leite. Minas Gerais tem a maior bacia leiteira do Brasil. Realmente, é importante essa defesa. V. Exa. faz menção a pontos importantes como a carga tributária muito elevada e todos os custos de produção. Percebemos que hoje há muita tecnologia empregada na produção do leite, na ordenha e em todos os processos que estão sendo inseridos no campo.

Em relação à energia elétrica, vemos que o produtor paga um preço absurdo. A propósito, defendo um projeto aqui, que aliás foi de autoria do Deputado Weliton Prado, para reduzir o imposto que incide sobre a produção dos pequenos produtores, como, por exemplo, os de leite.

Além de todos esses custos, há a questão da taxa de lucros no Brasil e todos os intermediários que existem nesse processo. Acompanhei uma matéria na qual foram comparados os preços do Brasil e da Argentina. Veículos são produzidos aqui, mas levados para fora, onde são vendidos bem mais baratos. Podemos pensar que isso é um absurdo. Se fizermos uma análise, veremos por que ocorre. Uma é a carga tributária no Brasil, que é algo absurdo. Na matéria eles deixaram de fora os impostos. Mesmo descontando todos os impostos que são cobrados no Brasil, ainda assim o preço lá fora é mais baixo. Percebeu-se, então, que a taxa de lucro cobrada no Brasil é uma das mais altas do mundo. Os pequenos produtores vendem o leite a um preço irrisório, não sendo o mesmo quando chega ao consumidor final. O vendedor final, principalmente, auferi uma taxa de lucro muito alta, além da carga tributária, que é elevadíssima, sendo que em Minas Gerais é uma das mais altas do País.

Outra questão que apresento, Deputado Fabiano Tolentino, a qual seria importante o governo do Estado trabalhar, como já está trabalhando, porém com dificuldades em algumas regiões, são os consórcios para os pequenos produtores, para que eles possam, dentro do Programa de Agricultura Familiar – Pronaf -, ser inseridos no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA -, ou seja, fazer a venda direta para as creches, por exemplo, e para as escolas do Estado. Garantirá assim emprego e renda no campo e também uma alimentação mais saudável para os alunos. Fui autor, quando Deputado Federal, da nova lei da merenda escolar, em que inserimos 30% de todos os recursos do programa de alimentação escolar para venda direta dos pequenos produtores. Seria uma saída de fortalecer essa cadeia produtiva do leite, oferecendo mais renda, mais emprego no campo. E o governo, por meio da organização desses consórcios, também ofereceria uma merenda mais saudável para nossos alunos.

Parabenizo V. Exa. e digo que estamos firmes na defesa de toda agenda legislativa que vier a esta Casa com relação aos pequenos produtores, aos produtores rurais de Minas Gerais, que realmente trabalham muito pelo desenvolvimento deste Estado. Esperamos que o governo envie projeto para esta Casa desonerando a carga tributária que incide sobre a produção, no caso da produção do leite, em



que, se considerarmos todos os insumos, os custos de produção, a energia elétrica, a água ou todo esse processo, realmente, o produtor final é quem paga o pato, porque ele não pode repassar valor. Então, todos os atravessadores intermediários repassam os seus custos, e o consumidor final, como percebemos, a parte mais fraca na relação de consumo é quem acaba sofrendo. Existem projetos que tramitam nesta Casa nesse sentido - um deles, de minha autoria -, reduzindo, por exemplo, a carga tributária da energia elétrica dos pequenos produtores do Estado de Minas Gerais. Enfim, parabéns V. Exa. pela luta, pelo trabalho, pela competência que tem demonstrado nesta Casa na defesa do povo de Minas Gerais. Parabéns.

O Deputado Fabiano Tolentino – Obrigado, Deputado Elismar Prado. Realmente, V. Exa. contribuiu muito. Divinópolis hoje também compra mais de 40% da merenda escolar.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Sei que V. Exa. abordará outra questão, mas gostaria de fazer alguns esclarecimentos. Conversei com o Presidente da Copasa para saber realmente o que foi anunciado - pareciam tantas coisas boas.

A informação oficial da Copasa é que todo recurso de despoluição da Lagoa da Pampulha é com dinheiro contratado: Minas Gerais tem de pagar, a Copasa tem de pagar. Então, não se trata de recurso do governo federal, mas, sim, de empréstimo. A Copasa captou tal recurso e terá de pagar.

É importante dizer também que, em relação à calha do São Francisco, quem deveria fazer a despoluição do rio seria a Codevasf, mas ela solicitou que a Copasa fizesse. Aí, sim, são R\$120.000.000,00 do Tesouro Federal e R\$26.000.000,00 da Copasa, sendo que a Copasa fará todo o serviço. É importante dizer que, ao final, realmente, 100% dos esgotos do Ressaca, do Sarandi serão coletados e tratados na Estação do Onça, estação construída pela Copasa, pelo governo de Minas Gerais, com recurso do povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Fabiano Tolentino - Muito obrigado, Deputado João Leite. Estamos conversando sobre coisas boas, sobre o leite, e o Deputado João Leite agrega com seu pronunciamento, falando sobre a Copasa, tema também significativo, porque temos de trabalhar aqui no bem comum. Então, como estamos falando da cadeia leiteira, o Deputado falou sobre a despoluição, que é importante, porque o nosso produtor rural é preocupado também com a despoluição; logo, trata-se de um tema que agrega muito ao nosso conteúdo.

Na quarta-feira, dia 28 de setembro, saiu publicada no “Estado de Minas” matéria sobre o Parque da Gameleira. Sr. Presidente, gostaria de dizer que a notícia trouxe um rebuliço. Todos os criadores do Brasil das raças campolina, mangalarga, pônei, gir, guzerá, girolanda e nelore nos ligaram para saber a situação do Parque da Gameleira. Acho que o Deputado Antônio Carlos Arantes, Presidente da Comissão de Política Agropecuária, também recebeu vários telefonemas. Segunda-feira realizamos uma reunião no Parque da Gameleira com 20 associações. Realmente, o nosso Vice-Governador Alberto Pinto Coelho já acalmou todos os ânimos explicando que o Parque não sairá dali até que outro seja feito. Essa ação é mais sensata. Não é possível tirar o Parque da Gameleira e as nossas exposições dali. Todas as exposições nacionais das raças campolina, mangalarga, árabe, pônei e pampa e do gado de todo o Brasil são feitas no Parque da Gameleira, que é um lugar aconchegante.

Particularmente, fui criado no Parque da Gameleira. Tenho 30 anos de criação de cavalo campolina. Fui criado lá no bar com a tia Jandira e a tia Vilma. Realmente sinto pelo Parque da Gameleira um carinho especial. Portanto, fiquei muito triste em saber da possibilidade da retirada do Parque. Entendo que hoje o Parque é pequeno para nossa demanda. Temos apenas 16 galpões de baias para cavalos, 16 galpões de argolas para gado, 800 argolas e temos muito o que agregar. Temos de transformar, sim, o Parque da Gameleira. A Expominas está crescendo a cada dia, por isso temos de ter um parque moderno e ajustado, mas o Parque da Gameleira tem a nossa cara. Estamos acostumados com as suas pistas, com as suas praças de leilões e com seus 70 currais. O parque é muito bom. E pessoas de todo o Brasil entraram nas listas pela internet, principalmente na do campolina, e me chamaram para o debate, porque represento essa esfera, por ser criador e juiz da raça campolina.

No entanto, o nosso Vice-Governador, Dr. Alberto Pinto Coelho, muito atencioso, prontamente, com toda a educação que é peculiar a essa grande bandeira da nossa política, ligou para os criadores pedindo calma. Ele esclareceu que se tratava apenas de uma matéria, que temos problemas, sim, mas só sairemos do parque a partir do momento em que o Estado construir um novo parque, mais moderno, maior e que consiga ajustar toda a nossa demanda.

Temos o maior rebanho leiteiro, o maior rebanho de corte, o maior rebanho de equinos das raças campolina e mangalarga marchador, e o maior número de touros está em Minas Gerais, de todas as raças zebuínas e leiteiras. Portanto, temos uma qualidade específica de Minas para o produtor rural e não podemos perder jamais o nosso Parque da Gameleira, que é a nossa estrutura.

Hoje é gostoso levar os nossos produtos e mostrar a genética mineira no nosso parque de exposição a todo o Brasil. Isso fomenta o agronegócio e o turismo, enche os hotéis e traz divisas para a nossa Capital, porque ali estão todas as raças nacionais. São 20 associações que estão hoje internamente ligadas ao Parque da Gameleira. Lá há dois restaurantes. Há várias famílias que ali trabalham e ficaram preocupadas com a notícia do jornal “Estado de Minas”, que, por sinal, foi muito bem feita, mostrando os problemas nos quais temos de avançar.

Venho defender e trazer a notícia do nosso Vice-Governador para que todos os criadores de todo o Brasil e principalmente os mineiros tenham calma, pois a situação transcorrerá da melhor forma possível. Não sairemos da Gameleira até que outro parque de melhor condição, mais moderno e que dê mais viabilidade às nossas condições agrárias e agropecuárias seja construído na nossa Minas Gerais, na nossa Capital.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Passei um pouco do horário. Algumas intervenções foram feitas pelos dois Deputados, cujos temas foram diversos, mas bem argumentados tanto em relação ao saneamento quanto ao leite, outro ponto que nós destacamos, mas tenho certeza de que conseguimos passar o recado aos mineiros, tranquilizando aqueles que têm medo de perder o nosso Parque da Gameleira no Centro da cidade, na Avenida Amazonas. Tudo está tranquilo. Muito obrigado, Vice-Governador e toda equipe. Obrigado, Deputado Antônio Carlos Arantes, V. Exa. é um batalhador do meio rural e nos ajuda muito como Presidente da Comissão de Política Agropecuária. Tenho certeza de que, juntos, trabalharemos para conseguir um espaço digno e adequado, enfim, muito melhor do que o Parque da Gameleira. Enquanto isso, esperamos que esse Parque continue a ter boas exposições como as que já ocorrem lá.



\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva\* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique; demais membros da Mesa; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos da TV Assembleia e todos os que sempre acompanham as nossas reuniões ordinárias e extraordinárias, boa tarde.

Proponho desta tribuna uma reflexão a respeito do grande momento por que Minas passou na semana passada, quando o governo do Estado, por ação de suas Secretarias, lançou oficialmente a implantação de centros tecnológicos na Rede Apae, garantindo a presença da tecnologia nas escolas especiais da Apae no Estado de Minas Gerais. Foi um momento feliz, com a presença de todas as Apaes do nosso Estado. Com essa ação, mais de 10 mil alunos participarão por dia dos programas tecnológicos, em rede.

Minas Gerais deu um passo muito importante para proporcionar a formação e a inclusão de pessoas com deficiência, com o recente lançamento de um programa que prevê a criação do Centro de Capacitação nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes - e do Centro de Tecnologias Assistidas da Rede Apae. A partir da criação desses centros, o acesso das Apaes à internet e às redes sociais será facilitado, permitindo a integração das unidades da associação.

O Centro Tecnológico de Capacitação vai atuar na inclusão social e na capacitação profissional, por meio de oficinas de aprendizagem. Para isso os centros serão devidamente equipados com computadores adaptados a diferentes tipos de deficiência. Centros desse tipo serão implantados, nessa primeira fase, em 148 Municípios.

Já o Centro de Tecnologia Assistida conterà uma incubadora e um núcleo de formação para a rede Apae. A partir dessa unidade, que estará conectada à rede de Apaes, será distribuído conteúdo de formação e qualificação de mão de obra para capacitar profissionais que atuam nas associações nas áreas de saúde e educação. Por meio desse núcleo, espera-se que sejam qualificados cerca de 10 mil profissionais.

Sem dúvida, a iniciativa de apoio às Apaes chega em boa hora e pode ser vista também como um reconhecimento ao belo trabalho desenvolvido por essas associações no acolhimento, formação e qualificação das pessoas com deficiência. Atualmente, o movimento apaeano congrega a Federação Nacional das Apaes, 23 federações estaduais e 2 mil Apaes distribuídas em todo o País, que propiciam atenção integral a 250 mil pessoas com deficiência. É o maior movimento social do mundo na sua área de atuação. Em Minas são cerca de 420 Apaes, que respondem pelo atendimento de aproximadamente 80 mil pessoas.

Por todos esses números e, sobretudo, pela excelência e devoção com que a atividade é exercida pela grande família apaeana é que apresentei nesta Casa, em 2009, um projeto que foi transformado na Lei nº 18.509, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Apae em nosso Estado.

Essa lei, da qual muito me orgulho, com a participação do Parlamento, é uma demonstração de apreço que tenho por essas associações, que contribuem para a formação das pessoas especiais, que precisam do nosso respeito, do nosso carinho e da nossa atenção.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Gostaria de parabenizar V. Exa., que traz nesta tarde de quarta-feira um assunto de extrema importância. Todos nós reconhecemos o valor das Apaes mineiras e brasileiras e sabemos que elas passam por dificuldades. Mas, independente disso, ficamos felizes ao ver V. Exa. abraçando essa causa e apresentando solução do governo de Minas.

Elogio o Deputado Dalmo Ribeiro Silva pelo seu trabalho, não apenas na questão da Apae e por ser um Deputado de destaque em vários segmentos da nossa sociedade, mas também porque aborda um assunto que realmente nos emociona, que é o carinho que temos que ter com as nossas crianças da Apae, evidenciando o trabalho do governo de Minas, na pessoa do nosso Governador Anastasia e do Deputado Wander Borges, Secretário de Desenvolvimento. Temos certeza absoluta de que, com essa boa notícia que V. Exa. nos apresenta, as coisas irão melhorar.

Fico feliz por isso e aproveito a ocasião para mandar um abraço para a comunidade da Apae lá de São João del-Rei, minha querida cidade. Recentemente fizemos um trabalho muito bom de reestruturação da rede física da Apae e acredito que, com essa boa intenção do governo de Minas e tendo V. Exa. praticamente como um padrinho dessa causa, mesmo com dificuldades, teremos bons resultados. Infelizmente, a maioria dessas crianças são de famílias que não dispõem de recursos financeiros para dar o tratamento adequado que elas merecem. Portanto, tenho certeza de que a notícia que V. Exa. traz e as suas intenções são compartilhadas com todos os pares do Parlamento mineiro, porque realmente a família apaeana aqui de Minas e do Brasil merece a nossa atenção. Fico feliz de ver as soluções sendo apresentadas e V. Exa. sempre se destacando e representando o povo mineiro de forma muito expressiva e positiva. Parabéns.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva\* – Deputado Rômulo Viegas, agradeço suas palavras, meu dileto amigo e grande companheiro de tribuna. Preocupado como eu, V. Exa. tem se destacado no que se refere aos problemas do nosso Estado. Sem dúvida alguma, com sua experiência como Secretário de Estado, V. Exa. tem sido neste Parlamento uma peça importantíssima no desenvolvimento do nosso Estado, particularmente na governabilidade da Assembleia e também nas ações do nosso Governador Antonio Anastasia. Muito obrigado.

Sr. Presidente, terminarei dizendo que sem dúvida Minas viveu um grande momento por ocasião do lançamento do programa em benefício das Apaes, exemplo a ser seguido por outros Estados. É importante também mencionar a parceria fundamental, que destaco neste momento, do Instituto Nacional de Telecomunicações - Inatel -, da nossa querida Santa Rita de Sapucaí nesse programa. Sem dúvida alguma essa participação direta e muito precisa, na construção, na tecnologia, garantiu a incubadora no Município de Pará de Minas, onde teremos dentro de 90 dias a extensão de toda tecnologia dos alunos e profissionais dessa área. Estarão também lançando a incubadora em Pará de Minas e fazendo com que todas as Apaes possam também ter a garantia de funcionamento e de atenção aos nossos alunos na rede da Apae.

Então, destaco a importância desse extraordinário momento em que o Governador Anastasia nos garantiu a celebração desse convênio por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, na pessoa do Secretário Nárcio Rodrigues, na do nosso Secretário Wander Borges, e da participação efetiva da própria federação das Apaes. Esse convênio dá uma nova visão, um novo alento e ânimo a todos os alunos especiais que têm as nossas Apaes distribuídas pelo Estado de Minas Gerais.



O Deputado Bosco (em aparte) – Prezado amigo Deputado Dalmo Ribeiro Silva, num primeiro momento faço esta intervenção para cumprimentá-lo, pois estamos tendo a grata satisfação de trabalhar com V. Exa. não só no dia a dia do Plenário, mas, acima de tudo, no dia a dia do trabalho da Comissão de Educação, da qual V. Exa. é Vice-Presidente.

Fico muito feliz e satisfeito de ver a preocupação de V. Exa. com as questões voltadas à educação do Estado, sobretudo a busca da qualidade da educação. Mas também há essa preocupação com o lado social, destacando esse grande compromisso relacionado às Apaes. Sabemos da importância delas nos nossos Municípios.

A Apae realmente faz um trabalho diferenciado e, sobretudo, de inclusão social, fazendo com que as famílias que têm um deficiente tenham todo o zelo com esse cidadão, que é pessoa como nós, que tem direitos e que merece carinho e atenção especiais.

Fico muito feliz de V. Exa. destacar neste momento esta parceria importantíssima do governo do Estado, por meio das Secretarias de Desenvolvimento Social e de Ciência e Tecnologia, que têm à sua frente hoje o Deputado Federal Nárcio Rodrigues. Recentemente ele celebrou um grande convênio no Expominas, ocasião em que fizemos questão de estar presentes, juntamente com V. Exa. e vários Deputados desta Casa. Sabemos que aquele momento representou, não só para as Apaes, mas para Minas Gerais, um momento sobretudo de esperança e alento para as pessoas portadoras de deficiência.

Sabemos que será construído em Pará de Minas, cidade vizinha da região metropolitana, um centro tecnológico com incubadoras, para onde serão atraídas várias empresas de âmbito nacional. Elas aprofundarão esse apoio importante do governo no desenvolvimento de equipamentos que melhorem o dia a dia dos deficientes, sobretudo com valor acessível para que as famílias que não têm uma situação financeira melhor tenham acesso a esses equipamentos.

Mas gostaria de cumprimentá-lo e dizer que estamos juntos com V. Exa. e com o Deputado Federal Eduardo Barbosa, que é também um grande timoneiro das Apaes. Parabéns, Deputado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva\* - Muito obrigado a V. Exa. Também gostaria de destacar a participação do Deputado Eduardo Barbosa. Há mais de 12 anos temos tido uma parceria muito intensa em favor da família apaiana de Minas Gerais, por meio da federação, da sua participação e também do núcleo do trabalho que o próprio Deputado Eduardo Barbosa, caríssimo e querido amigo, tem feito em favor das nossas Apaes. Temos certeza absoluta desse apostolado. É o nosso trabalho e o nosso entendimento. Reconhecemos o extraordinário trabalho e dedicação às nossas Apaes de Minas Gerais.

Na própria palavra do nosso Governador Anastasia, teremos a certeza de que jamais - V. Exa. escutou - faltará qualquer apoio às Apaes de Minas Gerais.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Primeiramente, cumprimento V. Exa. por apresentar a esta Casa um assunto de suma importância para Minas e para o Brasil: as Apaes.

Com as próprias palavras do Deputado Eduardo Barbosa, vejo em V. Exa. não apenas um amigo e companheiro, mas um defensor permanente da causa apaiana. Parabenizamos V. Exa., então, pela oportunidade que traz ao debate desta Casa.

Reiterando as palavras de V. Exa., gostaria de dizer a todos que um artigo de nossa autoria foi publicado em jornal de grande circulação, na semana passada. E também fizemos uma audiência pública para debater especialmente a Meta nº 4 do Plano Decenal do governo federal, que pretende universalizar as escolas para alunos de 4 a 17 anos, não importando se são ou não portadores de deficiência física. As escolas públicas regulamentares não têm a capacidade de uma escola da Apae. O mínimo que esperamos é que o governo federal dê aos pais a oportunidade de escolher a escola que seu filho irá frequentar, e não impor determinada escola.

Pelas Apaes, de todo coração iremos sempre, ao lado de V. Exa., lutar nesta Casa por mais recursos, mais reconhecimento, e nunca pelo seu esvaziamento, conforme prevê a Meta nº 4 do Plano Decenal, em trâmite na Câmara Federal. Parabéns e obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva\* - Agradeço a V. Exa., defensor da família apaiana. É muito importante que estejamos unidos e com o pensamento fortalecido em favor das nossas Apaes. Também estamos propondo uma nova discussão regional no Sul de Minas para tratar da Meta nº 4 com todas as regiões das Apaes. Tive o prazer de participar dessa audiência com o Deputado Bosco, e iremos propor que a Comissão de Educação faça essa audiência na nossa região, conhecendo a realidade para que a Meta nº 4 do projeto na Câmara Federal tenha sustentabilidade. Consequentemente, poderemos percorrer todo o Estado de Minas Gerais para conhecer de perto as dificuldades que as Apaes têm enfrentado. V. Exa., autor do requerimento, sabe da importância de percorrermos todo o Estado para ouvir as Apaes. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues\* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia. Retornamos à tribuna para lembrar aos colegas Deputados que, infelizmente, os últimos 15 dias foram dolorosos para a segurança pública. Especialmente para aqueles que, com muito afino e dedicação, têm dado até a própria vida em defesa da sociedade mineira. Nos últimos 15 dias, perdemos dois Agentes Penitenciários, mortos de forma fria e covarde por criminosos que têm atormentado a sociedade mineira.

Tenho o compromisso com minha própria consciência de não deixar de ocupar esta tribuna quando uma ruptura social dessa natureza ocorre em nosso Estado. Tenho um compromisso de honra com os servidores da segurança pública em deixar claro que, todas as vezes em que essa ruptura ocorrer, ocuparei esta tribuna.

Nos últimos 15 dias, perdemos o Agente Penitenciário Marco Túlio Pereira, executado de forma fria e covarde por criminosos no Bairro Havaí, na região oeste de Belo Horizonte. Ele levou cerca de 12 tiros, sendo friamente executado próximo de sua casa.

Também no dia 26 de agosto, sexta-feira, na Avenida Waldomiro Lobo, esquina com Avenida Cristiano Machado, tivemos a perda do Agente Penitenciário Ronaldo Miranda de Paula, 42 anos, pai de dois filhos, que também trabalhava na Penitenciária Nélson Hungria desde 2004.

Muitas vezes passa despercebida a morte desses servidores da área de segurança pública. É bom que os cidadãos, os telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia entendam que, quando ocorre um homicídio de um cidadão, qualquer que seja, é para nós, que operamos no dia a dia da segurança pública, a maior ruptura social, porque a vida é tida como o maior bem jurídico. Então, se o



legislador consignou que a vida é para todos nós o maior bem jurídico, quando um cidadão morre vítima de um crime, é para nós a maior ruptura social.

Quando um cidadão da área de segurança pública morre em defesa de toda a sociedade, a gravidade é muito maior. Por quê? Porque estamos percebendo que está morrendo exatamente aquele agente público que pode até andar armado em defesa da sociedade. A ele apenas é dado esse direito. Quando há homicídios contra servidores da segurança pública, o último obstáculo foi rompido pelo crime. Portanto, isso é algo de extrema gravidade, e precisamos ficar atentos, não apenas a Assembleia, não apenas as Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos, mas, especialmente, em primeiríssima mão, o governo do Estado.

Quero relatar, aliás já o fiz outras vezes, que, quando o Promotor Francisco José Lins do Rego foi morto por criminosos em 2002, houve uma atuação muito rápida do Estado, que, por meio do poder público, dos seus órgãos de segurança pública, montou uma força-tarefa e imediatamente investigou e identificou os criminosos, que foram processados, condenados e levados à prisão. Entretanto, quando se trata de um servidor mais humilde ou integrante de uma escala hierárquica de menor importância para o Estado, não assistimos à mesma veemência, ao mesmo empenho. A minha fala, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é dirigida especialmente ao Comandante-Geral da Polícia Militar, ao Chefe da Polícia Civil, ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros e ao Dr. Murilo de Andrade, Subsecretário de Administração Prisional. Esses dirigentes, acima de tudo, como chefes de órgãos da segurança pública do Estado, têm o dever moral de incrementar as investigações, montar uma força-tarefa para, quando um policial militar ou civil, um bombeiro ou Agente Penitenciário ou Socioeducativo falecer em serviço em razão de sua atividade, para que essa resposta seja dada rapidamente.

Desde 2003, este Deputado, que à época presidia a Comissão de Segurança Pública, passou a fazer um acompanhamento sistemático de todos os homicídios contra servidores da área de segurança pública. O Sr. Marco Túlio Pereira, Agente Penitenciário, morto de forma covarde, com 12 tiros à queima-roupa, no Bairro Havaí, é o 147º servidor da área de segurança pública morto em um espaço de tempo de quase oito anos. Estamos perdendo para o crime aproximadamente 17 servidores por ano.

O Estado precisa reagir. Por várias intervenções que fizemos e por meio da Comissão de Segurança Pública, os chefes de polícia e o governo indicaram, naquele momento, no calor dos fatos, que montariam um gabinete institucional para responder a esses ataques. Mas até hoje não vimos uma ação concreta.

Então, faço um apelo ao Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar; ao Dr. Jairo Lellis, Chefe da Polícia Civil; ao Cel. Sílvio Melo, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros; e ao Dr. Murilo Andrade, Subsecretário de Administração Prisional: V. Exas. têm o dever moral de não permitir que um servidor da segurança pública seja abatido de forma fria sem dar resposta à sociedade. Imagine o cidadão que nos assiste neste momento pela TV Assembleia. Ele percebe o que eu disse sobre os 147 servidores da segurança pública que morreram em serviço ou em razão da atividade desde 2003. Esse cidadão pensa: “Se o Deputado diz que 147 servidores da segurança pública morreram e não houve resposta efetiva, imagine como eu, cidadão comum, que não sou policial militar ou civil, estou desprotegido”.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, em primeiro lugar parabeno V. Exa. por abordar, mais uma vez, o tema da segurança pública. Estou realmente “absurdado” com o dado que V. Exa. expõe aqui. São 147 policiais civis e militares, não é isso?

O Deputado Sargento Rodrigues\* - Policiais civis, militares, bombeiros e Agentes Penitenciários.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - São 147 agentes da segurança pública abatidos, para usar a expressão de V. Exa., pelo crime. E não existe uma resposta rápida do Comando-Geral da Polícia Militar na investigação. Imaginem o susto que a população toma ao saber que mesmo os que combatem o crime não têm resposta imediata. Ficamos imaginando a situação da própria população, que está submetida, portanto, à falta de velocidade nas investigações, que não estão sendo feitas nem para aqueles que combatem o crime e que precisariam, evidentemente, de uma resposta imediata para que o crime não compensasse.

Ao mesmo tempo que me espanto, lembro-me também de fazer uma cobrança ao Cel. Renato, Comandante da Polícia Militar. Até prestei depoimento sobre isso e fui à Corregedoria de Polícia para verificar o caso dos sindicalistas que estavam sendo vigiados por ordem do próprio Comando da Polícia Militar. Entretanto, até agora não obtivemos resposta. No dia – e é por isso que faço este aparte a V. Exa. - o Cel. Renato julgou que não deveria mandar uma viatura da polícia para ver o que estava acontecendo, porque ele não queria gerar fato político. Então ele passou a ter também suas preferências, relacionadas a sobre o que agir e sobre o que não agir rapidamente. Nesse caso que V. Exa. citou, deveria haver um ordenamento de prioridade no Comando da Polícia Militar, e não ficar ao bel-prazer do Comandante para que decida se para esse tipo de crime será feita uma averiguação rápida ou não. Quero apenas lembrar esse fato porque até hoje também não obtive nenhuma resposta de por que o Coronel agiu daquela forma, se ele pode agir sobre o que para ele é fato político ou não, se ele pode proteger qualquer autoridade que seja, em vez de investigar o caso. Acho que isso também merece crítica.

Aproveito a oportunidade, Deputado Sargento Rodrigues, para dizer que amanhã se encerra o prazo para a resposta que o governo ficou de dar sobre os contracheques zerados dos professores; eles receberam contracheque zerado por causa da greve. Esperamos que a resposta seja positiva porque os professores estão sem dinheiro até para ir dar aula, eles não têm dinheiro para fazer reposição. Então, quero aproveitar que V. Exa. está falando da segurança pública para lembrar ao Governador de nos dar uma resposta positiva, no término da greve, pagando os professores para que eles reponham as aulas. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues\* - Agradeço a V. Exa. Comungo com a sua forma de pensamento, pois acredito que o governo, certamente, dará uma resposta positiva, porque entendemos que os professores merecem todo o respeito. Continuando meu pronunciamento, esclareço que tenho acompanhado sistematicamente esses homicídios e essas baixas relacionadas à segurança pública. Sou testemunha dos investimentos que o governo vem fazendo na área de segurança pública, e não poderia deixar de falar sobre esse assunto, pois esses investimentos jamais foram feitos em toda a história da segurança pública de Minas Gerais. O que queremos - e isso muitas vezes não necessita de recurso financeiro, Deputado Bonifácio Mourão - é uma apuração, porque em 2002, quando ocorreu a morte do Promotor, montou-se uma força-tarefa imediatamente para esclarecer o crime, e o criminoso foi levado a



juízo e condenado. Não podemos deixar que a morte de um Agente Penitenciário, de um Soldado da Polícia Militar ou de um Investigador da Polícia Civil passe a ser uma situação natural e comum. São 147 servidores. Esse número é alarmante e preocupante, e isso não passa nem por recurso, mas por uma área de inteligência integrada. É uma questão de se estabelecerem prioridades. O comando da Polícia Militar, a chefia da Polícia Civil, o comando do Bombeiro, a chefia da Subsecretaria de Administração Prisional passariam a adotar uma prioridade, um gabinete integrado e uma força-tarefa permanente.

Deputado Bonifácio Mourão, eles têm de criar um órgão permanente na Secretaria de Defesa Social, com uma coordenação de inteligência para responder imediatamente, porque é isso que precisa ser feito, e não apenas pensar em mais recursos ou novos investimentos. É preciso priorizar políticas internas nos órgãos de segurança pública. Imaginem se um Soldado é morto e a resposta não é imediata! O outro policial que trabalha fica desanimado e triste. Espero que esse apelo que faço da tribuna hoje seja o último feito às chefias de polícia. Faço, aqui, um apelo ao Governador Anastasia, pois sei que ele é um homem honrado, sério e administra bem este Estado. Espero que ele cobre isso dos nossos chefes de polícia e que tire do papel aquilo que foi prometido há mais de dois anos, quando este Deputado ocupou a tribuna para criar esse gabinete, um órgão interno destinado exclusivamente ao tratamento dessa matéria. É preciso que o Estado dê uma resposta aos familiares e às vítimas dos servidores da segurança pública que estão sendo abatidos. Portanto, não há resposta.

Quero pedir desculpas a V. Exa., pois eu precisava fazer esta conclusão, mas, claro, sem deixar de reconhecer o quanto o governo investiu ao longo desses anos. É preciso priorizar a área de inteligência, haver a integração desses órgãos e um órgão específico para fazer a apuração. O que não podemos aceitar é que matar um Soldado, um Investigador e um Agente Penitenciário seja considerado algo comum no nosso cotidiano, pois se trata de uma ruptura social muito grave, à qual precisamos, enquanto Estado, responder à altura. Quero pedir desculpas novamente a V. Exa., mas tenho consciência de que o governo vem fazendo sua parte e investindo muito. No entanto, falta uma política interna. Posso afirmar a V. Exa., Deputado Mourão, com muita tranquilidade, que não é necessário mais recurso financeiro nem efetivo humano, mas estabelecer uma prioridade interna. Os chefes de polícia podem resolver esse problema, basta terem boa vontade e consciência, visto que não podem ver seus subordinados sendo abatidos sem apresentarem uma resposta imediata. É isso que pedimos ao Governador Anastasia, e tenho certeza de que ele estará atento ao nosso apelo. Muito obrigado, Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente nas galerias e que nos assiste pela TV Assembleia, volto a esta tribuna com um tema que já abordei inúmeras vezes. Temos acompanhado de perto esse assunto que diz respeito às agressões sofridas pela população da minha querida Paracatu, em função da exploração da mina de ouro da Kinross, empresa canadense, naquela cidade.

Quero tornar pública uma pauta, que lerei rapidamente, elaborada e publicada na Câmara Municipal de Paracatu pela Central de Associações de Bairros da cidade, que tem capitaneado a luta social, a luta política com relação à poluição provocada pela mineradora e que prejudica o povo de Paracatu. (- Lê:)

“A partir do início da fase moderna da exploração mineral do ouro em Paracatu, iniciada pela RTZ, depois RPM e agora Kinross, a população circunvizinha da mina vem sofrendo muito. No início, por ser uma exploração menor e mais distante da área urbana, não se sentia tanto os efeitos e transtornos com vibrações, ruídos e poeira. Porém, com a aproximação da lavra rumo à área habitada e o aumento dos volumes explorados com as constantes expansões, nos últimos dez anos a situação ficou insustentável.

Hoje vemos um volume de interferência no meio ambiente, com levantamento de poeira, vibrações e ruídos constantes que está afetando irremediavelmente a qualidade de vida da população. Nos bairros periféricos, muitas casas ficaram trincadas devido às vibrações, a quantidade de poeira levantada atrapalha até mesmo as famílias na hora de alimentar, sem contar as roupas que sujam ao secar nos varais e ainda o ruído constante de máquinas trabalhando, quando, principalmente à noite, não deixam as pessoas dormirem. Para muitos moradores destes locais, que já mostram situações psicóticas de verdadeiro desespero, parece que estão morando no limiar do inferno.

Existem vários casos de famílias que necessitam deslocar seus filhos para dormirem em casas de parentes e amigos em outros bairros, saindo com eles desse ambiente tão hostil, onde já não se consegue respirar normalmente. Devido a isso, há incidência de doenças respiratórias.

Outros pretendem sair desse desespero, mas não têm condições de comprar imóvel em outro local e não conseguem vender o seu, pois ninguém quer esta situação nem de graça. Assim, estamos vendo a verdadeira situação do ditado popular: 'se ficar o bicho come, se correr o bicho pega'. São pessoas pobres, trabalhadoras vendo o único patrimônio que possuem na vida virando pó. Ao contrário de melhorar o local e valorizá-lo, vemos esse lugar ficar amaldiçoado e desvalorizado.

Com o ruído constante de máquinas à noite, por noites seguidas, alguns pais de família já dão mostra de problemas psíquicos devido à falta do sono reparador.

Frente a tudo isso, a população dos Bairros Alto da Colina, Amoreiras II, Bela Vista II, Santo Eduardo e Esplanada, tem se reunido com suas representações em associações e com a Central das Associações para discutir a situação e propor formas de luta e exigir soluções. Acreditamos que estas soluções devem vir tanto da Prefeitura, que está omissa, quanto da própria empresa, que está fazendo ouvidos de mercador. O povo fala e reclama, mas parece que os problemas não são com ela.

Nos últimos dias, com a sinalização da empresa de que está estudando uma proposta de solução para os problemas, resolvemos adiar uma grande manifestação para mostrar aos olhos do mundo os absurdos que estão acontecendo em nossa cidade, com a paralisação da BR-040 e marcha até a porta da empresa. Resolvemos esperar as sinalizações positivas, mas já vemos que estamos sendo enrolados mais uma vez. Daí perguntamos se essa empresa tem responsabilidade social, se não veem que estão criando um passivo que pode ficar insuportável, que poderão inviabilizar seu próprio negócio.

Para tentar resolver minimamente os problemas, a população destes bairros propõe: 1 - Que a empresa compre as propriedades dos moradores dos bairros mais afetados, em um plano de desocupação continuada, se comprometendo com a retirada do número de



famílias que for necessário para dar fim aos problemas num horizonte de 10 anos. 2 – Paulatinamente, e ao mesmo tempo, fazer destas áreas desocupadas uma cortina verde, com plantio de espécies vegetais de crescimento rápido. 3 - Indenizar o Município pelas redes de água, esgoto, energia, pavimentação e órgãos públicos existentes nestes locais. 4 - Que a empresa crie formas de exploração que minimizem a difusão de poeiras próximo aos referidos bairros, com aplicação de produtos específicos em taludes. 5 - Que estude um plano de lavra que minimize os trabalhos à noite nas proximidades dos bairros enquanto a sua população não for deslocada”.

Concluindo, Sr. Presidente, “6 - que as compras dos imóveis se façam pelo valor médio dos imóveis do Município, uma vez que a população do entorno da mina foi prejudicada e precisa de valores necessários para comprar outro imóvel em local diferente para morar dignamente; 7 - que as negociações dos imóveis sejam verificadas por uma comissão de representantes de moradores e Prefeitura, que farão aferições dos valores avaliados; 8 - que se efetive em lei a contribuição anual da empresa para o fundo de desenvolvimento sustentável sugerido pelo Plano Paracatu 2030, em um montante generoso a ser definido pela sociedade organizada, empresa e poder público. Paracatu, 14/9/2011”. Assina Mauro Mundim, Presidente da Central das Associações Comunitárias de Paracatu.

É esse o documento, Sr. Presidente, e esperamos que a mineradora Kinross em Paracatu de fato honre seus compromissos de responsabilidade social e minimize o sofrimento da população, particularmente da população vizinha à mina. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes\* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, cumprimento, mais uma vez, nosso público que está nas galerias e todos os mineiros e mineiras que nos acompanham pela TV Assembleia em diversas cidades do Estado.

Deputados Rogério Correia, João Leite, Gustavo Perrella e demais colegas nesta Casa, vim aqui, hoje, para comemorar uma bela notícia, ou seja, mais uma boa notícia do governo, da nossa Presidente Dilma, que tem tratado Minas Gerais de forma muito especial, alocando aqui recursos em diversas áreas - aliás, maior volume de recursos da história na recuperação de estradas e no asfaltamento de rodovias importantes. Na verdade, são mais de R\$3.000.000.000,00 de investimento nas rodovias de Minas com recursos do governo federal. A Presidente esteve aqui, recentemente, para anunciar mais de R\$3.000.000.000,00 para a retomada do metrô de Belo Horizonte. Enfim, são notícias animadoras, que mostram a forma como a Presidente Dilma vem tratando o nosso país, principalmente um tratamento especial a Minas Gerais no que se refere à liberação de recursos.

Quero aqui, Deputado Rogério Correia, também lembrar que, na segunda-feira, à 9 horas, reunimos-nos com o Sr. Fernando Bezerra, nosso Ministro da Integração Nacional, no Palácio Tiradentes, acompanhados do Dr. Clementino, Presidente da Codevasf, do ex-Deputado Dimas Rodrigues, Superintendente da Codevasf de Minas Gerais, e vários parlamentares, Deputados Federais votados no Vale do São Francisco. Estava presente também o Deputado Federal Gabriel Guimarães. O governo federal colocou à disposição do Estado de Minas Gerais mais uma grande quantia, R\$130.000.000,00, para a realização de obras importantes na revitalização do Rio São Francisco. Anunciou a construção de rede de esgoto para mais 18 cidades da calha e para cidades que têm afluentes do Rio São Francisco. Foram várias as cidades beneficiadas, entre elas a minha querida cidade de Manga, devido a um trabalho pessoal que tive, junto com o então Deputado Federal Virgílio Guimarães, e agora com o Deputado Gabriel. Estivemos várias vezes na Codevasf, em Brasília. Em Manga, havia um problema seriíssimo. Lá não havia projeto, a Prefeitura de Manga não fez o dever de casa por retaliações, portanto o projeto para se fazer a rede de esgoto não existia. Mas nós conseguimos, por intermédio da Copasa, por meio do nosso trabalho. A Copasa deu o projeto, e conseguimos incluir R\$10.000.000,00 para fazer a rede de esgoto e a estação de tratamento da cidade de Manga. Também conseguimos incluir para a continuidade dos trabalhos em Itacarambi, onde já havia rede de esgoto, mas somente em uma parte. Agora a cidade de Itacarambi, Deputado Rogério Correia - e V. Exa. tem votos lá -, terá 100% do esgoto tratado, porque foram liberados mais R\$4.000.000,00 para a Copasa concluir as obras de esgotamento sanitário naquela cidade. Sem citar as outras cidades da nossa região. Foram liberados recursos também para concretizar as obras de rede de esgoto e estação de tratamento nas cidades de Capitão Enéas, e R\$30.000.000,00 para fazer a rede de esgoto da cidade de Espinosa. Quero aqui anunciar para meus amigos e companheiros de Espinosa que foram liberados para aquela cidade R\$30.000.000,00. Também foram liberados R\$18.000.000,00 para a construção da rede de esgoto em Monte Azul; recursos para a conclusão da rede de esgoto de Francisco Dumont, Juvenília, Lontra, Paineiras, Pedras de Maria da Cruz, Presidente Juscelino, Prudente de Moraes, São Gonçalo do Abaeté, São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia. Ao todo, Deputado Rogério Correia, foram repassados, pelo governo federal, R\$136.000.000,00 à Copasa para que essa empresa, que já é a detentora dos serviços de abastecimento de água e esgoto nessas cidades, construa a rede de esgoto e as estações de tratamento. Obras como essas vêm cumprir um compromisso iniciado no governo do Presidente Lula, quando se comprometeu a investir na revitalização do Rio São Francisco. E todos esses compromissos vêm sendo cumpridos. Ao longo dos últimos quatro anos, Deputado Rogério Correia, já foram investidos em revitalização, só em Minas Gerais, mais de R\$500.000.000,00.

Eu, como Presidente da Cipe São Francisco, fico de certa forma, aliviado, porque o governo federal tem cumprido as parcerias, tem cumprido tudo aquilo que realmente está comprometido com as nossas bases, com a população mais carente, com as cidades que mais precisam.

Além desses recursos tão importantes anunciados na segunda-feira, Deputado Rogério Correia, houve outro anúncio importante na semana passada. O Ministro da Educação, Fernando Haddad, anunciou a liberação de R\$80.000.000,00 para a Unimontes, para a construção de 13 escolas técnicas em Minas Gerais, sendo 10 delas no Norte de Minas. Vamos ter escola técnica em Espinosa, Monte Azul, Janaúba, Bocaiuva, Taiobeiras, Brasília de Minas, várias cidades do Vale do Jequitinhonha e na minha querida cidade de Manga. A escola técnica foi nossa reivindicação antiga, e conseguimos incluir Manga para recebê-la.

Portanto, estamos anunciando a construção de mais 13 escolas técnicas na região. Esse é mais um compromisso ainda do Presidente Lula, cujo protocolo foi assinado em 2009, quando ele esteve em Araçuaí para inaugurar a escola técnica de lá. Na oportunidade ele assinou o convênio, e agora o Ministro Fernando Haddad, depois que a Unimontes apresentou todos os projetos, está liberando recursos para a construção dessas escolas.



A notícia triste que tenho de dar, Deputado Rogério Correia, é que a Unimontes, além da construção, seria também a responsável pela gestão dessas escolas, mas, infelizmente, essa gestão foi retirada da Unimontes e repassada à Secretaria de Educação. E sabemos que a Secretaria de Educação tem sérios problemas a resolver: o problema dos professores, a greve e os salários. Seria muito interessante que a Unimontes, que já possui um corpo técnico instalado no Norte de Minas, excelência em conhecimento nas diversas áreas e experiência em diversos cursos técnicos e superiores, continuasse responsável pela gestão dessas escolas. Não deveriam usar a Unimontes como mera construtora, o ideal seria que ela fosse, além da construtora das nossas escolas, a responsável pela manutenção delas, disponibilizando seus servidores, seus funcionários e seu conhecimento às escolas técnicas, para que funcionem corretamente na nossa região.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, quero parabenizá-lo primeiramente pelo seu trabalho no Norte de Minas, que o fez o Deputado do PT mais votado no Norte de Minas e um dos mais votados no Estado. Isso ocorreu exatamente pelo trabalho que V. Exa. desenvolve em prol da população norte-mineira. Essa população assiste a um desenvolvimento da sua região, como diria o Presidente Lula, nunca visto na história deste Estado e deste país. A um mesmo crescimento assiste o Nordeste brasileiro, que foi campeão de venda de motos, ganhando da Região Sudeste e mostrando que o desenvolvimento chegou a outras regiões do Brasil e não apenas às Regiões Sul e Sudeste.

Vivíamos reclamando da desigualdade de renda e solicitando que a desigualdade regional fosse cada vez mais diminuída. Ressalto que o Nordeste brasileiro inclui a Área Mineira do Nordeste - o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha. Essa região viu que o crescimento se tornou realidade com o governo do Presidente Lula. Alguns não compreendem ainda por que o Lula é tão benquisto no Nordeste e lá teve uma votação estrondosa. Basta fazer, como V. Exa., a comparação entre o que chega e o que chegava a essas regiões, e veremos explicado o agradecimento do povo a um governo que reconheceu a necessidade de diminuir as divisões regionais e as desigualdades também. Foi isso o que aconteceu.

V. Exa. citou algumas obras fundamentais de esgotamento sanitário, que também têm como pressuposto a revitalização do São Francisco. São obras essenciais, a que alguns foram contrários, mas que sempre defendemos. Sempre dissemos que, independentemente do que seria feito no São Francisco nas proximidades do mar, o fundamental seria revitalizarmos o rio no Estado de Minas Gerais, onde ele nasce e percorre uma grande distância antes de adentrar a Bahia e outros Estados do Nordeste e desaguar no mar. Seria de enorme importância que as obras referentes à revitalização do Rio São Francisco ficassem prontas, e agora V. Exa. anuncia que elas estão sendo executadas, especialmente as de esgotamento sanitário, que são as mais caras e importantes, porque impedem que o rio fique assoreado e permitem que ele tenha vitalidade e saúde, já que os esgotos não serão lá jogados sem tratamento. São os exemplos que V. Exa. citou aqui.

Mas, apenas para complementar esse aparte, quero dizer que a Presidenta Dilma também nos deu agora, na Europa, uma importante lição de continuação do crescimento econômico e apontou ao mundo a necessidade de combater a crise, que a Europa e os Estados Unidos atravessam, com o crescimento econômico. É impressionante! Quem diria que o Brasil iria à Europa dar exemplo? Mas a Presidenta foi lá e disse aos governos europeus: não façam um plano de austeridade e de corte de investimentos; façam como o Brasil e aprimorem o investimento; combatam a crise, não com a recessão econômica, do antigo modelo neoliberal, mas com a divisão de renda e a promoção da igualdade, porque, com investimento do Estado, o próprio país responde ao crescimento econômico com mais crescimento e geração de emprego e renda. Quem diria que uma Presidenta da América Latina - aliás, a primeira do Brasil - chegaria na Europa e daria um exemplo à brasileira de superação da crise econômica? E é exatamente isso: com obras de infraestrutura. V. Exa. citou as obras do PAC no Norte de Minas, mas há essas obras também aqui, como a do metrô, que V. Exa. bem lembrou. Serão liberados agora R\$3.000.000.000,00 para o metrô em Belo Horizonte e bilhões para todo o Brasil, para planejamento do Estado. Ou seja, em vez de o Estado abrir mão para a iniciativa privada apenas, como fazem os neoliberais - modelo antigo e ultrapassado -, o Estado coordena o crescimento econômico. É esse o aprendizado que Dilma e Lula trouxeram para o Brasil. É isso o que acontece. Ou seja, o Estado não pode deixar de investir, especialmente em um momento de crise econômica. Se o Estado investe e planeja, o país continuará em condições de promover o seu crescimento com desenvolvimento sustentável.

Então, quero parabenizar V. Exa., até porque no Norte de Minas vê-se uma experiência concreta disso. Mas vemos o mesmo também em Belo Horizonte, com as obras do metrô; a BR-381, cujo recurso também será anunciado; as obras de saneamento na Lagoa da Pampulha, que evidentemente será feito pela Copasa, em parceria, mas com recursos vindos do governo federal, em um total de R\$120.000.000,00. Isso é um planejamento do crescimento!

Por fim, Deputado Paulo Guedes, quero parabenizá-lo também por tratar da situação da educação. Além do que V. Exa. citou para o Norte de Minas, cinco milhões de jovens em todo o Brasil entrarão para as áreas técnicas das escolas federais ou particulares, por meio de bolsas, pelo programa Pronatec. Então, teremos mão de obra especializada entre a nossa juventude, que, portanto, não ficará ao deus-dará, desempregada e sendo disputada pelo tráfico. Ao contrário, o Estado está dando à juventude condições de estudo e de emprego. Acho que o Brasil continua no rumo certo, e o Norte de Minas cresce, como cresce o Brasil. Parabéns a V. Exa. por nos trazer esse tema e expor aos mineiros essa questão tão fundamental.

O Deputado Paulo Guedes\* - Quero anunciar, Sr. Presidente e Deputado Rogério Correia, que não houve liberação de recursos apenas para as escolas técnicas, para as estradas, para o metrô, para a Lagoa da Pampulha. Há também um investimento grande, pesado, no ensino superior.

A Presidenta Dilma também anunciou, por intermédio do Ministro da Educação, mais dois câmpus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: um em Unaí e outro, Deputado Rogério Correia, no Norte de Minas, em nossa cidade de Janaúba. Aproveito a oportunidade para parabenizar o Prefeito José Benedito, que foi tão criticado nos dois primeiros anos. Na verdade, ele pegou uma Prefeitura sucateada. O ex-Prefeito deixou a cidade numa situação horrorosa, com dívidas, com problemas na área de saúde e com obras paralisadas. Porém o Prefeito José Benedito conseguiu nesse período organizar as finanças da Prefeitura, o Município e fazer projetos importantes. Agora os resultados estão saindo: o anúncio de mais de R\$40.000.000,00 para Janaúba, destinados à construção do câmpus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, lá em Janaúba, que já começará



com sete cursos e 2.500 vagas. Isso vai transformar a economia de Janaúba e da Serra Geral de Minas Gerais. Por essa razão, também gostaria de agradecer ao nosso Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e ao Ministro Fernando Haddad.

Além disso, quero falar sobre a importância de investimentos como esse que estão mudando e provando o contrário, pois antigamente, nos governos anteriores, nas gestões passadas, antes do Presidente Lula, os investimentos eram só para os grandes centros, para os lugares mais ricos, para o Sudeste e para o Sul. Agora é o contrário. Hoje estamos vendo o Norte de Minas e o Nordeste crescendo, gerando emprego e oportunidades, e a economia está aquecida. Nesses últimos oito anos, foram quase 18 milhões de empregos com carteira assinada no Brasil. Temos muito orgulho de falar que fazemos parte de um governo decente, que se preocupa com os mais pobres, que criou políticas importantes em todas as áreas, como na saúde e na educação, mas principalmente investiu no social com programas importantes, como o Bolsa-Família, o Luz para Todos, uma revolução no campo. Deputado Rogério Correia, a pessoa que recebe energia em casa vira um consumidor de primeira, afinal ele corre para comprar uma geladeira, uma televisão e um ferro elétrico.

Enfim, tudo isso tem aquecido a economia. O milagre que o Presidente Lula fez - e que Dilma está fazendo - foi colocar o dinheiro no bolso das pessoas que nunca tiveram acesso a ele. Famílias que não tinham renda alguma hoje passaram a tê-la, entraram no mercado de trabalho e estão fazendo a economia girar.

Por isso temos orgulho de integrar esse governo que anuncia, a cada dia, obras e mais obras para o Brasil, programas e mais programas importantes para o nosso Estado. Hoje temos a alegria de vir aqui dizer que a Presidenta está liberando mais de R\$3.000.000.000,00 para o metrô e mais de R\$3.000.000.000,00 de investimentos para as rodovias federais de Minas. São mais de R\$500.000.000,00 investidos na revitalização do Rio São Francisco, dezenas de escolas técnicas sendo construídas em Minas Gerais, câmpus e mais câmpus de universidades federais. Esse é o governo com que sempre sonhamos, esse é o governo que muda o Brasil para melhor.

Deputado Rogério Correia, também gostaria de parabenizar a nossa Presidenta Dilma pela postura firme contra a corrupção, combatendo-a em todos os níveis. Temos uma Polícia Federal livre, que atua, doa a quem doer. Seja de que partido for, cometeu falcuetra no governo, a investigação chega na hora, e a Presidenta Dilma não pensa duas vezes para tomar as medidas que devem ser tomadas, ao contrário de algumas coisas que temos visto aqui, em Minas Gerais. Há 12 anos, tentamos abrir uma CPI nesta Casa, mas aqui não se investiga nada. Foi assim quando denunciávamos os escândalos do IEF, que culminou com a prisão do Presidente desse Instituto. Não se investigou nada nesta Casa.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* - Deputado, estava inscrito para falar, mas tive um compromisso externo, por isso não estava aqui no momento da minha fala. Gostaria de pedir a V. Exa. a gentileza de não solicitar o encerramento da sessão ao final de sua fala, a fim de que eu possa me pronunciar sobre uma questão relevante de uma cidade na qual sou majoritário.

O Deputado Paulo Guedes\* - Perfeitamente, Deputado. Estive aqui no primeiro mandato, de 2007 a 2010, e todos os dias, Deputado Rogério Correia, havia art. 70. Infelizmente, agora podemos contar nos dedos o dia em que podemos usar o art. 70 na Casa. Espero que possamos voltar a usá-lo, como está sendo feito hoje, para debatermos ideias. Uns pensam de uma forma, outros pensam de outra, mas isso engrandece o nosso Parlamento, a nossa Casa. Jamais usarei a prerrogativa de pedir encerramento de plano porque penso que, enquanto houver um ou dois Deputados neste Plenário, devemos debater e discutir os problemas da nossa região, do nosso Estado.

Deputado Rogério Correia, quero também denunciar os absurdos que vêm acontecendo na cidade de Manga no tocante à travessia do Rio São Francisco. Em Manga as balsas que atravessam o Rio São Francisco são do Prefeito e do Presidente da Câmara. Eles fizeram uma espécie de cartel e aumentam de seis em seis meses o valor da passagem. Para se ter ideia, a passagem para a travessia de um carro pequeno em São Romão, onde a balsa é controlada pela Prefeitura Municipal, custa R\$5,00; em Manga, custa R\$14,00, quase três vezes mais. Estamos pedindo audiência pública para debater em Manga esse absurdo que acomete a população da cidade e as pessoas que visitam a região. Elas estão sendo usurpadas com essas taxas absurdas impostas pelo Prefeito de Manga e pelo Presidente da Câmara, que são os donos das balsas. Eles combinam, aumentam o preço e punem o cidadão. Por isso faremos audiência pública em Manga, na segunda-feira. Então, convoco toda a população da cidade, os usuários desse serviço para discutirmos seriamente, para colocarmos limite nessa farra que está acontecendo em Manga, cometida pelos donos das balsas.

Os preços começam em R\$14,00 para veículos pequenos. Se o veículo for uma carreta grande, pagará mais de R\$100,00 para atravessar o rio. Isso é um absurdo. Estamos denunciando. Se em São Romão a Prefeitura chega a lucrar com o serviço, cobrando R\$5,00, não tem cabimento em Manga cobrarem R\$14,00 para atravessar um carro pequeno, sendo o mesmo serviço, o mesmo rio e a mesma largura. E mais: às vezes ainda fazem hora com as pessoas, fazendo-as esperar uma ou duas horas.

Assim, convoco a Promotora da cidade, o Promotor, a Juíza para que o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais encaminhem um entendimento para acabar com essa farra, com esse cartel liderado pelo Prefeito de Manga e pelo Presidente da Câmara da cidade, que estão se aproveitando das pessoas, cobrando abusivamente pelas passagens de travessia de balsa.

Deputado Rogério Correia, quero também cobrar publicamente do Diretor do DER, que esteve conosco em uma audiência pública, aqui. Ele, João Augusto Baeta, cuida da área de transporte do DER e fez um compromisso na audiência pública ocorrida na Assembleia, na presença de mais de 500 taxistas, de que respeitaria os taxistas e as liminares do Tribunal de Justiça, de que os taxistas legalizados poderiam trabalhar de uma cidade a outra. Mas o DER voltou à indústria da multa no Norte de Minas, à perseguição, emitindo multas pesadas, humilhando clientes e donos de táxis que ficam nas rodovias. Esse não foi o acordo feito aqui. Aliás, procuramos estabelecer o entendimento com as empresas de transportes para que votássemos uma legislação que atendesse as duas partes.

Mas o que está acontecendo é outra coisa. Recebi telefonemas dizendo que voltou a haver perseguição aos taxistas no Noroeste do Estado; que em Teófilo Ottoni continua havendo caça aos taxistas por servidores do DER; e que no Norte de Minas houve várias



prisões de taxistas na semana passada, com recolhimento de carros aos pátios do DER, com taxas abusivas para sua retirada, de quase R\$2.000,00.

Isso é um absurdo, pois são pessoas que trabalham e prestam um bom serviço ajudando as comunidades mais carentes. Em muitas dessas cidades nem existe empresa de ônibus, e as pessoas estão privadas do direito de ir e vir. Procurarei o João Augusto Baeta para que possamos efetivar o acordo feito em audiência pública nesta Casa.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, solicito que V. Exa. dê a notícia a respeito das rodovias entre Manga, Montalvânia e São João das Missões, uma novela antiga e que todos juravam que nunca daria certo. Nós já tivemos o pneu do carro furado tantas vezes lá, e seria bom que V. Exa. lembrasse desta feita, pois só mesmo Lula e Dilma para darem jeito naquela estrada. Obrigado.

O Deputado Paulo Guedes\* - Foram liberados R\$130.000.000,00, e as obras de asfaltamento estão a todo vapor. São três frentes de trabalho: de Manga a Monte Rei, de Monte Rei a Montalvânia e de Montalvânia até a divisa com a Bahia. Estamos aguardando para este ano a licitação do trecho entre Manga e Itacarambi; falta apenas o licenciamento ambiental para que o DNIT licite a outra parte. Vamos ligar Minas Gerais a São Luís do Maranhão e ao Rio de Janeiro. Só há aquele trecho que não era pavimentado, e a obra está ficando uma maravilha. Em julho de 2010, o Ministro dos Transportes esteve conosco em Manga e em Montalvânia assinando a ordem de serviço para a estrada, uma reivindicação antiga. Já vi Deputados cujos dentes caíram prometendo aquela obra nos governos passados. Foram votados várias vezes na região, apoiados por alguns Prefeitos, inclusive de Manga, mas não cumpriram a promessa. Graças a Deus, agora, com a nossa intervenção, o ex-Presidente Lula e a Presidente Dilma garantiram os recursos, e a obra está a todo vapor. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, Deputado João Leite, rendo-lhe minhas sinceras e justas homenagens pelas brilhantes intervenções que V. Exa. tem feito em defesa da nossa querida Minas Gerais nesta Casa. Cumprimento o Líder do nosso BPS, Deputado Tiago Ulisses; Deputadas e Deputados; nossa gente querida de Minas Gerais.

Quero falar da nossa terra querida, Campo Belo. Quando falo terra querida é porque não escolhemos o lugar para nascer, é um desígnio de Deus. Sou filho de Cristais, mas filho adotivo de Campo Belo, onde fiz a minha carreira política, onde fui Vereador e Prefeito. Tenho muito orgulho de ter recebido o título de Cidadão Honorário de Campo Belo, a terra em que atualmente reside minha família e boa parte dos nossos eleitores.

Campo Belo completou, no dia 28 de setembro, 132 anos de emancipação político-administrativa. Pertencíamos a Itapeçerica, cidade-berço de quase todos os Municípios do Centro-Oeste, até nos limites de São João del-Rei e Lavras. Há 132 anos, iniciava-se, portanto, a história de Campo Belo. De forma direta, tivemos oportunidade de contribuir com o desenvolvimento da nossa querida Campo Belo. Quando Prefeito, encontramos a cidade com uma carência muito grande em duas áreas, talvez as mais vitais para a população, as da saúde e da educação. Era o sonho da nossa gente que fosse instalado ali um CTI, para atender à grande população da cidade, mais de 50 mil habitantes, como também à população dos Municípios limítrofes: Cristais, Aguanil, Candeias, Camacho, Santana do Jacaré, São Francisco de Paula, Cana Verde e Perdões. Deixamos pronto para ser inaugurado o nosso CTI, naquela oportunidade, com cinco leitos e hoje já contamos com 10. As mulheres da nossa cidade faziam mamografia ora em Santo Antônio do Monte, distante mais de 100km, ora em Varginha, também distante mais de 100km. Deixamos pronto e funcionando o Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança, que atende à gestante e depois dá continuidade ao atendimento, cuidando da sua criança. Inauguramos na cidade oito programas de Saúde da Família. A farmácia básica, que, naquela época, não tinha recurso de nenhum governo, nem do Estado nem federal, foi construída com recursos da Prefeitura. O Centro Odontológico, sem contrapartida dos governos federal ou estadual, foi construído com recursos exclusivos da Prefeitura de Campo Belo. Enfim, a população de Campo Belo me conhece pela alcunha de “o Prefeito da saúde”, como também “o Prefeito da educação”.

Ao completar seus 132 anos, estou, nesta Casa, representando com muito orgulho a minha querida Campo Belo, além de inúmeros Municípios que me deram a oportunidade, por meio do voto direto, de chegar a este Parlamento, para defender os seus ideais. Mas como é Campo Belo que é a aniversariante da semana, rendo a minha homenagem a esse povo laborioso e trabalhador. Muitos mineiros não sabem que o bandeirante Romão Fagundes do Amaral, ao se aproximar do alto de um morro, vendo aquela linda colina, teria, naquela oportunidade, se expressado: “Mas que belo campo!”, daí o nome Campo Belo, um campo muito bonito, florido. Nesse local foi erguida a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, no Bairro do Cruzeiro, e até hoje está lá, uma igreja centenária.

Campo Belo é conhecida pelas suas charqueadas. Cidades até do Triângulo, extremo Sul de Minas, levavam o gado para ser abatido na nossa cidade. É também conhecida pelas charqueadas da carne equina. Naquele tempo, há mais de 50 anos, equinos eram abatidos e essa carne era exportada para o Japão. Ficou famosa também por ter sido denominada “cidade de mulher bonita”, tendo sido eleita Miss Minas Gerais Florence Gambogi e outras tantas que concorreram ao certame, sempre deixando a marca registrada de Campo Belo.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, neste momento, falar da minha alegria e satisfação em estar, neste Parlamento, representando também a minha querida Campo Belo e, mais uma vez, expressar os meus votos de que a cidade prossiga o seu caminho, o caminho do progresso, o caminho da boa vida a seus filhos e daqueles que também estão em Campo Belo, que, assim como eu, não tiveram a oportunidade de nascer na terra querida, mas que foram para lá e a escolheram como sua terra mãe, sua pátria, para criar a sua família. Minha querida Campo Belo, meus queridos campo-belenses, recebam, portanto, as minhas sinceras homenagens.

Não pude participar do palanque armado na praça, no dia 28 de setembro, porque talvez lá tenhamos algumas diferenças políticas, algumas diferenças pelas conotações das cores do meu partido e do partido adversário. Mas se o partido nos divide, o sentimento da cidade nos une. Podem ter certeza de que continuarei trabalhando para Campo Belo, independentemente de o gestor de lá ser ou não companheiro político deste Deputado. A meu povo querido de Campo Belo rendo, portanto, minhas sinceras e justas homenagens. Que nossa terra seja cada vez mais feliz.



Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa. que, na semana passada, fizemos uma audiência pública nesta Casa para debater a Meta nº 4 do Plano Decenal, que está na Câmara dos Deputados para ser apreciado. Proposto pelo governo federal, é herança do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aquela meta prevê a universalização da escola regular para alunos de 4 a 17 anos. Isso significa que estarão na mesma sala de aula portadores de deficiência e alunos hoje matriculados na escola regular. Mas a escola não está preparada estruturalmente, fisicamente - e os seus profissionais também não o estão - para o trato com as crianças portadoras de deficiência.

Essa meta, ao ser proposta, levaria as Apaes à extinção. Primeiramente, ocorreria o esvaziamento das Apaes. Lá na frente, elas ficariam sem vida e sem valor para o governo federal. A Meta nº 4 é um atraso de vida para esses alunos e também para as Apaes. Hoje, em Brasília, o Deputado Eduardo Barbosa representa o sentimento apaeano. Muitas conquistas já foram feitas por meio do trabalho dele. Nas diversas regiões de Minas Gerais, crianças e mais crianças estão recuperadas, sabem ler e escrever por causa do carinho e da desenvoltura do trabalho das Apaes. O governo não pode e não deve jogar por água abaixo a história dessa instituição por querer colocar na mesma sala de aula todas as crianças de 4 a 17 anos.

Sr. Presidente, quero reportar a toda Minas Gerais que este parlamentar não concorda com a Meta nº 4 do governo federal e que a audiência pública feita nesta Casa será levada ao interior de Minas, conforme proposto hoje pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e por outros Deputados. Levaremos aos quatro cantos de Minas Gerais a discussão. O governo prioriza obras que julga importantes, como, por exemplo, o trem-bala que unirá Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, mas o povo de Belo Horizonte não tem como chegar ao Centro para trabalhar. Em outras Capitais, nem transporte existe. E ainda faltará dinheiro para as Apaes. O trem-bala é uma bala, encherá de bala o bolso de muita gente e levará talvez ao fim a escola clínica da Apae. Sr. Presidente, sou terminantemente contra a Meta nº 4, e trabalharemos contra ela. Precisamos tentar desenvolver, tentar, cada vez mais, ajudar, colaborar, sermos responsáveis com o trabalho consciente das Apaes, e não, trabalhar para o seu esvaziamento.

Sr. Presidente, já que o tempo não é de todo suficiente para os assuntos que gostaríamos de trazer nesta tarde, uma vez que foram dados ao antecessor 30 minutos e a nós, somente 12 minutos, concluiremos, pois entendemos que o Regimento Interno é para ser cumprido, e não, discutido.

Para terminar, Sr. Presidente, gostaria de dizer a V. Exa. e aos demais pares que o "site" do Financial Times publica artigo com críticas à atual Presidente: (- Lê:) "O país ranqueado em 152º lugar pelo Banco Mundial por seu pesado sistema tributário está aconselhando contra impostos restritivos, escreve a autora Samantha Pearson. A crítica é uma reação à advertência feita pela Presidente Dilma, na segunda-feira, durante visita à Europa. Não pela primeira vez, ela fez duras críticas ao modo com que os países desenvolvidos vêm controlando suas finanças. 'Políticos brasileiros recentemente têm tomado a si a resolução da crise financeira internacional, distribuindo conselhos', diz o texto. O artigo aponta Guido Mantega, Ministro da Fazenda, como pioneiro nessa prática, após ter feito discursos inflamados acerca da guerra cambial e propor, em setembro, um pacote de resgate ao euro vindo dos Brics. Pearson escreve sobre a surpresa trazida pela sugestão de que o Brasil deveria resgatar países (...) cujo PIB 'per capita' é três vezes maior do que o seu próprio. O artigo aponta que a posição do País, além de não ser realista, é também hipócrita". Hipócrita, hipocrisia, meu caro Presidente. "Dilma recentemente falou sobre a necessidade de combater o protecionismo apenas uma semana após aumentar impostos sobre carros estrangeiros em colossais 30 pontos percentuais."

Sr. Presidente, as prefeituras estão à beira da falência. Já não se têm, no interior de Minas Gerais, bravos mineiros galgando prefeituras com o sonho de realizarem obras, porque as prefeituras estão quebradas. Hoje o Prefeito nada mais é que um mero repassador de recursos, pois repassa o recurso da Câmara, da saúde, da educação e os financiamentos. Ao final do mês, ele não tem um centavo para investimento, porque toda receita é controlada pelo governo federal. Sabemos que 70% de tudo o que se arrecada no País fica sob o controle soberbo do governo federal. Os Municípios gastam, no mínimo, 15% com a saúde, mas há pessoas, em cuja cara se pode passar óleo de peroba, que ainda dizem que os governos estaduais não gastam. O governo federal gasta o equivalente ao aumento do PIB, mas, como o PIB já teve até decréscimo, deixou de gastar com a saúde.

Quero aqui render minhas homenagens aos Prefeitos de nosso país, especialmente aos de Minas Gerais, porque, mais uma vez, quando o governo instituiu um programa de apoio à compra, ele somente o faz no IPI, que é o Imposto sobre Produtos Industrializados. O IPI, ao qual é vinculado o Fundo de Participação dos Municípios, é a principal fonte de receita dos Municípios. O governo federal faz suas graças com o pacote alheio, ou seja, com o recurso dos Municípios.

Para terminar, Sr. Presidente, registro que estão nesta Casa os amigos da minha querida Campo Belo, pastores, amigos, Vereadores e Presidente da Câmara da nossa querida Jesuânia. Outros companheiros também se fazem presentes nesta Casa. Minha saudação a todos. Gostaria de dizer, mais uma vez, que o Brasil tem jeito. Claro que tem, e o jeito chegará, à moda de Minas Gerais, que sabe fazer bem feito, com responsabilidade, que é o mais importante na gestão dos recursos públicos. Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente, Deputado João Leite.

## **78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA**

### **Discursos Proferidos em 6/10/2011**

A Deputada Liza Prado\* - Bom dia a todas e a todos. Sr. Presidente, acabamos de chegar da cidade de Ribeirão Vermelho, juntamente com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, representando o Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva assinou requerimento comigo. Fomos ao Município e fiquei encantada ao saber que lá há uma rotunda - uma das maiores da América Latina - e um complexo ferroviário, que é muito importante para a cultura de nosso Estado e de nosso país. A audiência pública foi realizada lá a pedido da Prefeita, incansável defensora do patrimônio cultural de seu Município, um patrimônio, no meu entendimento, mundial, porque é a primeira rotunda, a maior da América Latina e a quarta maior do mundo, e precisa realmente de apoio.

Esteve conosco, na nossa audiência pública, a Secretária de Estado Eliane Parreiras, juntamente com representantes do Iphan, da Prefeitura - a Prefeita também esteve conosco - e várias outras autoridades. Fiquei muito contente ao saber que representantes desta

Casa, como o Deputado Duílio de Castro, que já realizou trabalho nesse sentido, e os membros da Comissão de Turismo estavam discutindo sobre a importância desse complexo e desse tombamento na geração de empregos.

Gostaria de utilizar esta tribuna para, além de falar sobre esse trabalho maravilhoso que fizemos, discutir e passar para todo o nosso Estado informações a respeito do Município de Uberlândia. Fico muito orgulhosa de ter nascido numa cidade que desponta nas últimas pesquisas. Uberlândia é a melhor cidade em saneamento básico. Mas tem ainda muitos problemas e dificuldades. Alguns de seus bairros ainda não possuem rede de esgoto, mas 98% deles estão bem. A cidade está sendo preparada com rede de esgoto para mais de um milhão de habitantes. Conforme o último censo do IBGE, a cidade possui 611 mil habitantes, mas creio que houve sub-registro da população. Acredito que são 700 mil habitantes. A cidade já está preparada, em termos de saneamento básico e água tratada, para mais de um milhão de habitantes. É um exemplo.

Gostaria que ficasse registrada, nos anais desta Casa, matéria do nosso jornal “Correio de Uberlândia”, que diz: “Entre as 81 maiores cidades do Brasil com mais de 300 mil habitantes, Uberlândia ocupa o 2º lugar no 'ranking' de prestação de serviços de água, coleta e tratamento de esgoto. O resultado foi divulgado no levantamento do Instituto Trata Brasil, que apurou as condições de saneamento básico das cidades brasileiras com base no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, do Ministério das Cidades. A pesquisa também mostra que a melhoria nos serviços de água e esgoto no país, entre 2003 e 2009, ainda é lenta. Os dados referentes a 2009 mostram que no 'ranking' Uberlândia está atrás de Santos, no Estado de São Paulo. Na última avaliação, em 2008, a cidade ocupava o 4º lugar. O 'ranking' conta com cinco cidades de São Paulo, três do Paraná, uma do Rio de Janeiro e Uberlândia, única representante de Minas Gerais”. Isso é muito triste, considerando-se que Minas possui 853 Municípios, pois demonstra que, por mais que tenhamos trabalhado, ainda precisamos dar condições básicas de vida para a população.

“Entre os critérios de avaliação estavam a população total atendida com água tratada e com rede de esgoto, tratamento do esgoto por água consumida, tarifa média praticada, além dos investimentos em relação à geração de caixa dos sistemas, compreendendo a arrecadação sem despesas operacionais.” Ainda acrescento um dado. O Departamento Municipal de Água e Esgoto – Dmae -, no meu entendimento, conta com técnicos, profissionais e servidores que adoram aquele órgão. Acredito que um dos motivos do sucesso do referido setor é o fato de ele ser totalmente municipal. Por isso lá as coisas deram certo. As pessoas fazem um trabalho eficiente, com recursos próprios. Deveria ser assim em determinadas localidades, que ainda enfrentam dificuldades com saneamento básico.

“Para o Prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão, o resultado é fruto dos investimentos realizados desde 2005 no setor que até o final de 2012 devem ultrapassar R\$200.000.000,00. Foram feitas redes receptoras, adutoras e comuns que devem ultrapassar 100km, reformas de oito reatores e quatro novos para a estação de tratamento de esgoto. A cidade terá capacidade de tratar o esgoto de uma população de 1,36 milhão de habitantes, disse’. O investimento na Estação de Tratamento de Esgoto é de R\$68.000.000,00. De acordo com Samuel do Carmo Lima, doutor em geografia médica e vigilância em saúde da Universidade Federal de Uberlândia, a vice-liderança em saneamento básico no país ‘é uma posição muito boa, mas ser um dos melhores entre os ruins não significa muito. As cidades brasileiras, inclusive as Capitais, estão em péssimas condições’, disse.”

É um desafio para o restante do nosso Estado e do País que tenhamos essa prioridade. Acredito que um dos requisitos básicos da proposta da Dilma, de erradicação da pobreza, é que as pessoas possam ter água tratada e saneamento básico. Isso é o mínimo. O Município ainda possui problemas. Apesar de estar em 2º lugar no “ranking” de prestação de serviços de saneamento básico entre as 81 maiores cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes, Uberlândia enfrenta problemas com abastecimento de água em algumas regiões da cidade. Temos problemas também porque, às vezes, não temos uma cultura de cuidar das nossas águas. Creio que apenas com educação para o consumo se vai conseguir isso, mas esse é um dado importante. Ficamos contentes. Sabemos que o Instituto Trata Brasil é sério. Fala sobre as condições de saneamento básico, revela que o crescimento ainda é lento, mas já dá um parâmetro para que possamos discutir. Fico contente que Uberlândia seja a 2ª cidade no País e a única no Estado de Minas Gerais nesse “ranking”.

Quero falar também da minha preocupação, pois em contraponto, em Contagem, cuja Prefeita é do PT, assim como a nossa Presidenta, que faz um trabalho muito bonito, infelizmente o trabalho deixa a desejar. Sabemos muito bem que só combateremos a pobreza no País quando as pessoas realmente tiverem o mínimo para sobreviver. Que elas possam ter educação e água tratada, e que as políticas públicas funcionem. Imaginem que Contagem entregou para outras pessoas explorarem o serviço de abastecimento de água por 100 anos. Uma cidade que está cheia de fossa, o que é um desrespeito ao povo, pois elas não dão condições de higiene. O esgoto a céu aberto faz com que as crianças adoeçam mais, e há a questão da água tratada também. É importante que as pessoas possam ter condições de vida e uma água de qualidade. A questão da água é um problema do planeta. De repente, em Contagem, como se não bastasse as Funecs estarem sendo fechadas, ainda observamos um problema grave em saneamento básico, como limpar fossa em vez de ter esgoto tratado. E sabemos que se está avançando nisso. Hoje toda aquela merda – desculpem-me a forma de dizer – que vem de Contagem é jogada para o lado da Pampulha. É preciso que, entra governo e sai governo, se preocupem com obras debaixo da terra. Que haja saneamento básico. Isso tem que ser prioridade. Por mais que se tenha feito um bom trabalho, ainda há problemas, como as Funecs em Contagem. Elas são um avanço, um projeto de realmente haver ensino técnico municipal, Sr. Presidente, com recurso próprio. E, por incrível que pareça, todo o restante das Funecs será fechado. Prometeu-se na campanha, e não se cumpriu. A Prefeita Marília prometeu que não fecharia nenhuma Funec, nem aumentaria o valor do IPTU. Aumentou o valor do IPTU e fechou e fechará mais 11 Funecs. Cabe ao povo de Contagem não permitir isso. Temos de lutar. O que é correto, elogiamos. Melhorou muito o Município, ajudou bastante, é muito dinâmica, mas há problemas em relação às Funecs e a entregar por 100 anos a exploração do serviço de saneamento básico da cidade. No mínimo o contrato deveria ter sido questionado e revisto. E ainda haver fossa, isso ninguém merece! A população conta com recurso próprio no orçamento para custear as Funecs, e percebemos que as professoras, que tanto lutam para terem um salário digno em Contagem, também estão deprimidas porque estão fora do cargo que exerceram. Há muitas em desvio de função porque unidades estão sendo fechadas. É preciso que, em conjunto, achemos saídas. Pedi ajuda inclusive à Secretária, porque sabemos da responsabilidade do Estado, mas o caso é municipal. Promete-se à população que as Funecs funcionarão, e, passada a campanha, fecha-se tudo. A população tem que ficar esperta nas próximas eleições com relação a



promessas que não são cumpridas. É preciso exigirmos o cumprimento das promessas de campanha. Antes da campanha, a Prefeita Marília dizia que não fecharia nenhuma Funec; de repente fecha todas. Ela não conhece a dificuldade das professoras em desvio de função, vai fechando unidades, mas o recurso do orçamento continua o mesmo.

Como se não bastasse, ainda existe a máfia da merenda instalada no Brasil. Em Contagem, fui à Escola Vila Belém e vi isso. Entrei com representação no Ministério Público e espero que haja apuração, pois o povo de Contagem merece ser bem tratado, merece que as Funecs estejam funcionando, merece que o esgoto seja tratado.

Uberlândia foi a primeira cidade a ter saneamento básico no Estado e quero que todos os Municípios que percorro tenham saneamento básico. Falo das injustiças em qualquer lugar. Onde houver injustiça estará a Deputada Liza Prado defendendo a população, o que é correto, a educação de qualidade, o saneamento básico, porque somos eleitos para defender a população, de verdade, e não para sermos ludibriados. Antes das campanhas, há promessas. Depois, há candidatos que pensam que podem fechar tudo, já ganharam mesmo, não se importam com a palavra. A palavra e o vento são quase a mesma coisa.

O que está acontecendo é um desrespeito. Temos de pensar na cidade e no Estado como um todo. De repente, como se não bastassem as outras dificuldades, ainda há quadrilha com coragem para meter a mão na merenda das crianças, para surrupiá-la. Isso é crime. Denunciamos qualquer quadrilha, seja ela federal, esteja ela em qualquer cidade. Precisamos de coragem para dizer a verdade, porque a população não aguenta mais. Ela acredita nos políticos em época de campanha, que apresentam propostas belas, lindas, que dizem que defendem a Constituição, a educação, que não fecharão escolas; mas, de repente, elas são fechadas.

Em Contagem, além de fecharem as portas das escolas, as pessoas que ajudaram a construir o governo e os partidos estão sendo enxovalhadas. O meu partido, o PSB, ajudou-a a ganhar as eleições, mas infelizmente também não tem palavra. Na política, não podemos perdoar. A população deve acreditar em quem tem palavra. Se você não tem condições de cumprir promessas - é obrigação do Estado manter as Funecs abertas -, então não prometa. Não venha ludibriar o povo, porque ele não aguenta mais. A resposta vem nas urnas. Não venha a Contagem pedir voto. Temos um candidato maravilhoso, que é o nosso amigo, a quem adoro, mas que, com o apoio da Prefeita, não ganhará a eleição. Terá de se separar dela, porque ela promete, mas não cumpre. A população já está esperta.

É importante ficarmos atentos de agora para frente. Precisamos defender o patrimônio, a merenda de qualidade, o saneamento básico e discutir os problemas das cidades. O nosso povo não aguenta mais viver num lugar onde as promessas são lindas, maravilhosas, onde os discursos são em prol da educação. Nos cantinhos de campanhas, vemos palavras como “saúde, educação e segurança, cidade com qualidade e ar” serem pronunciadas. Depois, o “slogan” passa tão rápido quanto a campanha. As promessas vão para o ralo. Não podemos permitir isso. Portanto, temos de utilizar esta tribuna para cobrar o que foi prometido. Se prometeu, tem de cumprir. Precisamos de pessoas mais sérias na política. A nossa população é descrente em grande parte dos políticos porque, em época de eleição, há promessas que depois não são cumpridas.

Creio que daremos a resposta em Contagem, em outras cidades, enfim, onde houver bandido surrupiando o dinheiro do povo. Lugar de bandido é na cadeia, e não metendo a mão em dinheiro público. Temos de defender uma política que realmente prepare nossas cidades. O nosso povo está envelhecendo. Devemos nos preocupar com a sensibilidade. As políticas públicas devem engrandecer as cidades, valorizar seus servidores, defender a segurança nas escolas. Aliás, cumprimento o Deputado João Leite pelo trabalho realizado no fórum que discutiu a segurança escolar. Não façam como a Marília está fazendo em Contagem, fechando as escolas.

Fechar uma escola é um crime. Quando se fecha uma escola é preciso abrir mais cadeias. É importante que o ensino profissionalizante, que é uma defesa do povo de Contagem, reabra suas portas.

Sr. Presidente, para terminar, gostaria de dizer que estou aqui para criticar aquilo que é errado, mas também para apresentar propostas, cobrar as promessas de campanha que não foram cumpridas e elogiar o correto. Devemos saber elogiar. Desta tribuna, elogio o povo de Uberlândia, os servidores públicos que fizeram com que a cidade fosse a única cidade de Minas Gerais com qualidade em saneamento básico. Ainda precisamos lutar para que Morada Nova e Marielza tenham rede de esgoto, mas estamos avançando. Devemos trabalhar para termos uma cidade melhor e defender, por exemplo, Ribeirão Vermelho, para que sua rotunda e seu patrimônio sejam valorizados para gerar empregos. É preciso que nosso povo fique atento para defendermos e não permitirmos que nenhuma escola feche suas portas, para que professores que fizeram concurso vão às salas de aula e sejam valorizados e que, realmente, preparem as crianças das nossas cidades com respeito. Sr. Presidente, atualmente, ser professor é muito difícil, porque a violência aumentou bastante. Além disso, observamos uma violência grande, como a ocorrida em Contagem, ou seja, fechar as Funecs. Espero que seu povo não permita que fechem mais nenhuma escola e exija dos seus candidatos que reabram as que foram fechadas. Não faremos campanha nesta Casa para A, B, X ou Z, mas exigiremos e perguntaremos ao candidato que for a nossa porta pedir seu voto se reabrirá as Funecs que foram fechadas e fará o compromisso de não fechar mais nenhuma. Isso é um compromisso e estou aqui para alertar a todos. Utilizo esta tribuna como instrumento de valorização do voto, um instrumento para ajudar a nossa população a canalizar seus votos e suas energias em defesa do nosso povo.

Infelizmente, há mais um companheiro inscrito, então encerro dizendo que, hoje, estou muito contente, porque creio, Deputado João Leite, que esse trabalho, esse seminário foi ótimo. Fiquei muito empolgada em falar, pois vemos tantas pessoas apaixonadas defendendo a educação, enquanto vemos uma programação inteira em Contagem para fechar escolas. Isso é um absurdo. Depois, a cidade fica igual a Ribeirão das Neves: cheia de penitenciárias, porque não valorizou o ensino técnico. Lá houve um programa avançado com recurso próprio da Prefeitura para o ensino profissionalizante. Que esse canal permaneça aberto. Isso é um avanço. Deveria ser obrigação do Estado, mas para fazer a campanha, fazer com que realmente promettesse e não cumprisse serviu. Agora é hora do nosso povo se mobilizar para as próximas campanhas.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sra. Deputada Liza Prado, que me antecedeu com tanta firmeza de propósito; Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Casa, público das galerias, telespectadores da nossa TV Assembleia, que leva a nossa mensagem e o nosso trabalho aos lares de muitos mineiros, trouxe vários assuntos. Elenquei cinco grandes temas para discutir aqui, mas vou me ater a dois, porque, realmente, temos muita coisa para ser falada na busca da correção. Um exemplo, que ficará para outra



oportunidade, é a saúde, que está um caos; outro, a reforma política, que se desenha praticamente de forma insatisfatória, superficial e incapaz de fazer reais reformas; e a corrupção no mundo e no Brasil, que é tema atualizado, do qual a sociedade está começando a entender que deve participar. Parece que no dia 7 de setembro aconteceu o grito da nova independência do Brasil contra a corrupção, não mais contra a roubalheira do ouro por Portugal naquela época de 1800, mas agora contra a roubalheira interna no País, que leva ao caos, essa corrupção no nosso Brasil. Isso não acontece apenas no Brasil, mas falaremos sobre essa questão em outra oportunidade.

Hoje o primeiro tema sobre o qual discorrerei segue em parte exatamente as ponderações da Deputada Liza Prado.

Outro aspecto que nos preocupa é essa questão da burocracia. Todos os candidatos a qualquer cargo prometem que, nas suas funções, desburocratarão e facilitarão as ações em suas pastas e áreas. No entanto, o que vemos na prática é exatamente o contrário. Na área da agricultura, tudo é feito para dificultar quem planta; na do ensino, quem estuda; e assim por diante. Portanto, em todos os setores, em vez de ser combatida, reduzida ou pelo menos estagnada, a burocracia termina exatamente no contraponto e então aumenta. Dificulta-se e se burocratiza ainda mais.

Falarei sobre os estágios para os estudantes e dos cursos técnicos do 2º grau. Poucas pessoas sabem que há um programa de estágios para estudantes de 2º grau e de cursos técnicos. Nos últimos três anos, uma regulamentação dos estágios surgiu exatamente por meio de decreto. O estágio era liberado, e a empresa que quisesse contratava dentro das normas do estagiário, que desenvolvia ali um aprendizado. Há empresas intermediando, acompanhando e preparando esses alunos para entrarem em uma fábrica ou um setor onde aprendam uma profissão. Tudo transcorria normalmente assim. Se eu quisesse, contratava um, dois ou três estagiários com tudo regulamentado e regularizado, com o pagamento do estágio sem ou com pouca burocracia, apenas contando com as empresas-escola, que são instituições que fazem a mediação entre a própria escola e o próprio estagiário.

No entanto agora, depois dessa lei dos estágios, de 2008, a burocracia aumentou. Para uma empresa contratar um estagiário, tem de ter funcionários registrados e profissionais contratados pertencentes ao seu quadro de funcionários. Se uma empresa precisar de 1 estagiário, terá de ter 1 funcionário registrado; se precisar de 2, pelo menos 5 funcionários registrados; de 3 ou 4, 11 funcionários registrados. São exigências mais do que anômalas, que trazem dificuldades para as empresas. Às vezes uma pequena empresa que tem um ou dois funcionários não pode contratar dois estagiários, mas apenas um. Para contratar dois estagiários, precisa ter cinco funcionários contratados.

Para os senhores terem uma ideia, isso está repercutindo negativamente na formação dos jovens, que tinham oportunidade de conseguir muito mais estágios. Agora, por essas exigências principais e mais outras, os estágios estão diminuindo para os estudantes do 2º grau. Por exemplo, em 2008, no Brasil, foram contratados 1.100.000 estagiários do 2º grau ou do curso técnico correspondendo ao 2º grau. No ano passado, em 2010, já foram 810 mil; ou seja, praticamente 300 mil estagiários a menos numa economia em que se está empregando mais. Isso nos preocupa.

Há escolas ou entidades que faziam a mediação, que serviam de ponte para preparar o estudante para fazer estágio numa empresa. Muitos desses estudantes estagiários posteriormente ficavam empregados na empresa, ou seja, passavam a ser funcionários depois do estágio. Isso ocorreu com muitos e muitos deles, com milhares, e agora não está mais havendo essa oportunidade. Se houver mais estagiários do que o número de funcionários da empresa, a empresa será multada.

Trata-se de uma burocracia que não facilita a vida de ninguém neste país. E isso em todos os setores, municipal, estadual e federal. É muito difícil desburocratizar, é quase impossível a desburocratização. Aliás, o Brasil já teve até Ministério que também, por não se desburocratizar, acabou-se.

Então, eis aí este alerta. Trata-se de um programa do País. É preciso que o MEC, as entidades e o Ministério do Trabalho, responsáveis por essa questão, analisem. É claro que toda lei pode ser modificada, e vamos modificar. Não que queiramos bagunçar, mas para facilitar, que se pare de exigir das empresas. Hoje, para as empresas sobreviverem, a dificuldade é muito grande. Não está fácil ser pequeno, ser microempresário neste país. E são esses pequenos empresários que sustentam muito mais a economia do que os grandes empresários, pois 70% da economia brasileira são de micro e pequenas empresas.

Esta é a minha primeira reflexão: essa burocracia no setor de estágios, que está reduzindo, quando o País está empregando mais, a contratação de estagiários pelas pequenas empresas, que oferecem mais estágios e que existem mais em Minas e no Brasil.

O segundo assunto que quero apresentar hoje é uma reflexão sobre o tráfico de drogas, um tema de que não se precisa mais só falar. Convidam-me para palestras, para seminários sobre droga. O combate às drogas no País virou ficção, não acreditamos mais no combate às drogas. O Brasil não produz cocaína. A cocaína entra no País através do tráfico. Nós sabemos quais países produzem a cocaína e sabemos que há uma extensão de limite desses países com o Brasil, territorialmente, que há as fronteiras. Então, seria muito mais barato, sairia mais em conta o governo federal colocar a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal nessas fronteiras, pelo ar, por terra e por água, sendo que alguns rios dividem o nosso país com outros, e fazer uma prevenção, um combate preventivo. Aliás, a nossa polícia é reduzida, a corporação conta com poucos policiais federais nas fronteiras; mas, no dia em que resolvem fazer trabalho mais intensivo, prendem uma quantidade extraordinária e se divulga o fato nos maiores noticiários das grandes TVs brasileiras.

Isso ocorre ao se fazer uma intervenção maior nas fronteiras. Mas isso é feito em um dia, de três em três meses, de dois em dois meses, sendo que todos os dias, todas as horas, por água, por terra e pelo ar, as drogas estão entrando no País, principalmente cocaína. Chegará um momento que não haverá como combater isso. Não vamos achar ou querer viver da ilusão de que vamos conseguir controlar o “crack”.

Cria-se um programa de combate ao “crack”, cria-se um programa contra as drogas, cria-se um fundo, mas nada disso resolverá. Depois que a droga entra no País, o custo é muito elevado em todos os aspectos. Claro que o custo financeiro é alto. A droga entra no País, cai nas mãos dos traficantes, que a levarão aos consumidores, que aumentam a cada dia. Estes, para comprar a droga, começam a cometer delitos, cujo custo é alto: assaltos, furtos, assassinatos, enfim, violência e mais violência.

Há ainda a questão da saúde pública. O consumo de drogas tem um custo também altíssimo, e, além disso, pode acabar levando à morte precoce o cidadão viciado. Se colocarmos na balança, o custo de se destacarem mais 200 policiais federais – não sei a quantidade – nas nossas fronteiras com os três ou quatro países que plantam e produzem a cocaína seria extremamente mais baixo, e



os traficantes enfrentariam mais dificuldades para entrar com a droga no País. Os malefícios e consequências dessas drogas, desastrosas em todos os aspectos, seriam bem reduzidos no nosso país. Essa ação salvaria famílias, pessoas e a sociedade. Sabemos disso, porém não enfrentamos o problema com a devida competência, mas de forma minimizada, insuficiente, o que não resolve o problema principal.

Não precisamos discutir muito esse assunto. Bastaria os governos estaduais e federal, juntos, refletirem e montarem uma estratégia de combate preventivo à entrada das drogas, assim como a entrada das armas que vêm para o nosso país. Se fizermos esse gasto, que é um grande investimento e uma grande economia para o Brasil, vamos realmente começar a combater as drogas. Apenas ao combater internamente, de forma repressiva, as consequências das drogas, por meio do confronto e pelo tratamento, não chegaremos a lugar algum.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, são essas reflexões e tantas outras importantes e necessárias que nós, autoridades delegadas pela população, temos de realmente fazer. Temos de parar de discutir o problema de forma afetiva e passar a tomar decisões efetivas. Aí, sim, as soluções acontecerão.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a Assembleia de Minas terminou hoje o importante fórum técnico “Segurança nas escolas: por uma cultura de paz”, coordenado pelas Comissões de Segurança Pública e de Educação desta Casa. Cumprimento particularmente os Deputados das duas comissões envolvidas: Deputado João Leite, que coordenou a plenária final, Deputada Maria Tereza Lara, Deputado Bosco, Deputado Carlin Moura e os demais membros – e parabenizo-os porque o fórum técnico foi muito participativo e regionalizado. Tive oportunidade de acompanhar as etapas de Janaúba, Juiz de Fora, Contagem e Araxá.

Foram eventos muito importantes para a promoção de um ambiente escolar propício ao melhor rendimento, permanência e felicidade dos jovens que frequentam nossas escolas públicas. Foram apresentadas dezenas de propostas sob vários olhares: o olhar da violência cometida no ambiente escolar entre os jovens ou contra trabalhadores da educação; da violência às vezes física e material, como as pichações e depredações, cometida contra as escolas; e da violência que às vezes as escolas cometem contra seus alunos e trabalhadores.

Achei importante que o debate não se tenha restringido ao fenômeno, que vem se agravando, de casos de atos violentos cometidos no ambiente escolar. Em vez disso, discutiu-se o conjunto da estrutura educacional, enfoque que considero mais adequado e que acompanhei nas etapas regionais. Sabemos que a escola tem de ser o ambiente do convívio agradável, da possibilidade de crianças e jovens exercerem em plenitude seus dons e vocações, da troca, enfim, tem de ser um espaço onde aqueles que o frequentam tenham uma relação construtiva, de prazer e de apropriação subjetiva do próprio ambiente.

Assim, algumas propostas apresentadas foram muito importantes. Houve propostas relativas à materialidade, para se dotarem as escolas de todos os equipamentos adequados; e propostas para a valorização dos trabalhadores da educação – no fórum técnico discutiu-se a questão do piso do magistério, dos planos de carreira e do estímulo a promoção e progressão. Aliás, a Assembleia está realizando esse debate de corpo e alma, por meio de uma comissão de negociação.

Mas discutiu-se também uma questão que considero fundamental: o chamado acompanhamento social nas escolas. Fazendo um rápido diagnóstico da estrutura educacional, temos hoje alguns desafios. No ensino infantil, temos o desafio da universalização, pois somente 35% das crianças nessa fase frequentam a escola. O ensino fundamental já está universalizado, mas a qualidade ainda é baixa. Se nos pautarmos em indicadores e exames de avaliação, veremos que muitas crianças chegam ao 5º ou 6º anos sem saber fazer uma operação matemática, escrever uma redação ou interpretar um texto, o que é grave. Ainda no ensino fundamental, temos o problema da evasão, que se agrava no ensino médio. Hoje, entre 15% a 16% de jovens em situação de frequentar o ensino médio não estão na escola. E observamos que, dessa percentagem, 70% não concluíram o ensino fundamental, ou seja, já se evadiram do ensino fundamental.

O Deputado Doutor Viana, que fez um belo pronunciamento, discutiu a questão das drogas. Fico imaginando um jovem que não conclui o ensino fundamental, não domina a língua e não está incluído digitalmente; que oportunidade de emprego, de ascensão e de realização terá? Acrescem-se a isso questões relacionadas a valores, à família e ao território, muitas vezes dominado por gangues, e é exatamente esse jovem que é cooptado para o mundo das drogas – primeiro, como usuário; depois, como líder do tráfico.

Então, a meu ver, a evasão escolar é mais grave que a violência escolar. O problema é que a violência escolar dá manchete, e a evasão escolar não dá. Se pegarmos o número de jovens que entra na educação básica e sai no ensino médio em Minas, perceberemos que apenas 48% concluem os estudos. Essa é a maior violência: a violência de uma estrutura que não permite ao jovem, que ingressou no ensino fundamental quando era criança, concluir o ensino médio.

Portanto a ideia do acompanhamento social parte do princípio de que temos uma missão escolar que precisa ser realizada, como o projeto pedagógico, a materialidade e a capacidade de seus profissionais, mas há fatores extramuros. Como um jovem terá um rendimento adequado se ele é violentado, abusado sexualmente, se não tem um lugar para estudar em sua casa, se mora em uma área de risco e complementa a renda familiar em um horário extraescolar, através do trabalho infantil ou de um trabalho não decente? Como exigir a permanência na escola de uma jovem menina grávida? Essas são as motivações da evasão: meninas - gravidez precoce -; jovens do sexo masculino - complementação da renda da família -; e metade do total de alunos por falta de prazer e de interesse pela escola.

Com satisfação, concederei um aparte ao Deputado João Leite, mas antes gostaria de dizer que essa proposta que resulta de uma lei aprovada na Assembleia por todos nós, a Lei nº 16.683, prevê o acompanhamento social nas escolas por equipes multidisciplinares de profissionais como psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, psicopedagogos. O objetivo é oferecer melhores condições às famílias para que essas crianças permaneçam nas escolas, não se evadam do espaço escolar, e para que também tenham rendimento suficiente para progredirem.

Deputado João Leite, V. Exa. está de parabéns. Acompanhamos boa parte do processo e sabemos que o evento foi muito importante, foi uma abordagem plural. Há, sim, as questões da segurança, do monitoramento interno das escolas, do patrulhamento móvel até para



dar mais segurança aos trabalhadores e aos alunos, mas acredito que o ponto principal desse encontro foi a discussão acerca da estrutura educacional.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Deputado André Quintão, gostaria de agradecer-lhe o aparte e sua participação nos encontros finais, como também nas regiões, contribuindo com seu conhecimento, até pelo seu trabalho no comando da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente e pela própria identificação que V. Exa. tem com essa faixa etária. V. Exa. deu uma grande contribuição fechando os trabalhos de hoje, pela manhã, ajudando o Plenário a redigir uma matéria ligada à questão social. Como assistente social e estudioso dessa matéria, V. Exa. domina plenamente o assunto.

Deputado André Quintão, concordo com a abordagem que fez. Talvez a maior violência tenha raízes na educação infantil, uma vez que faltam vagas e muitas vezes as mães têm de trabalhar mas não têm onde deixar suas crianças. Infelizmente temos um desafio monumental pela frente, considerando-se essas questões e a existência de uma escola que não dá prazer algum ao aluno, já que não dispõe de espaço esportivo e não proporciona o encontro, o estar juntos, o jogar juntos e ser do mesmo time. Ainda temos escolas que não têm espaço esportivo, não têm o espaço do encontro; portanto, não dão prazer.

Recordo-me do meu tempo de criança, quando sonhava com o campinho da minha escola. Era ali que eu fazia as minhas pontes como goleiro.

Nessa escola, não é dado isso a essas crianças. Concordo com V. Exa., falta muito nessa escola. Ela deve ser o centro de tudo. Temos um tripé formado pela família, pela escola e pela igreja. Se ele falhar, a sociedade não ficará de pé.

Parabéns. Muito obrigado pela contribuição e, para além dela e do seu conhecimento, pela sua participação junto conosco nessas matérias tão importantes ligadas à questão social, à criança e ao adolescente.

O Deputado André Quintão\* - Obrigado, Deputado João Leite. De fato, quando integramos uma iniciativa tão séria, como foi a que V. Exa. coordenou, as coisas acontecem com mais agilidade. Os debates foram muito proveitosos, desde os encontros regionais. Nesses 8 ou 9 anos de Assembleia, talvez tenha sido um dos eventos mais prestigiados nas etapas regionais. É impressionante a mobilização que o tema causou, houve plenárias com 500, 600 pessoas. Foi realmente muito mobilizador.

Então gostaria de deixar, neste final, essa reflexão sobre a implantação da lei. Hoje, na redação final da proposta, não há um modelo pronto. É lógico que, se o poder público tivesse recurso suficiente, o ideal seria que cada escola tivesse seu psicopedagogo, seu assistente social e seu psicólogo. É isso que sonhamos e queremos para integrar uma equipe em cada escola. Mas sabemos que isso não será possível de uma hora para outra. Hoje o Estado implementa a lei do acompanhamento social no âmbito do Programa Poupança Jovem, mas atende apenas 9 Municípios.

Então deixo para o governo do Estado a reflexão sobre como poderíamos implementar essa lei, principalmente vinculando esse acompanhamento social aos Centros de Referência de Assistência Social - Cras. A ideia é que se tenha essa equipe multifuncional para acompanhar as crianças e famílias que estão na rota da evasão escolar, porque a criança que evade será a que futuramente cometerá o ato infracional, a que depois irá para o centro de internação e depois para a penitenciária. Aí gastaremos 3 ou 4 mil reais. Às vezes, a contratação de um psicólogo e de um assistente social, que acompanhem a família, que a encaminhem para receber um benefício, uma transferência de renda, uma inclusão produtiva, que acolham esse jovem e o encaminhem a um tratamento para usuário de drogas, poderia impedir essa rota da evasão.

Repetirei aqui e deixarei para a reflexão: é lógico que esses casos de violência cometidos dentro e fora das escolas são preocupantes, mas, a meu ver, e como diz o Deputado João Leite, tão grave quanto é a violência que atinge 65% das crianças - filhos de pobres, porque os dos ricos e os da classe média estão na escolinha -, a de não estarem no ensino infantil, Deputado Rômulo, e os quase 150 mil jovens, por ano, que não concluem o ensino fundamental e que estão desprofissionalizados. Então, tão importante quanto evitar uma violência física, é evitarmos uma violência na alma das pessoas, porque um jovem que não tem oportunidade é um jovem infeliz.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas\* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana; Deputados João Leite e Inácio Franco e Deputada Liza Prado. Quero iniciar minhas palavras fazendo publicamente um elogio altamente expressivo à particular amiga, extremamente competente, Andrea Neves, que faz uma gestão brilhante e eficiente no Servas, conseguindo parceria notável com a sociedade belo-horizontina e mineira. Por meio dessa parceria, o Servas tem promovido inclusão social e bem-estar para as famílias carentes de Minas Gerais. Programas como o Valores de Minas e outros tantos são expressivos, conseguindo recursos da iniciativa privada, junto a empresários e comerciantes. Elogio essas empresas parceiras do Servas, pois demonstram alto índice de comprometimento com a responsabilidade social. Portanto, nesta tarde de quinta-feira, no Plenário da Assembleia, mando um abraço especial para Andrea Neves e toda a equipe do Servas, que têm evidenciado um trabalho social muito bom no Estado de Minas Gerais, que pode servir de referência para as outras instituições sociais no Estado.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Obrigado. Quero associar-me a V. Exa. nesse elogio à Dra. Andrea Neves e lembrar um momento da história, em 2003, quando éramos Secretários de Estado, V. Exa. na Assistência Social e eu no Desenvolvimento, trabalhando com esportes. Naquele momento a Dra. Andrea socorreu Minas Gerais com o Minas Solidária. Milhares de famílias perderam suas casas, mas ela uniu-se à iniciativa privada, buscou recursos e, com esse mundo de pessoas, foi em socorro da população atingida pelas chuvas severas. Vimos caminhões e a presença de áreas de logística da iniciativa privada trabalhando com o Estado, atendendo a população carente. A Dra. Andrea Neves deve ser lembrada pelo trabalho social que vem realizando. Associe-me a V. Exa. para elogiar essa presença feminina tão forte e importante para Minas Gerais.

O Deputado Rômulo Viegas\* - Obrigado. V. Exa. volta no tempo e nos lembra quando estivemos na Secretaria de Desenvolvimento Social. V. Exa. sempre foi muito dedicado à questão social, e fizemos um trabalho muito bom para receber as pessoas que tiveram de voltar dos Estados Unidos. Contamos com o apoio expressivo do Servas, tendo à frente a grande amiga e gestora Andrea Neves.

Quero fazer um relato a respeito do nosso Senador Aécio Neves, ex-Governador, uma das figuras políticas mais expressivas do Brasil, com 51 anos, que já exerceu por 16 anos o mandato de Deputado Federal, foi Governador de Minas por 8 anos e agora nos



honra no Senado Federal. O Senador Aécio Neves apresenta ao Senado um projeto de lei que não cria nenhum imposto, mas modifica a regra da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM -, elevando de 3% para 5% a alíquota, de modo a corrigir uma injustiça histórica para com o nosso Estado. A proposta de Aécio Neves vai revolucionar para melhor a compensação devida a Estados e Municípios em que se assentam as atividades da mineração.

Como sabemos, a atividade mineradora traz problemas sérios porque agride muito a paisagem urbana, polui o meio ambiente e deteriora as rodovias. Por outro lado, é, sem dúvida, a atividade econômica mais expressiva do nosso Estado, gerando emprego, renda e receita para Minas, além de esse minério ser essencial para o suporte de várias atividades da economia mundial. Portanto, o projeto do Senador Aécio vem, em boa hora, dar mais valia e recursos para os entes federados envolvidos nesse segmento.

Registra-se que, em função das características próprias do comércio mundial de minérios, esses “royalties” - valores pagos para se ter o direito de explorar, usar e comercializar - são inferiores aos do petróleo. Sendo a mineração mais agressiva e prejudicial ao entorno do que a extração de petróleo, a diferença de compensação entre essas duas atividades é muito grande, Deputado João Leite. Enquanto já se discute no Congresso sobre o novo modelo de distribuição de bilhões do petróleo, essa arrecadação da CFEM está prevista em cerca de 1,1 bilhão de reais, para ser dividido da seguinte forma: R\$715.000.000,00 para os Municípios, R\$253.000.000,00 para os Estados e R\$132.000.000,00 para a União. Ora, é um valor muito pequeno, comparado ao peso das exportações do minério de ferro retirado do nosso Estado para alimentar os fornos do mundo, especialmente os da China.

Destaco que o projeto do Senador Aécio Neves defende a compensação para que ela passe a incidir sobre o faturamento bruto e não líquido, para diminuir os descontos inerentes às atividades de exploração mineral. Sempre buscando a comparação com o setor petrolífero, o Senador Aécio cria uma participação especial, a ser paga pelas mineradoras, para a exploração de jazidas de alta produtividade, com alíquotas variando de 1% a 2,5%, no máximo. Aécio Neves propõe também a instituição de um fundo especial para beneficiar os Municípios que não produzam minerais, mas que estejam em Estados produtores.

Essa proposta de Aécio surge na brecha deixada pela indecisão do governo federal, que há anos discute um novo marco regulatório para o setor de mineração e até a presente data não encaminhou nenhuma proposta concreta ao Congresso Nacional. Com isso, quando ocorrer a intenção do governo federal de enviar ao Parlamento essa proposta, já haverá um parâmetro, por intermédio do Senador Aécio Neves, para essa discussão, fundamental para todos nós, mineiros.

O Senador Aécio Neves já discutia esse tema durante seus dois mandatos como Governador. Na ocasião, o então Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, concordou com a necessária modificação, só que tal assunto até a presente data não avançou. A proposta de Aécio é legítima, pois nosso Estado é o maior produtor de minério, sobretudo de ferro, com 48% da arrecadação do setor. Caso o projeto de lei do Senador Aécio Neves seja aprovado, a arrecadação de Minas Gerais com a CFEM vai quadruplicar. Com a mudança nas alíquotas e na base de cálculo da cobrança, Minas passaria a arrecadar R\$1.000.000.000,00.

O Senador Aécio encontrou uma fórmula para ajudar também os Municípios não produtores, mas que estejam nos Estados onde ocorre a atividade extrativista, criando para isso um fundo especial com uma alíquota de 8% incidente sobre toda a produção. O Senador Aécio defende também que esses recursos sejam destinados exclusivamente à saúde, à educação e, sobretudo, ao meio ambiente.

Por outro lado, quero registrar que a Presidente Dilma, durante a solenidade da comemoração da Inconfidência Mineira, no dia 21 de abril deste ano, disse que queria, mais uma vez, externar o compromisso com o envio ao Congresso do marco regulatório do setor da mineração. Mas já se passaram alguns meses e o governo federal ainda não tomou a devida providência. Portanto, é hora de restabelecer, meus amigos e minhas amigas, uma justiça tributária para o nosso Estado, historicamente combatido em função dos tempos em que a exploração do ouro brilhou nas minas da Colônia.

Então, quero parabenizar o Senador Aécio Neves por essa iniciativa. Espero que ele encontre respaldo nos demais pares no Congresso. Ontem à noite, Deputado João Leite, tive oportunidade de presenciar e ouvir o pronunciamento do Senador Lindberg Farias, do PT do Rio de Janeiro, que também, a partir daquele momento, em seu discurso abraçou a causa municipalista. Ele disse que realmente é necessário que o governo federal faça uma revisão da distribuição dos recursos aos Estados e Municípios. Não dá mais que Estados e Municípios continuem recebendo recursos amparados em índices de mais de 20 anos atrás.

Portanto, é hora de o Congresso somar esforços para que as coisas aconteçam. Simultaneamente, vejo que há bons sinais nesse processo.

Quero parabenizar aqui a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara Federal, que aprovou ontem, dia 5 de outubro, o Projeto de Lei nº 5.879, do Senado Federal. Tal projeto muda o índice de correção da dívida dos Estados com a União, substituindo o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI - pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Todos sabíamos que o IGP-DI tinha vinculação muito forte com a movimentação cambial. Agora, nada mais do que justo que nossa dívida, a dívida dos Estados, a dívida de Minas Gerais seja corrigida por meio da taxa Selic, que é a mesma que o governo federal usa para pagar sua dívida pública.

Esperamos agora, com esse processo, que as coisas caminhem de forma positiva, porque vemos as eleições se aproximarem. Todos sabemos que as prefeituras brasileiras estão com uma demanda expressiva em todos os segmentos da sociedade, no âmbito da saúde, da educação ou da segurança. Há necessidade de mais recursos financeiros.

Acompanhamos a aprovação da Emenda nº 29 no Congresso, a qual regulamenta a aplicação de recursos na área de saúde e evitará desencontros nas prestações de contas. Agora ficará realmente bem definido, bem delimitado qual destinação pode ser dada ao recurso público da área da saúde, embora eu continue entendendo que investimento em saneamento também é investimento em saúde, porque é um trabalho preventivo. Muitas doenças nas cidades mineiras ocorrem em função de não haver uma rede de esgoto adequada, de não haver água com qualidade. E assim sucede com todas as cidades brasileiras. Então, no meu entendimento, investimento em saneamento poderia também ser computado na área de saúde, como tem sido feito até hoje em todos os Estados da Federação. Mas a Emenda nº 29 inibializará isso, não será mais possível computar investimento em saúde, investimento dos inativos e coisas do gênero.



Esperamos, Deputado João Leite, que, com essa decisão, o governo federal repasse mais recursos financeiros para Estados e Municípios. Não podemos mais conviver com uma situação em que estabelecem no governo central despesas para Estados e Municípios sem que ambos tenham suporte financeiro para isso.

Portanto fiquei muito satisfeito por dois fatos: o fato de a Câmara Federal ter aprovado a mudança do índice das dívidas de todos os Estados – não apenas Minas Gerais tem dívida com a União, porque a maioria dos Estados também a tem -; e o fato de ter ouvido o pronunciamento do Senador Lindbergh Farias, do PT, que se congratulou com o Senador Aécio Neves e confirmou a iniciativa do Senador - chegamos à conclusão da necessidade imperiosa de haver uma renovação, uma melhora, para distribuímos recursos para Prefeitos e Governadores.

Aqui, no Parlamento, estamos atentos. Chegou recentemente a nossa peça orçamentária. O governo de Minas terá uma arrecadação de quase R\$54.000.000.000,00 e uma despesa similar, porque, quando se aumentou a arrecadação do Estado para 14%, simultaneamente houve um aumento de despesa de quase 16%, 17%. Nós, parlamentares, acompanharemos aqui a tramitação dessa peça orçamentária e apresentaremos nossas sugestões e emendas para que o governo de Minas continue atendendo às demandas da sociedade. E isso tem ocorrido, porque desde 2003 nosso governo tem recebido aprovação altamente positiva por parte da população mineira. O Senador Aécio Neves foi eleito no primeiro turno para Governador de Minas e, depois, foi reconduzido novamente no primeiro turno, assim como o Governador Anastasia, que também foi eleito em primeiro turno. Isso é sinal altamente positivo de que os mineiros estão muito satisfeitos com o governo e com a gestão do PSDB. Eu, como V. Exa., Deputado João Leite, tenho certeza de estar satisfeito em fazer parte da base do Governador Anastasia.

Quero, de público, até mandar um abraço ao Governador Anastasia e a toda a sua equipe de governo. Tenho certeza de que estaremos aqui como parceiros, defendendo os interesses do governo de Minas, porque confiamos nesse governo, no Governador Anastasia e em toda a sua equipe de governo.

Por enquanto é só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Presidente duas vezes, desta Casa e desta reunião. Tivemos a honra de vê-lo presidir esta Casa.

Sr. Presidente, eu queria também me associar ao Deputado Rômulo Viegas nos elogios feitos ao Senador Aécio. O Senador, sem dúvida, é um político moderno. Como Governador de Minas Gerais, ele viu as necessidades de este Estado obter maior arrecadação, e como temos, no minério, uma arrecadação importante, o Senador tem trabalhado e arregaçado as mangas em Brasília para dar essa contribuição não apenas para Minas Gerais, mas também para os Estados que dependem muito do minério. Gostaria de me associar também a ele no elogio feito ao Governador Anastasia. O Governador tem uma marca muito forte, que é a do planejamento. Desde 2003, ele conduziu o Estado, junto com o Senador Aécio Neves, com muito sucesso, o que levou ambos à vitória nas urnas.

Aproveito esse tempo que tenho para fazer uma reflexão rápida. Que País teremos depois que o PT passar pelo poder? O que será do Brasil após a presença do PT no poder? A cada dia, somos surpreendidos e ficamos preocupados com coisas impressionantes feitas por esse governo. Deputado Rômulo Viegas, vigora hoje no Brasil um verdadeiro esquecimento dos empreendedores e dos trabalhadores. Existe uma forte instrumentalização, pois é impressionante como se equipam associações e ONGs.

O jornal “O Globo” traz um artigo ligado ao “Contas Abertas” que fala sobre o mistério da multiplicação dos pescadores. No Brasil foi criada a Bolsa-Pescador, a Lei nº 8.287. Em 2003, eram 113.783 favorecidos pela Bolsa-Pescador; em 2011, há mais de meio milhão deles. Em 2003, eram 113.000, e agora temos mais de meio milhão. Em 2003, Deputado Viana, o PT gastou R\$81.500.000,00 com a Bolsa-Pescador. Cada pescador recebia R\$545,00 ao mês. Este ano, a dotação do Orçamento Geral da União é de R\$1.500.000.000,00. Esse é o valor que o PT investirá na Bolsa-Pescador. Ninguém aguenta isso, pois é a valorização da falta de trabalho. Pena que tenho pouco tempo para saber quem são esses pescadores, mas o “Contas Abertas” conseguiu descobrir alguns deles. Fiquei impressionado com o resultado. E pasmem! Muitos deles são de Brasília. Será que eles são pescadores do Lago Paranoá, aquele lago que tem mansões em sua volta?

Insistentemente não se divulgam os nomes dos contemplados. Neste momento, há dois projetos de lei no Congresso Nacional que pretendem estender a bolsa aos pescadores impedidos de exercer a atividade por conta das condições climáticas e a toda cadeia da pesca, incluindo os que transportam, comercializam, reparam embarcações, costuram redes, entre outras atividades.

É interessante que, em Tubarão, o Procurador da República Celso Três afirmou que pessoas que atuam em outras atividades, que nunca viram um peixe na vida, inscrevem-se na colônia de pescadores, pagam anuidade e contam tempo de serviço para se aposentarem. O sindicato e a colônia estão quase em disputa para ver quem distribui mais atestados para que a pessoa possa receber a Bolsa-Pescador. Isso é um escárnio contra o trabalhador brasileiro, contra os trabalhadores rurais, contra os trabalhadores das construção civil e do serviço doméstico, contra os empreendedores que investem seus recursos no Brasil. O que será do Brasil depois do PT e de todas as suas bolsas? Muito obrigado, Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Ilustre Presidente, Deputado Doutor Viana, que tão brilhantemente dirige os trabalhos nesta Casa e de cuja harmonia e equilíbrio já sentíamos falta, caros telespectadores da TV Assembleia e da internet, caríssimos Deputados, falarei sobre dois pronunciamentos importantes, dos Deputados João Leite e Rômulo Viegas. Abrirei um pequeno parêntese, pois não quero entrar na polêmica. É importante o Deputado João Leite compreender que a Bolsa-Pescador visa dar assistência aos pescadores do Brasil inteiro, na entressafra, para evitar que, no período da piracema, período da reprodução dos peixes, eles continuem a pescar, pois aquela é a fonte de sustento das famílias.

Então a Bolsa-Pescador é mais um programa social importante que, se não for bem compreendido, pode causar algumas distorções e equívocos. Da mesma forma como pode causar algum equívoco o que a imprensa intitulou “bolsa-crack”. Não é bem uma “bolsa-crack”, é uma ajuda financeira de R\$900,00 para as famílias que querem fazer o tratamento dos viciados em “crack”. Se for



rasteiramente interpretado, pode-se entender que o Estado de Minas estaria ajudando também a “bolsa-crack”. Não pode haver esses equívocos. Acho importante um debate mais equilibrado.

Importantíssimo o pronunciamento do Deputado Rômulo Viegas, um debate sobre a mineração.

Deputado João Leite, não quero entrar na polêmica.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Também não gostaria de fazer polêmica.

O Deputado Carlin Moura\* - É que tenho mais dois temas para tratar. Fiz só uma pequena observação, mas, se V. Exa. for rápido.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Apenas gostaria de dizer que estou apoiado também num parecer de um Procurador da República que fala sobre a maneira de inscrição desses pescadores e num questionamento sobre Brasília.

O Deputado Carlin Moura\* - Brasília tem um grande lago e uma grande colônia de pescadores, Deputado João Leite. O Lago Paranoá tem até programas de aquicultura, políticas públicas mesmo. Para não distorcer os critérios de inscrição, podemos nos aprimorar, sob pena de entrarmos aqui no assunto da “bolsa-crack”. Não quero fazer isso.

O pronunciamento mais importante, que considero fundamental, é o do Deputado Rômulo Viegas sobre a tributação da mineração. É um tema importantíssimo para Minas Gerais, fundamental, objeto de amplo debate na Casa, do seminário “Minas de Minas”, que gerou uma proposição unitária do Estado na defesa do novo marco regulatório do minério. É um tema que precisamos, sem dúvida alguma, evoluir, apoiar e desenvolver. É importante, e digo isso para que possamos compreender. Na verdade, Deputado Rômulo Viegas, o projeto original que está tramitando no Senado Federal é do Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará. O projeto, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, é o primeiro a ter a iniciativa de comprar o debate da mineração. O próprio governo federal ainda não teve a coragem de enviar o projeto de sua autoria sobre o novo marco regulatório, mas o projeto do Senador Flexa Ribeiro, no primeiro momento, propunha uma alteração dos critérios de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. No projeto original, ele propunha que o cálculo da CFEM fosse feito pelo percentual bruto, e não pelo percentual líquido, como a legislação hoje estabelece. Portanto, no projeto original, ele propõe a transformação do percentual de líquido para bruto. Esse projeto, em tramitação no Senado, foi encaminhado para a Comissão de Infraestrutura, onde teve como relator o Senador Aécio Neves, que apresentou um substitutivo. Há um ponto que considero positivo no projeto do Senador Aécio Neves, porque ele muda os percentuais da CFEM. Por exemplo, no caso do minério de ferro, ele propõe sair de 2% do bruto para 5% do líquido, em que pese as associações dos Municípios mineradores defenderem percentuais que variam de 8% a 10%. No caso do minério de ferro, chegam a 5%. Mas acredito, Deputado Rômulo Viegas - e penso que merece um debate mais aprofundado -, que há um profundo equívoco no substitutivo do Senador Aécio Neves. É para isso que gostaria de chamar a atenção.

Hoje, a CFEM é dividida da seguinte forma: 12% para a União, 23% para os Estados e 65% para os Municípios. Parece um pouco contraditório, porque no substitutivo do Senador Aécio Neves, que se propõe defensor dos Municípios, os percentuais são alterados, a União fica com 12% e os Estados com 30%. Talvez ele esteja preocupado com a situação financeira de Minas Gerais.

Acho louvável pleitear esses 30%, mas o problema está no que se refere aos Municípios. Como podemos dizer que o discurso é municipalista, se a proposta é reduzir de 65% para 50%, Deputado Doutor Viana? Está certo que se pretende aumentar o percentual de 2% para 5%. Todos precisam aumentar o percentual, porque são os Municípios que sofrem os impactos diretos da mineração. Quem é bom de conta como o senhor, que é um matemático, percebe que sobraram 8%. Com esse restante, está sendo proposta a criação de um fundo a ser dividido igualmente por todos os Municípios brasileiros, independentemente de serem mineradores ou não. O que interessa é que cidades mineradoras como Itabirito, Itabira, Ouro Preto, Igarapé e outras, que sofrem as consequências diretas da mineração, como crateras, poluição, doenças ocupacionais, conflitos sociais, dependem da compensação. Como o próprio nome diz, CFEM é uma compensação financeira para socorrer os Municípios, de forma a compensar os impactos da mineração. E isso tem de ocorrer imediatamente, porque daqui a 10, 50 ou 100 anos o minério pode acabar. E o Município precisa ser compensado. Portanto, parece que, com a proposta de redução de 65% para 50%, os Municípios mineradores ficam no prejuízo.

Deixamos aqui esta reflexão, queremos participar do debate, o tema é muito importante para a Casa. Queremos a unidade de todos os mineiros para aprovar realmente o novo marco regulatório, mas de forma a não prejudicar os Municípios mineradores. Tenho essa compreensão e, num momento mais oportuno, quero falar novamente desse assunto, que é complexo. Não posso deixar de elogiar a iniciativa do Senador Aécio Neves, que foi importante. Continuaremos cobrando providências do governo federal, para que envie o novo marco regulatório, fundamental para Minas Gerais.

Quando utilizamos a tribuna, temos tanto a falar que não damos conta de tudo, mas gostaria ainda de prestar alguns esclarecimentos. Hoje, a grande imprensa de Minas Gerais anunciou o desligamento, do nosso partido, o PCdoB, do governo da Prefeita de Contagem, Marília Campos, titular do PT. Esse é um governo que chamamos de coalizão, pois diversos partidos compõem a base de sustentação da Presidenta Dilma, entre eles o PCdoB. Aproveitando a transmissão da TV Assembleia e a participação dos internautas, quero dizer que, como Deputado majoritário da cidade, recebi com muita estranheza essa atitude da Prefeita.

O PCdoB, um partido aliado da Prefeita desde 2004, um partido que compõe a Secretaria de Esportes e a administração regional, um partido que em 2008 ficou em 3º lugar nas eleições e hipotecou apoio à reeleição da Prefeita, um partido que sempre ajudou a Prefeita a governar, levando investimentos, obras e recursos para a saúde - por exemplo, para a maternidade - e para o esporte, com a reforma do Polo Esportivo e dos campos de futebol, incrementando o Segundo Tempo e fazendo parcerias com a iniciativa privada nos setores dos programas sociais do esporte. Ontem o PCdoB foi demitido do governo da Prefeita Marília Campos por telefone e por meio de recados, Sr. Presidente. A Prefeita nem sequer se dignou a convidar, a chamar o PCdoB para dizer as razões, os motivos pelos quais o partido estava sendo exonerado, demitido por telefone do governo do qual participamos e que ajudamos naquela cidade.

Nunca recebemos nenhuma crítica da qualidade técnica dos nossos quadros, dos nossos Secretários, nunca fomos acusados de incompetência de gestão ou de qualquer outro defeito. É no mínimo estranho recebermos uma demissão por telefone e por meio de recado. Isso não é do nosso feitio. O PCdoB trata tudo sempre com muita transparência. Gostaríamos de perguntar à Prefeita Marília Campos qual seria o motivo pelo qual o PCdoB foi demitido da Prefeitura de Contagem. Em que pese a nossa participação naquela cidade, apesar de conseguirmos grande reforço para a Prefeitura, participamos do governo com cinco cargos: uma Secretaria e quatro



assessorias. São cinco cargos. Como o PCdoB não participa de governo em função de cargo, estranhamos e esperamos a explicação da Prefeita Marília Campos, do PT, a um grande partido aliado, histórico, que é o PCdoB. Na nossa opinião, foi no mínimo estranha e desrespeitosa a forma como o partido foi demitido da Prefeitura Municipal de Contagem, um governo que ajudamos a construir, elege, fazendo aquela cidade progredir e avançar.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Deputado Carlin, responderei ao senhor. Sabe por quê? Porque a Prefeita simplesmente está partidizando a Prefeitura - e é muito triste -, está antecipando o processo eleitoral, e quem perde com isso é a população. Além disso, sua postura não condiz com a postura republicana, é uma postura desrespeitosa não apenas ao seu partido, PCdoB, mas ao PSB, que foi sempre companheiro de primeira hora. E ainda, de forma desrespeitosa, ela trata os seus aliados interferindo na chapa. Estávamos com a chapa toda montada, mas infelizmente ela a desarticulou. Pode ter certeza de que elegeremos Vereadores lá. Ela desarticulou a chapa, seu comportamento foi desrespeitoso, mas o que se pode esperar de uma Prefeita que, antes de ganhar a eleição, fala uma coisa e, depois que ganha, faz outra. Prometeu não fechar as Funecs, mas, passando a eleição, ela as fechou; prometeu não aumentar o IPTU, porém, passando a eleição, aumentou o IPTU. Quer dizer, ela não tem palavra.

É preciso dar o retorno à população no momento correto. Foi isso o que aconteceu: uma postura desrespeitosa. Em nome do meu partido, PSB, quero dizer que - e tenho certeza de que posso falar pela base combativa, que foi sempre companheira de primeira ordem - houve um desrespeito total a vários militantes do PSB, como também ao PCdoB. Percebemos muito bem que ela está antecipando as eleições. Esse processo eleitoral deveria acontecer somente no ano que vem, mas infelizmente quem perde é a população, porque, enquanto se discute... Não estamos num processo eleitoral, mas ela o antecipa de forma abrupta. Isso mostra, mais uma vez, que os compromissos não conseguem perdurar por um mandato sequer.

O Deputado Carlin Moura\* - Quero agradecer o aparte da ilustre Deputada Liza Prado e dizer, Deputada, que o partido de V. Exa., o PSB, tem tido uma postura altamente respeitosa, altamente republicana. Temos estabelecido um debate permanente com o PSB em Contagem, tão bem presidido pelo Sr. Leo Antunes, Secretário de Desenvolvimento Econômico. O PSB tem tratado esse processo com muita maturidade, porque está separando, de forma correta, o processo eleitoral, que se dará no ano que vem, das nossas responsabilidades de gestão administrativa frente à Prefeitura. O PSB, no processo de discussão com os representantes do PCdoB, sempre disse, de forma muito clara, que se posicionará sobre as eleições de 2012 no momento próprio e oportuno, em 2012.

Ele não quer deixar contaminar o debate eleitoral de 2012 agora em 2011. Dessa forma, temos tido um debate extremamente maduro e consequente. Sabemos que cada partido saberá posicionar-se na hora certa, dentro da sua realidade e dinâmica e das questões internas. Isso é perfeitamente legítimo. O que não se pode é confundir as coisas.

Como disse, não sei o motivo por que a Prefeita nos demitiu. Espero e peço publicamente que a Prefeita se manifeste para dizer o motivo de o PCdoB ter sido demitido da Prefeitura de Contagem. Queremos saber se o motivo é técnico, gerencial ou, infelizmente, partidário, político ou eleitoral em 2011.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Já lhe disse que é isso.

O Deputado Carlin Moura\* - Prefiro não acreditar nessa hipótese. O PCdoB tratará disso com muita tranquilidade e muito respeito. Sabemos que o processo eleitoral do ano que vem se dará no próximo ano. Continuaremos trabalhando em prol do Município, assim como a dar o carinho e o respeito que a população da cidade de Contagem merece.

Para concluir, agradeço muito a V. Exa. a compreensão e a todos os nossos ouvintes e telespectadores. O PCdoB de Contagem espera uma postura republicana da Prefeita Marília Campos. Quer saber o motivo de a Prefeita tê-lo exonerado e excluído do governo de Contagem, governo do qual fazemos parte desde 2004.

\* - Sem revisão do orador.



## RELATÓRIOS

### RELATÓRIO DE VISITA

#### Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

#### Local visitado: Novo trevo de acesso ao Município de Pará de Minas

#### Apresentação

A requerimento do Deputado Antônio Júlio, esta Comissão visitou, no dia 29/03/2011, o novo trevo de acesso ao Município de Pará de Minas, com a finalidade de apurar as condições de segurança de tráfego no perímetro do novo trevo e de operacionalidade do Terminal Rodoviário Antônio Epaminondas Marinho.

Participaram da visita os Deputados Adalcleber Lopes, Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, Antônio Júlio, Carlos Henrique, Célio Moreira, Inácio Franco e Vanderlei Miranda, e a acompanharam o Deputado Federal Eduardo Barbosa, o Prefeito Municipal de Pará de Minas, José Porfírio de Oliveira Filho, o Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas, Vereador Wilson Antônio dos Santos, o Promotor de Justiça da Comarca de Pará de Minas, Sr. Charles Daniel França Salomão, o Engenheiro de Residência em Bom Despacho representando o Sr. Sebastião Donizete de Souza, Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, Erasmo Lemos de Azevedo, o Chefe de Policiamento da Delegacia Metropolitana da Polícia Rodoviária Federal, Inspetor Cendon, o responsável pela 3ª Coordenadoria do DER-MG, representando o Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, Alípio Augusto Caram Guedes, o Vice-Presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Pará de Minas - Aeapam, Ildes Antônio Soares Pacheco, o Diretor da Egesa Engenharia S.A., Adalberto Otávio Campos, e o Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Serra Verde, Torquato Izídio Monteiro.



### **Relato**

A Comissão se encontrou com os convidados nas proximidades do novo trevo de acesso ao Município de Pará de Minas, no estacionamento do Terminal Rodoviário Antônio Epaminondas Marinho, em um ponto onde puderam observar o tráfego no novo trevo. No local da visita, os parlamentares ouviram relatos de moradores que narraram situações de perigo a que estiveram expostos ao circular no novo trevo.

A Comissão também pôde observar como é feito o embarque e o desembarque de passageiros dos ônibus de empresas que não têm acesso ao terminal rodoviário de Pará de Minas.

### **Conclusão**

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas constatou que o novo trevo não oferece condições de segurança adequada. Constatou-se também que os passageiros de ônibus que não têm acesso ao terminal rodoviário de Pará de Minas embarcam e desembarcam nas margens da rodovia e têm que atravessá-la em local impróprio, tendo que pular a mureta de divisão de pistas. Portanto, além de correr riscos, submetem-se a condições de desconforto, por ficarem em pé, sem proteção contra sol ou chuva e sem as outras conveniências que o terminal oferece.

Diante do que foi observado, esta Comissão apresentou os seguintes requerimentos a serem encaminhados aos órgãos competentes do Poder Executivo a fim de melhorar a condição de segurança do novo trevo de acesso ao Município de Pará de Minas e aumentar a operacionalidade do Terminal Rodoviário Antônio Epaminondas Marinho:

1 - requerimento para que seja encaminhado ao Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes pedido de providências para agilizar a conclusão do parecer sobre as propostas de intervenção no novo trevo de acesso da BR-262 ao Município de Pará de Minas;

2 - requerimento para que seja realizada visita ao Presidente do Conselho de Transportes para debater a decisão do referido Conselho em relação ao parecer do DER-MG sobre a concessão para a operação de empresas de transporte coletivo intermunicipal no novo terminal rodoviário do Município de Pará de Minas;

3 - requerimento para que seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes pedido de providências para a instalação de passarela para travessia de pedestres na rodovia BR-262, nas proximidades do novo trevo de acesso ao Município de Pará de Minas e ao Bairro Serra Verde.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente - Gustavo Valadares - Dalmo Ribeiro Silva - Celinho do Sinttrocel.

## **RELATÓRIO DE VISITA**

### **Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

#### **Local visitado: Viaduto do Barreiro**

#### **Apresentação**

A requerimento do Deputado Célio Moreira, esta Comissão visitou, no dia 27/4/2011, as obras do Viaduto do Barreiro, com a finalidade de verificar as condições em que se encontra o andamento das obras.

Participaram da visita os Deputados Adalclever Lopes, Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, Anselmo José Domingos e Célio Moreira e a acompanharam os Srs. Sylvio Ferreira Malta Neto, Secretário Municipal de Administração Regional Barreiro, e Hélder Caixeta, Engenheiro Supervisor das Obras da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop.

#### **Relato**

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas foi recebida no canteiro de obras do Viaduto do Barreiro pelo Secretário Municipal de Administração Regional Barreiro, Sylvio Ferreira Malta Neto, e pelo Engenheiro Supervisor das Obras da Secretária de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop –, Hélder Caixeta.

Os Deputados percorreram toda a extensão do viaduto e puderam constatar “in loco” o andamento da obra, que faz parte do projeto de revitalização da Avenida Tereza Cristina. Foi possível perceber que as obras, cujo investimento total é de R\$ 50 milhões nas pontes e R\$ 200 milhões em infraestrutura e cuja entrega estava prevista inicialmente para maio de 2011, estão atrasadas e praticamente paradas.

Segundo o representante da Setop, a causa do atraso das obras é a quantidade de impasses existentes na desapropriação dos imóveis das famílias que viviam no local. O representante também mostrou aos parlamentares presentes as plantas com todos os detalhes do projeto completo.

#### **Conclusão**

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas constatou que as obras de revitalização da Avenida Tereza Cristina estão atrasadas e que esse atraso é preocupante, uma vez que não há previsão de término antes da próxima temporada de chuvas, havendo a possibilidade de novos prejuízos, caso ocorram tempestades de maior intensidade.

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas vai continuar fiscalizando e cobrando dos órgãos responsáveis a execução adequada das obras.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente – Gustavo Valadares – Dalmo Ribeiro Silva – Celinho do Sinttrocel.

## **RELATÓRIO DE VISITA**

### **Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Local visitado: Hospital Metropolitano do Barreiro**

#### **Apresentação**

A requerimento do Deputado Célio Moreira, esta Comissão, no dia 27/4/2011, visitou as obras do Hospital Metropolitano do Barreiro, com a finalidade de verificar o andamento das obras.

Participaram da visita o Deputado Adalclever Lopes, Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, o Deputado Anselmo José Domingos e o Deputado Célio Moreira e a acompanharam a Sra. Sandra Maria dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, a Sra. Maria Aparecida Rodrigues, Presidente do Conselho Distrital de Saúde Barreiro, a Sra. Maria Geralda Fernandes Carvalho, Presidente do Conselho de Saúde do Hospital Julia Kubitschek, e o Sr. Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

#### **Relato**

Esta Comissão foi recebida no canteiro de obras do Hospital do Barreiro pelo Sr. Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, pelo engenheiro supervisor da obra e por arquitetas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

O Sr. Marcelo Gouvêa Teixeira, explicando aos parlamentares e aos presentes como será o funcionamento do hospital, afirmou que ele será uma âncora no atendimento de urgência e emergência no vetor Sul da Capital e Região Metropolitana. Também explicou toda a estrutura de funcionamento do hospital, quais são as etapas da obra e como elas serão executadas. Informou ainda que os trabalhos estão seguindo o cronograma estabelecido sem atrasos.

Após ouvirem a explanação do Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, os parlamentares conheceram os três primeiros pavimentos que já foram construídos.

#### **Conclusão**

Esta Comissão constatou que as obras de construção do Hospital Metropolitano do Barreiro estão seguindo o cronograma e ficaram satisfeitos. Também ficaram satisfeitos com a estrutura que o hospital vai oferecer aos cidadãos.

Esta Comissão vai continuar fiscalizando e cobrando dos órgãos responsáveis a execução adequada das obras.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente – Gustavo Valadares – Dalmo Ribeiro Silva – Celinho do Sinttrocel.

## **RELATÓRIO DE VISITA**

### **Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Local Visitado: Point Barreiro**

#### **Apresentação**

A requerimento do Deputado Célio Moreira, esta Comissão, no dia 27/4/2011, visitou o canteiro de obras do Point Barreiro, com a finalidade de verificar o andamento dessas obras.

Participaram da visita o Deputado Adalclever Lopes, Presidente da Comissão, e os Deputados Anselmo José Domingos e Célio Moreira, e acompanhou a Comissão o Sr. Eduardo Soares da Silva, Presidente do Movimento Popular do Barreiro.

#### **Relato**

A Comissão foi recebida no canteiro de obras do Point Barreiro – local que abrigará um centro cultural, de profissionalização e de lazer e terá quadras esportivas, escola em tempo integral, oficinas de trabalho, pomar, biblioteca e auditório – por funcionários da construtora responsável pelas obras. Os funcionários informaram que não estavam esperando a visita e que não havia nenhum representante do governo estadual para acompanhar os Deputados. Mesmo assim, os parlamentares caminharam pelas obras do Point Barreiro e manifestaram satisfação com o estágio em que elas se encontram, apesar de lamentarem a falta de informações e esclarecimentos por parte do governo estadual.

#### **Conclusão**

A Comissão constatou que as obras de construção do Point Barreiro estão acontecendo, mas, como não obteve informações e esclarecimentos sobre o andamento do projeto, vai continuar fiscalizando e cobrando junto aos órgãos responsáveis e ao governo estadual para a execução adequada das obras e a obtenção das informações requeridas.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente – Gustavo Valadares – Dalmo Ribeiro Silva – Celinho do Sinttrocel.

## **RELATÓRIO DE VISITA**

### **Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Local visitado: obras da estrada que liga o Município de Marliéria ao Parque Estadual do Rio Doce**

#### **Apresentação**

A requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, esta Comissão, no dia 16/5/2011, visitou obras de pavimentação da estrada que liga o Município de Marliéria ao Parque Estadual do Vale do Rio Doce, com a finalidade de apurar as denúncias feitas pelo jornal “Diário do Aço”, que mostraram que as obras de pavimentação da estrada, feitas pela Construtora Oriente, têm promovido a degradação ambiental na região, bem como desmoronamentos nos terrenos adjacentes, assoreamento de córregos e rachaduras em



residências próximas ao local, provocadas pelo tráfego de veículos pesados . Participou da visita o Deputado Celinho do Sinttrocel, Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, e a acompanharam o Prefeito Municipal de Marliéria, Waldemar Nunes de Souza, o Coordenador Regional do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG -, Nívio Pinto de Lima, o Auxiliar de Serviço Ambiental do Parque Estadual do Rio Doce, Osvaldo Moreira, e a estudante Claudiane Santos Moreira.

### **Relato**

A Comissão se encontrou com os convidados em frente à sede da Prefeitura Municipal de Marliéria, de onde partiu em comitiva para percorrer os 17km da estrada que liga a sede do Município de Marliéria ao Parque Estadual do Rio Doce. Durante o percurso, os participantes da visita puderam constatar o atraso no andamento das obras. Segundo o representante do DER-MG, apenas 40%, aproximadamente, do projeto foi concluído, e o prazo, que inicialmente era até abril de 2011, foi prorrogado até dezembro de 2011. Os participantes puderam perceber ainda que, em alguns trechos da estrada, existem encostas e barragens que correm o risco de desabar. Entre essas áreas de risco algumas estão contempladas no projeto original e outras, que surgiram em função de intempéries, não. Quanto aos danos ambientais causados pela Construtora Oriente, empresa contratada para a realização das obras, foi esclarecido que a empresa não seguiu as normas técnicas adequadas para a consecução de uma das etapas da obra, na qual foram feitos cortes e implosões das rochas, o que provocou deslizamentos de pedras e destruição da vegetação no local. Entretanto, esses problemas já estão resolvidos e, atualmente, a obra já não tem mais causado a degradação do ambiente.

A visita se encerrou na portaria do Parque Estadual do Rio Doce, onde os presentes puderam ver uma parte da obra, dentro do parque, já concluída.

### **Conclusão**

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas constatou que o atraso nas obras de pavimentação da estrada que liga o Município de Marliéria ao Parque Estadual do Vale do Rio Doce é grande. Constatou também que o atraso pode ser ainda maior, pois, nos trechos de maior complexidade, as obras ainda não tiveram início.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente - Gustavo Valadares - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva.